



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O despertar da memória através do objecto
Análise sobre estruturas e dispositivos Arqueológicos de Portugal

Lana Efraim

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientador(a):
Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de História

O despertar da memória através do objecto

Análise sobre estruturas e dispositivos Arqueológicos de Portugal

Lana Efraim

Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura

Orientador(a):

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimento

*“Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio de escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.”¹*

O trabalho que venho aqui apresentar tornou-se possível apenas devido ao apoio e incentivo de um conjunto de pessoas, às quais venho dedicar pequenas palavras que não poderiam contemplar a totalidade de sua importância.

Gostaria de iniciar, agradecendo meu pai, que me ensinou desde criança a importância da salvaguarda para a construção da memória, e me incentivou a atravessar oceanos para instigar minha cabeça e coração por meio dos estudos e das descobertas que o mundo proporciona. E logo, a minha mãe, que proporcionou e proporciona até hoje percepções de mundo que constituem quem sou, apoiando meus sonhos de maneiras inimagináveis. Assim como meus irmãos, que cada um, de maneira especial e particular me confrontam e me incentivam a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Agradeço também meu companheiro Eduardo Campos, que esteve do meu lado durante este longo percurso de construção e desconstrução de pensamento e vida, possibilitando a realização de tantos sonhos durante esta jornada.

Agradeço imensamente a atenção, paciência e apoio das professoras Maria João Vaz e Sofia Macedo, que me motivaram e assistiram na resolução e desenvolvimento do presente trabalho.

¹Andrade, Carlos Drummond de (2012), *Sentimento do mundo*, São Paulo, Companhia das Letras, p. 9.

Resumo

Com a intenção de se compreender como são desenvolvidos os processos de investigação, valorização e conservação do Património Cultural de Portugal, levando em consideração a legislação nacional e as cartas internacionais, que se dedicam à salvaguarda do património arqueológico, o presente trabalho apresenta uma reflexão que pretende levantar as formas possíveis de se manter viva a memória e o legado histórico da humanidade.

Para tanto, são abordadas questões que perpassam a importância da salvaguarda da memória colectiva e as possíveis formas de se expor publicamente as descobertas e espólios locais, por meio de espaços que se dedicam à tal desenvolvimento, com a intenção de criar maior visibilidade para tal, compreendendo suas diferentes técnicas e objectivos.

Com a intenção de proporcionar um melhor entendimento sobre as questões levantadas, é realizado um estudo de caso, de quatro sítios arqueológicos localizados no país, a partir do qual são elaboradas questões que perpassam o processo de sua descoberta, investigação, classificação, conservação, valorização e exposição, apresentado as medidas tomadas afim de salvaguarda-las, com o objetivo de compreender sua importância global, nacional e local.

Palavras-chave: Arqueologia, Património Cultural, Memória, Portugal, Museus, Centro de Interpretação, Monumentos, Legislação, Valorização

Abstract

With the intention of understanding how the processes of investigation, valorization and conservation of the Cultural Heritage of Portugal are developed, taking into account the national legislation, and the international charters, which are dedicated to the safeguarding of the archaeological heritage, the present work presents a reflection that intends to raise the possible ways of keeping alive the memory and historical legacy of humanity.

To this end, issues are addressed that permeate the importance of safeguarding the collective memory, and the possible ways of publicly exposing the discoveries and local assets, through spaces that are dedicated to such development, with the intention of creating greater visibility for such, understanding its different techniques and objectives.

With the intention of providing a better understanding of the questions raised, a case study is carried out, of four archaeological sites located in the country, from which questions are elaborated that permeate the process of their discovery, investigation, classification, conservation, valorization. and exposition, presenting the measures taken in order to safeguard them, in order to understand their global, national and local importance.

Keywords: Archaeology, Cultural Heritage, Memory, Portugal, Museums, Interpretation Center, Monuments, Legislation, Valorization

Índice

Resumo	v
Abstract	vii
Índice de figuras	xi
1. Introdução	1
2. Questão de Investigação e Objetivos	3
2.1. Metodologia	3
2.1.1. Seleção dos Casos de Estudo	4
3. Conceitos centrais	7
3.1. Memória e Património	7
3.2. Patrimónios Arqueológico e Valorização	8
3.3. Valorização dos Sítios – breve história da constituição e legislação do património em Portugal	11
3.4. O processo de classificação dos sítios arqueológicos em Portugal	21
3.5. Enquadramento Internacional	22
3.6. O Sítio e a Comunidade	28
4. Mapeamentos de sítios e museus arqueológicos em Portugal	33
5. Análise a partir do mapeamento	39
6. Espaços Expositivos	43
6.1. O objecto, o curador e a interpretação	44
6.2. Museus	48
6.3. Núcleos Museológicos	50
6.4. Centros de Interpretação	51
6.5. Centro de Recepção	53
7. Casos de Estudo	55
7.1. Sítio Arqueológico de Mesas do Castelinho	55
7.1.1. O processo investigativo	56
7.1.2. O processo de conservação e valorização	57
7.1.3. Sobre o Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro	59
7.2. Monumentos Megalíticos de Alcalar	60
7.2.1. O processo de conservação, investigação e valorização	63
7.2.2. Sobre o Centro de Interpretação e o Museu de Portimão	65
7.3. Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo)	66
7.3.1. O processo de conservação, investigação e valorização	67
7.3.2. Sobre o Espaço Furnas, Artes e Ofícios	69
7.3.3. Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela	69

7.3.4. Museu Geológico de Lisboa	71
7.4. Povoado de Vila Nova de S. Pedro	72
7.4.1. O processo de conservação, investigação e valorização	72
7.4.2. Sobre o Museu Arqueológico do Carmo	78
7.4.3. Sobre o Museu Arqueológico Hipólito Cabaço	80
7.4.4. Sobre o Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque	80
8. Reflexão sobre os Estudos de Caso	83
9. Considerações Finais	88
Fontes	91
Bibliografia	95
Anexos	I
Anexo A – Levantamento dos sítios arqueológicos	I

Índice de figuras

Figura 1 - Mapa dinâmico dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal	34
Figura 2 - Disposição dos Sítios Arqueológicos visitáveis em Portugal a partir de sua localização distrital.	36
Figura 3 - Período cronológico dos sítios arqueológicos identificados em Portugal.	37
Figura 4 - Condição de visita oferecia pelos Sítios Arqueológicos identificados pela revista Al-Madan.	37
Figura 5 - Sítios Arqueológicos e espaços expositivos.	40
Figura 6 - Distância entre sítios arqueológicos e o local de exposição dos espólios	41
Figura 7 - Mapa relativo ao conjunto classificado de Alcalar, abrangendo novos núcleos..	62
Figura 8 - Mapa relativo à delimitação da ZEP de Alcalar.	63
Figura 9 - Mapa com delimitação da ZEP das Grutas da Quinta do Anjo.	67

1. Introdução

O presente trabalho pretende questionar os lugares de preservação da memória, utilizando os sítios arqueológicos e os seus centros expositivos como foco de estudo devido à relevância de suas descobertas, e da propagação das histórias que um dia estiveram soterradas. Para conservarmos estas memórias por meio de objetos, torna-se fundamental contextualizá-los e dar-lhes novamente vida, interpretando e salvaguardando as histórias que podem ser contadas a partir deles, possibilitando que as futuras gerações tenham também acesso aos diferentes processos da humanização que mostram o desenvolvimento das diversas culturas e da sociedade de modo geral.

A nossa história pode ser contada de distintas maneiras: filmes, livros, e também museus, que guardam dentro de si pedaços redescobertos de civilizações que estiveram um dia perdidas. Os sítios de exposição de objetos arqueológicos têm um papel fundamental neste sentido: eles expõem a todos as diversas lembranças de um passado que muitas vezes nem sequer é tão remoto. Por meio de peças, objetos e artefactos, passamos a construir a história que faz parte de nossa constituição, e explica-se como e porque chegamos aonde estamos. Cada peça exposta guarda em si a resposta para uma pergunta, e cabe tanto ao visitante interpretá-la, quanto ao responsável contextualizá-la e mostrar suas origens, a fim de transportar o passado para o presente, fazendo com que nos tornemos pertencentes dele.

A história que os objetos contam pode variar drasticamente, assim como o significado que nós damos às narrativas e é por isso, importante ponderar as técnicas utilizadas para sua exibição ao público, os espaços expositivos, e a investigação de cada objeto devidamente propagada. Proponho neste trabalho levantar questionamentos que indaguem o lugar da memória no mundo globalizado em que vivemos, onde as fronteiras se perdem e as culturas identitárias se misturam, reconhecendo assim que os Museus têm o trabalho fundamental de lembrar que a história não é só uma, e por isso permite que cada objecto promova sua unidade singular. Sendo desenvolvido pela nossa cultura, para transmitir ideias à um vasto número de pessoas por meio da exibição de objetos genuínos.

Baseado na natureza de suas colecções, a classificação dos museus pode variar, dentre as variações existe a dos Museus de Sítios Arqueológicos, responsáveis por concentrar-se na história de um espaço particular baseado nas relíquias encontradas. Para além dos Museus, existem ainda outros espaços que propõem, por meio de outras técnicas e tecnologias, expor também as descobertas arqueológicas e desenvolver o trabalho de contextualização de seus objetos, dentre estes espaços gostaria de dar destaque aos Centros de Interpretação, Núcleos Arqueológicos e Colecções Arqueológicas, que podem vir a criar distintos impactos nos visitantes, e por isso merecem nossa atenção.

Torna-se fundamental ponderar o local escolhido para a exposição dos artefactos encontrados nas escavações para que sejam estudados levando em conta o seu ambiente e contexto natural, expondo a relevância dos objetos para a construção imaginária das antigas culturas presentes e preservadas a partir dele. E finalmente, o modelo e espaço expositivo destinado a realizar este trabalho de reconhecimento social e cultural.

Pretendo assim neste trabalho analisar e estudar os diversos modelos expositivos a fim de configurar uma percepção ampliada sobre a escolha de cada um deles, para cada um dos sítios arqueológicos. Para tanto, foi feito um mapeamento dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, utilizando como base de dados o agrupamento de sítios e modelos expositivos levantado previamente pela revista *Al Madan*², e logo uma análise das informações dispostas por este estudo, com o intuito de investigar as escolhas expositivas, e logo as respostas geradas por elas, tanto ao público, quanto à instituição responsável pela exposição.

Levando em conta o facto de que a apropriação de histórias diversas ou ainda a seleção de apenas uma história pode vir a trazer o esquecimento de narrativas passadas, gostaria de questionar ainda quais as práticas proporcionadas por grandes museus localizados em centros urbanos para preservar e contextualizar os objetos arqueológicos e manter a singularidade da relação com a comunidade local onde os objetos foram encontrados, e ainda, quais os benefícios para as comunidades locais em ter Museus preservados em seus arredores.

² Raposo, Jorge (dir.) (2016), *Revista Al-Madan*, II série, nº 20.

2. Questão de Investigação e Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma imersão no processo de investigação e valorização de alguns dos sítios arqueológicos localizados em Portugal, delicadamente selecionados, com a intenção de compreender como estes assistem na construção da memória por meio de objetos e artefactos que vêm a narrar as histórias passadas do país. Propondo conhecer e analisar os mapeamentos realizados sobre espaços expositivos e sítios arqueológicos visitáveis, a pergunta que procuro responder ou ainda indagar é:

Quais os interesses e quem são os interessados na disseminação e propagação das memórias resgatadas por meio do processo de investigação arqueológica, e ainda como este processo afeta a população local em que os sítios arqueológicos se encontram; os sítios se integram nas paisagens locais e criam assim um vínculo com a população, ou estariam afastados, tendo suas memórias expostas em grandes centros urbanos?

Devendo ainda levar em conta a escolha da instituição expositiva realizada para tais sítios, ou seja, o que faz com que o objecto seja exposto em um Museu, Centro Interpretativo ou Núcleo, e como esta escolha reverbera na interação do público para com o sítio.

2.1. Metodologia

O método utilizado para o desenvolvimento desta dissertação baseia-se não apenas no estudo literário que procura destacar conceitos centrais para a compreensão de termos básicos que constroem os eixos sociais e culturais que levaram a sociedade a criar técnicas de preservação e valorização das histórias e memórias passadas por meio do estudo de objetos e patrimónios arqueológicos. Mas também por meio de uma análise a partir do mapeamento dos sítios arqueológicos visitáveis que foi realizada e divulgada pela *Al-Madan*, visando proporcionar uma melhor compreensão sobre quais são os sítios visitáveis que são assistidos por dispositivos culturais que pretendem conservar, contextualizar, valorizar e expor os espólios descobertos, com o intuito de compreender quais as respectivas instituições expositivas que apoiam os sítios, e as diferenças entre elas.

A conceptualização das estruturas ideológicas que criam a base para o desenvolvimento e implementação de eixos culturais, sociais e históricos que estabelecem nossa relação com a construção da história da humanidade devem ser compreendidas levando em conta a semântica de cada um dos termos que foram sendo estabelecidos no decorrer do tempo, e se tornaram hoje a base enrijecida das instituições responsáveis pela propagação, difusão e valorização da memória, e da construção de uma história concisa e mundial do nosso passado.

É com base neste estudo que proponho entender e conceitualizar estas instituições constituídas por nós para o estudo e exposição dos objetos arqueológicos em Portugal, as distintas técnicas de difusão e valorização por si utilizadas, levando em consideração não apenas o objecto em si, mas também a relação deste com o público, e com o local onde foram descobertos. Evidenciando assim a escolha das instituições expositivas de Portugal, como Museus, Centros Interpretativos, Núcleos Arqueológicos e Centros de Recepção.

Com o intuito de compreender como se promove o processo de investigação, disseminação e valorização dos resquícios do passado do país, foi utilizado como base de dados o mapeamento de sítios visitáveis em Portugal previamente levantado pela revista *Al Madan*. Esta base de dados torna-se um dos pilares deste estudo, facilitando o enquadramento dos sítios e dos espaços expositivos dispostos a eles. Por meio da extração das informações dispostas, foi possível criar um quadro que revela as instituições responsáveis pela disseminação de informações dos sítios e a escolha do local de exposição dos espólios arqueológicos associados.

A partir do Mapeamento dos Espaços Expositivos e dos Sítios Arqueológicos foi realizado um estudo de caso que é constituído pela investigação de quatro sítios arqueológicos que apresentem distintas técnicas de difusão de seus espólios, para compreender a importância da escolha das unidades responsáveis pela divulgação dos artefactos, objetos. O método de escolha dos sítios arqueológicos se deu por sua relevância nacional, pelo envolvimento do município e da população em sua valorização, e ainda pelo facto de contarem com instituições expositivas que se diferem em si, a fim de apresentar o sítio, e seus espólios ao público de maneira diversa.

Os espaços expositivos dos sítios arqueológicos foram visitados, tendo sido realizado trabalho de campo em cada espaço, a fim de compreender a metodologia utilizada nos mesmos. No processo de investigação realizado nos espaços expositivos, foram levantadas as formas que o espaço procura aproximar a os visitantes do processo investigativo, e logo do sítio em si.

2.1.1. Seleção dos Casos de Estudo

O mapeamento dos sítios arqueológicos portugueses em condições de visita e fruição pública, foi realizado a partir da coleta de informação e posterior agrupamento, que utilizou para tal fontes e critérios específicos, recorrendo à realização de inquéritos nacionais aos sítios arqueológicos auxiliada por formulários *online* dispostos a cada um deles, tendo por meio destes levantado cerca de 500 sítios, em 2016 (**Anexo A**)

A partir do estudo e análise deste mapeamento foi possível criar um quadro que apresente como base de critério a utilização de espaços expositivos disponíveis para estes, restando assim 217 sítios arqueológicos em Portugal que tem espólios expostos em

Museus, Centros Interpretativos, Núcleos Museológicos, ou ainda outras instituições responsáveis pela preservação e valorização de sua história.

A fim de compreender como se dá o processo de redescoberta, investigação, e valorização do sítio e dos artefactos a partir do trabalho desenvolvido no local com a população e com os espaços expositivos aos quais estes objetos são destinados, a partir deste universo, foram selecionados quatro sítios arqueológicos, devido às condições expositivas que apresentam.

Saliento a minha escolha a partir de distintas situações que se apresentam, seja pela proximidade expositiva do centro arqueológico, seja pela distância, ou ainda pela segregação dos espólios a fim de proporcionar ao sítio e aos objetos distintas técnicas de análise, interpretação e reconhecimento, além de os casos de estudo selecionados assistirem na compreensão do envolvimento das autarquias locais no desenvolvimento arqueológico, que pode vir a ter relevância nacional e internacional. Devido aos mencionados factores, foram selecionados os seguintes sítios:

1) O Sítio Arqueológico de Mesas do Castelinho, que apresenta seus espólios integralmente em um Museu, o Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro, localizado a 1,3 km do sítio.

2) Os Monumentos Megalíticos de Alcalar, que conta dois centros expositivos nas cercanias, sendo eles o Centro Interpretativo no local, e ainda o Museu de Portimão (maior centro urbano das proximidades, a 13 km do sítio).

3) As Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo), que apresenta seus espólios arqueológicos disseminados em diversos locais, tanto nas imediações do sítio, como em Lisboa. Estes locais são a exposição documental “As Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo). Memória Arqueológica”, no Espaço Fortuna, Artes & Ofícios, estabelecimento local que tem como objetivo assistir na disseminação da cultura, e veio a tornar-se um centro de interpretação (a 1,7 km de distância do sítio); a exposição de espólios no Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela (a 4,4 km de distância do sítio) e o Museu Geológico de Lisboa (a 39 km de distância do sítio).

4) O Povoado de Vila Nova de S. Pedro, que tem seus espólios arqueológicos disseminados em três Museus de dimensão territorial diversa, sendo eles: Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque, em Azambuja (a 23 km de distância do sítio), Museu Arqueológico Hipólito Cabaço em Alenquer (35 km) e no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa (73 km).

3. Conceitos centrais

Os conceitos centrais utilizados no presente trabalho pretendem assistir no processo de compreensão dos termos e diretrizes utilizados como base e estrutura para a linha de pensamento e desenvolvimento do processo analítico. Por meio dos conceitos, autores e informações apresentadas, torna-se possível estruturar um pensamento crítico que viabilize a construção teórica do trabalho a fim de fomentar no desenvolvimento conclusivo e crítico do mesmo.

3.1. Memória e Património

Todos somos constituídos por histórias; existem aquelas que nos remetem às nossas origens, nosso passado e revelam de diversas formas as transformações que vivenciamos para podermos assim revivê-las no presente. Com a humanidade não é diferente; estas histórias aparecem como narrativas das diversas culturas que já habitaram os espaços que hoje são habitados por nós, e é por meio destas narrativas que podemos identificar contextos e peculiaridades de cada região, sejam elas sensíveis, intangíveis ou palpáveis.

Relembrar o passado faz com que nos apoderemos do nosso presente e ressignifiquemos os vestígios perdidos que um dia constituíram a essência da vida de muitos. Essa essência quando descoberta, tem o poder de transportar o passado para o presente, constituindo um legado coletivo, que vem a representar a história da humanidade e por isso merece a atenção e o cuidado de todos, mantendo-se vivo para ser admirado pelas próximas gerações. São estas lembranças, e estes resgates, pequenos ou grandes, que constituem o património, que deve ser transmitido garantindo que a memória da humanidade seja preservada, estudada e valorizada.

A relação com estes lugares de memória deve ser levada em consideração quando falamos sobre o património cultural e arqueológico, pois este auxilia na construção da identidade dos grupos sociais, tendo em vista que a memória dos lugares é constituída por diversas camadas de história criada por cada um dos indivíduos que tem também sua própria memória individual. A memória coletiva faz-se contínua, sendo constituída pelas múltiplas referências que atravessam os espaços, territórios, indivíduos, acontecimentos, costumes, e tradições que vem a constituir-se, apesar de seus diversos momentos históricos, no inconsciente e na memória coletiva. O espaço conta assim com uma enorme diversidade de histórias e tradições, que podem ser identificadas por meio de pequenos ou grandes resquícios de ocupações antigas, e que podem ainda vir a ser reapropriados, dando continuidade a seu uso de diversas maneiras, mantendo ainda suas origens salvaguardadas.

São estes lugares que criam o senso de referência ao que nos é familiar, conferindo ao indivíduo e ao social, um sentimento de pertença e de identidade, impulsionando o homem a olhar para o passado, buscando vestígios que ajudem a sustentar o conhecimento sobre si e sobre o mundo.

A modernidade entretanto potencializou os processos de globalização, permitindo a transfiguração identitária, a aceleração da história e a oscilação de um passado possivelmente morto e é exatamente a busca pelo reconhecimento das identidades que, segundo Márcia Lima, no texto “Cidades, identidade e os lugares de memória”: “a razão precipita de um lugar de memória é parar o tempo, impedir o esquecimento, imortalizar a morte e materializar o intangível para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (Lima, 2020: 2). Assim podem ser configurados os objetos arqueológicos na materialização do processo identitário do indivíduo com os espaços a partir do presente. Cabe aos espaços expositivos - museus, centros de interpretação, núcleos arqueológicos - agregar este passado coletivo repleto de simbologias, e apresentá-lo ao público, para que essas descobertas sejam devidamente compartilhadas.

3.2. Patrimónios Arqueológico e Valorização

Os conceitos e noções relacionados à cultura, sociedade, identidade e história são continuamente estudados e interpretados na contemporaneidade, comumente intangíveis; não deixam de ter um impacto direto na forma como as pessoas desde sempre se associavam, e continuam a associar-se aos lugares e à comunidade de modo geral, o que vem a referir a noções de herança e pertença, por serem também representações de identidades fluidas que estiveram vivas e fomentaram a construção da sociedade como conhecemos.

Apesar da intangibilidade dos conceitos, os estudos sociais e culturais encontram apoio para a interpretação da herança cultural por meio das descobertas materiais, quer seja a análise da arquitectura, dos artefactos, dos elementos geológicos ou fósseis, passíveis de dar a tangibilidade necessária para o estudo do passado, assistidos por convenções e cartas internacionais de extrema importância para o processo de conceitualização e promoção do património cultural, proporcionando um entendimento comum sobre os termos utilizados na construção e propagação de conceitos e processos que fomentem seu desenvolvimento nacional e internacional, de maneira igualitária, seja no âmbito de descobertas ou ferramentas arqueológicas. A forma como a herança, o lugar ou sítio são interpretados e entendidos tem um impacto direto na forma como as pessoas associam-se, ou ainda com quem vem a associar-se, tendo assim um papel de extrema importância na criação, recriação e sustentação do sentimento de identidade no presente. É por meio da cultura material, que a arqueologia vem a responder perguntas sobre o passado que sustentam

nossa construção de comunidade global no presente, possibilitando o desenvolvimento de narrativas históricas que traz ao presente.

O passado e a cultura material que o simbolizam têm um papel fundamental na criação, recriação e sustentação de um sentimento de identidade no presente. Esse passado é usado tanto para legitimar quanto para entender o presente. Diversos grupos ou organizações interessadas no desenvolvimento de conceitos relativos ao passado e presente, vêm a usar o passado para dar legitimidade ao legado histórico e cultural, afirmando para si mesmos as suas experiências no presente. Estas afirmações podem vir a opor-se ao conhecimento arqueológico ou ao entendimento do passado.

A arqueologia ocupa um lugar de privilégio na sociedade ocidental, com um papel socialmente reconhecido no campo dos debates relativos ao passado. A arqueologia como uma ciência e uma prática, apresenta diferentes perspectivas e compreensões, sendo comumente definida como o estudo do passado da humanidade a partir da cultura material que é exposta por meio de técnicas de descoberta, objectos, podendo ser compreendida como o estudo do abandonado, descartado e enterrado por gerações passadas (British Academy, 2016, *Reflections on Archaeology*). Sendo assim, devemos partir do pressuposto que todas as sociedades deixam vestígios de sua existência, e são estes vestígios que nos promovem uma perspectiva do que foi a vida e a história da humanidade, servindo como testemunhos da história dos locais, desde as pequenas ações dos indivíduos, até os grandes resquícios da revolução da humanidade como um todo.

A arqueologia assiste no processo de compreensão das experiências humanas que não foram relatadas. As descobertas arqueológicas são usadas em âmbitos politicamente contestados, como por exemplo o direito à terra, ou ainda histórias étnicas.

Segundo Laurajane Smith (2004), a arqueologia deve ser uma ciência imparcial, que tem como objetivo buscar a verdade sobre o passado em benefício da humanidade. Entretanto, como ela foi consagrada na gestão de recursos culturais, gradualmente se entrelaçou com aparatos de poder e controle, entrando em conflito com diversas comunidades, entre elas pode-se destacar tanto a local quanto as indígenas, dependendo da região em que o desenvolvimento e estudo arqueológico vem a ser feito. Devemos levar em consideração o facto de que o presente trabalho pretende abordar especificamente o território português, que não enfrenta conflitos arqueológicos perante comunidades indígenas, o que, entretanto, não significa que não existam outros desafios a serem enfrentados perante grupos comunidades de interesses.

A partir desta perspectiva, deve-se considerar a importância da ética dentro da arqueologia, seja no processo de salvaguarda, quando pensamos no que se deve destruir, para poder descobrir, quando abordamos questões que abrangem o que queremos apresentar e até onde estamos dispostos a ir a fim de obter novas informações sobre a

história da humanidade, ou ainda de que forma apresentamos as descobertas realizadas e quais as possíveis narrativas e contribuições que estas podem fornecer.

A salvaguarda dos lugares de memória com o propósito de promover e contar as histórias passadas ganha força com o fim da Revolução Francesa, uma vez que é a partir de grandes finais que a humanidade tende a reconstruir seus recomeços e substituir as narrativas a serem contadas, criando novas histórias que levam ao reconhecimento das entidades de poder. A dialética entre a conservação e a destruição dos espaços e memórias acompanhou a própria evolução do conceito de património:

“A atitude patrimonial tem dois aspectos: a assimilação do passado, com a metamorfose dos vestígios e restos, e a relação de estranheza com a presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade. A Arquitetura não é uma expectadora da história, e sim um ente no qual as várias etapas se impregnam, se juntam ou se excluem” (Miranda, 2016; 408).

Podemos interpretar os sítios arqueológicos da mesma maneira que faz Miranda no caso da arquitetura; por vezes cidades inteiras, submersas no meio do cotidiano urbano, ou ainda em torno dele, mostrando continuamente estas etapas da construção social, eles nos mostram como as vidas eram construídas, como os objectos eram usados e como a natureza auxiliava, e ainda hoje auxilia na escolha de nossos núcleos.

Foi exatamente com o propósito de evitar o vandalismo contra objectos, estruturas e sítios ligados às instituições que representavam a dominação passada, que em 1790, na França, foi criada a Comissão dos Monumentos, e logo, em 1794, o relatório sobre vandalismos, técnicas e métodos que investem na repressão do mesmo. É em meados de 1800 que se começa a realizar um grande inventário e diagnóstico dos bens que podem vir a estar em perigo, e com isso a elaboração de um modelo jurídico que se perpetua nos países ocidentais com a intenção de preservar e proteger os artefactos que tem valor simbólico, económico e histórico para a nação. Para Poulot (2009: 26), o sentido “legal” de património surge ao longo dos séculos XIX e XX, a partir do desenvolvimento de legislações nacionais na França, que tinham como objetivo garantir um destino específico às heranças da nação e ganhou uma maior força após a Segunda Guerra Mundial, quando surgem as primeiras normas internacionais.

É a partir do princípio da representatividade da nação que Portugal desenvolveu legislação que defende o fato de que o património é representado pelos testemunhos de civilizações e culturas passadas, e por isso são de interesse cultural relevante, e é exatamente por isso que devem ser objectos de especial proteção e valorização. O património cultural constitui assim o legado colectivo da humanidade, manifestado através de elementos, materiais ou imateriais, que traduzem a memória da humanidade ao longo da história, transpondo o passado para o futuro, demandando proteção e salvaguarda, devendo

ser levado em conta o facto de o património não ser renovável e ser insubstituível. Dentre as vertentes do património, existe o Arqueológico, representado pelos vestígios, bens e outros indícios da construção da humanidade no planeta, os modos de vida existentes, as crenças, as construções, agrupamentos arquitetónicos, estruturas, que remetem à essa herança que pode hoje ser lida e estudada de diversas formas devido à conservação destes resquícios.

O termo “sítio arqueológico” é comumente utilizado na literatura para referir um local no qual as evidências do passado da humanidade são preservados, incluindo elementos ou objectos de valor cultural, sendo estes os espaços nos quais os arqueólogos têm o papel fundamental de descobrir, identificar e estudar tais valores.

Os sítios arqueológicos apresentam características diversas entre si, desde a época cronológica, até a complexidade de materiais, contextos e valores culturais que apresenta, podendo apresentar histórias que apresentam desde antigos resíduos de humanidades, até traços sutis de ocupações primitivas que se apresentam seja por pinturas rupestres, ou por monumentos icónicos de civilizações inteiras. Eles incluem complexos industriais, sendo resquícios de infraestruturas massivas, sítios submersos, e lugares de conflito.

Estes fatores enfatizam a importância das descobertas arqueológicas locais, tendo em vista que são elas que nos mostram através de objectos soterrados e ruínas desvendadas, como o lugar em questão foi um dia, quem o habitou, e como viveu.

Dentre os muitos sítios arqueológicos existentes no mundo, e os recursos descobertos neles, existe ainda um fator fundamental a ser definido que fomenta a maneira pela qual estas essências passadas vêm a ser descobertas pela população do presente, mantendo o interesse no material arqueológico para que possam gerar maior conhecimento a partir da relação com o ambiente, estilo, e arquitetura do local ao qual pertencem; a escolha pela forma de exibição e exposição dos objectos ao público.

A maneira como os sítios são expostos e exibidos tanto em trabalhos académicos, seminários internacionais, ou espaços expositivos, promove sua valorização e visibilidade, proporcionando incentivos diretamente ligados à projectos que apoiem investigações e apoios financeiros aos mesmos, possibilitando a propagação das mesmas ao público interessado em conhecer os espaços expositivos.

3.3. Valorização dos Sítios – breve história da constituição e legislação do património em Portugal

O homem desde o princípio de sua existência, procura se adaptar ao meio, e para isso transforma o seu entorno, modelando a paisagem em que habita e assumindo-se um integrante participativo da mesma. Estas passagens podem ser encontradas nos sítios arqueológicos, e daí a importância de sua preservação e valorização, apoiadas por

legislações que proporcionem medidas de apoio, segurança e protecção. O trabalho de conservação dos sítios arqueológicos e das histórias nele encontradas é fundamental.

O termo “conservação” pode ser neste sentido, compreendido como o processo de cuidado com o local, com o claro objetivo de manter e salvaguardar seu significado, tangível ou intangível. Tendo claro o objetivo, devem-se definir os modelos e técnicas a serem adotados a fim de prevenir a deterioração física, e a conservação de fragmentos, artefactos, e resíduos das histórias e culturas passadas que podem vir a ser estudados e interpretados por meio do trabalho realizado nos sítios.

Torna-se fundamental construir uma estrutura de trabalho e de pensamento que permita apreender a diversidade das descobertas encontradas e assimilar as realidades históricas possíveis. Com o intuito de possibilitar e ampliar a importância da conservação dos sítios arqueológicos, diversas medidas podem vir a ser tomadas, sendo elas: as escavações arqueológicas, catalogação e categorização dos artefactos, assim como a abertura para divulgação, possibilitando a longevidade dos espaços.

A conservação dos sítios arqueológicos incorpora uma avaliação de significados que assiste no processo de seleção de locais e na percepção dos valores que estes pode proporcionar à sociedade, além de regimes administrativos e de gestão que abrangem o envolvimento da comunidade, a salvaguarda legal, considerações económicas, factores de uso da terra, apresentação e educação.

Os princípios e valores que vão moldando as diretrizes do património arqueológico têm fundamental importância no processo investigativo como um todo, são eles que assistem na seleção dos locais que apresentam critérios significativos para a sociedade, e por refletirem os valores sociais, eles alteram-se com o tempo, configurando temas tangíveis e intangíveis que permeiam as descobertas históricas realizadas nos sítios.

Os sítios arqueológicos, comumente valorados por sua contribuição ao conhecimento da humanidade, podem também apresentar outros valores culturais, podendo estes ser conflitantes aos valores tradicionais da arqueologia. Os princípios de conservação da arqueologia inicialmente atinham-se aos conceitos ocidentais de cultura e ciência, que apresentavam uma metodologia de conservação “artificial”, ou seja, construía-se um sistema de práticas conscientemente concebido para conservar lugares definidos e seus valores tangíveis, objectivando e intelectualizando assim o que são valores essencialmente subjectivos, baseados inteiramente em tradições e crenças culturais, diferindo a prática ocidental de outras tradições de conservação e gestão do património integradas.

Na tradição ocidental, os valores estéticos, históricos, científicos ou informativos recebem mais relevância que os valores sociais. Em contraste, uma importante temática voltada à historiografia da arqueologia e património emerge no final do século XX, devido ao gradual aumento de ameaças voltadas à salvaguarda destes, que traz maior

reconhecimento ao papel legítimo dos conceitos e decisões que afetam os sítios e recursos arqueológicos, consequentemente afetando a forma de se refletir os conceitos que guiam as práticas de conservação. A natureza finita do património arqueológico leva ao reconhecimento de que as estratégias para a conservação de seus recursos como um todo, são tão importantes quanto a conservação física de locais específicos (Whalen, 2012:3).

O gerenciamento do património arqueológico passa a desenvolver-se como um processo proactivo que não se limita a conservação física, mas pretende também abordar questões práticas, como os valores intangíveis, contextos sociais, económicos, operações locais, interpretação e gerenciamento de visitantes, reconhecendo os múltiplos valores dos sítios arqueológicos e as diversas maneiras de se gerir os possíveis problemas e soluções encontrados no processo de conservação e investigação.

Com a intenção de dar suporte a complexidade de valores dos patrimónios arqueológicos, foi desenvolvido um processo de gerenciamento baseado em valores para a conservação, que pretende reconhecer e avaliar os valores culturais, promover pesquisas e avaliar as questões, condições e gerenciamentos possíveis, afim de facilitar o processo de resolução dos problemas possivelmente encontrados, com a finalidade de, por meio do conhecimento adquirido, produzir políticas e estratégias que resultem na conservação de todos os valores culturais.

Devemos ainda considerar o facto de que o processo da arqueologia é essencialmente destrutivo, significando que para que as informações que ali residem sejam trazidas à luz é necessário um conjunto de alterações naturais e contextuais que devem ter em consideração as responsabilidades éticas que devem ser acarretadas no desenvolvimento dos trabalhos de escavação.

Os sítios arqueológicos sempre constituíram uma parte importante do que era considerado como Património Cultural. Este entendimento assistiu na configuração das teorias sobre o seu papel, e na gestão dos recursos culturais na sociedade contemporânea. Os sítios arqueológicos – o património arqueológico – entendem práticas que vão para lá da conservação física, e configuram em si próprios discursos sobre cultura, história, e identidades nacionais.

Entre as estratégias de gestão destaca-se a classificação legal dos sítios arqueológicos, uma medida que permite a aplicação e execução de práticas de salvaguarda e valorização do património arqueológico. A classificação legal apoia-se em disposições acordadas internacionalmente, com entendimentos e regulamentos que são usados como critérios básicos e fundamentais e que vão apoiar a construção de legislações nacionais.

Em Portugal, para além de legislação específica³, existem órgãos governamentais que auxiliam na criação de planos organizados de gestão do património arqueológico. Devido às modificações políticas e ao desenvolvimento da compreensão do âmbito da salvaguarda, é possível notar uma grande alteração na regência e propostas destes órgãos. Sendo assim, pretendo agora percorrer brevemente os pontos cruciais da história do país relativamente às instituições públicas voltadas para o planeamento, desenvolvimento e valorização do Património Cultural do país, utilizando como base teórica para este breve levantamento, o trabalho de Mestrado desenvolvido por Tomás Martins Mesquita, intitulado “Políticas Públicas da Cultura: Estudo-Caso do Património Cultural na Administração Pública” (2021), além de analisar cronologicamente algumas das cartas internacionais que tiveram efeito global na percepção do património arqueológico.

A salvaguarda e valorização do património arqueológico em Portugal deve ser entendida à luz das estratégias de defesa do património mais geral, em concreto o arquitetónico. Os objectos que hoje denominamos como arqueológicos, têm sido tomados em conta na longa história da proteção do passado, não só em Portugal, como no território europeu. Em 1721, D. João V dá relevância a estes objectos, que justificam e documentam a “gloria da Nação Portuguesa”, e dá relevo ao seu papel na construção do edifício patrimonial em Portugal, como vestígios de um passado coletivo do país.

É, entretanto, apenas nos finais do século XIX que as primeiras iniciativas de salvaguarda e valorização do património cultural ganham espaço por meio de iniciativas e regimentos que assistem na regulamentação de atividades, como por exemplo a criação da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (RAACAP), fundada em 1863, que corporizou a preponderância do objecto arqueológico para a construção do enquadramento patrimonial do país. Entre outras ações, destaca-se a edificação de um museu – o Museu Arqueológico do Carmo – que teria, e continua tendo, como premissa o resgate de objectos artísticos e arqueológicos, vindo a contribuir para a criação de outros espaços similares em Portugal. A relevância da arqueologia nesta associação, em linha com os principais congéneres europeus manifestava-se na produção, transmissão e recepção de conhecimento não existindo na época nenhuma organização pública que liderasse questões. Um dos maiores objetivos da associação seria o incentivo à formação de pequenos núcleos museológicos em diversas localidades, com a intenção de enraizar práticas culturais que permitissem estender o trabalho associativo (Martins, 2016).

A Associação do Carmo teve um papel fundamental no âmbito cultural do país, liderando comissões que vieram promover a primeira lista integrada de edifícios e monumentos históricos e arqueológicos do país para serem classificados, inventário que veio a ser

³ Na forma da Lei 107/2001 de 8 de setembro (artigos 74º a 79º) e do Decreto-Lei 164/2014, de 4 novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos).

publicado na forma de lei em 16 de junho de 1910, naquilo que foi uma ação estratégica essencial na construção do edifício patrimonial em Portugal.

Em 1875, a Direção-Geral das Belas-Artes e Monumentos (DGBM), tutelada pelo Ministério das Obras Públicas (MOP), procurava conduzir uma reforma nos museus, monumentos históricos e na arqueologia com a intenção de valorizar e preservar a identidade cultural da nação por meio do levantamento de inventários.

Torna-se importante neste contexto mencionar a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais (1882), regulamentada em 1894, bem como o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais (CSMN), criado em 1897, substituindo a anterior estrutura.

Em 1890 é criado um novo aparelho governamental com o objetivo de atenuar as carências culturais: o Ministério dos Negócios da Instrução Pública e Belas Artes (MNIPBA). É neste contexto que o Museu Nacional de Arqueologia é criado, com a intenção de promover a história do povoamento do território português, desde suas origens até a Idade Média.

“No seguimento de importantes convulsões – políticas, sociais, económicas e culturais – que ocorreram na Europa no final do século XVIII e princípio do século XIX, estes novos agentes reagiram à destruição de valores patrimoniais (os monumentos e obras de arte) denunciando os actos de vandalismo que, na primeira metade do século XIX, constituíram a grande ameaça aos valores e bens patrimoniais, assim como o seu abandono. Defender o património correspondeu a acções concretas no terreno e, como tal, foi necessário um conjunto de estratégias capazes de perpetuar a salvaguarda dos bens em perigo; por isso se criaram museus, desenvolveram-se inventários de monumentos, se adquiriam edifícios históricos através de campanhas de “fundraising” e em alguns casos se promoveram acções de restauro, aliados a uma constante acção no sentido da mobilização da opinião pública. Não bastava alertar, era necessário agir” (Magrinho, 2017: 39-40).

O século XX é assim marcado pela elaboração de documentos a nível nacional e internacional com a intenção de promover a salvaguarda e valorização do património arqueológico, bem como a conservação de monumentos e sítios:

“De acordo com o artigo 9º da CRP (Constituição da República Portuguesa, aprovada pelo Decreto 10/04 (de 10 de abril) de 1976, na sua versão atualizada (VIIIª), conferida pela Lei nº 1/2005, de 12 de agosto), é tarefa fundamental do Estado: “proteger e valorizar o património cultural português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território”. Ideia reforçada nos artigos 3º, 4º, 5º e 6º, da LPC, que clarificam essa tarefa fundamental, atribuindo ao poder central o dever de assegurar a transmissão de uma herança nacional, garantindo a conservação e salvaguarda, por meio da inspeção e prevenção. O Estado deve ainda, segundo na alínea c), do número 2, do artigo 78º, da CRP, “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural,

tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”. Pelo disposto, é inegável que o Estado Português é o principal tutor do Património Cultural Português” (Pereira, 2018: 40).

Este processo de modernização dos serviços estatais de preservação do património cultural culmina nos atributos do CSMN, que tem como marco o regulamento de lei que cria a instituição, relevando a importância do estudo da informação de valor histórico que contribuisse para o conhecimento da história da arte portuguesa, e da determinação do valor científico dos monumentos nacionais, assegurando a continuidade das políticas públicas de democratização do conhecimento. Em 1901, atos legislativos que vieram a definir o curso do serviço patrimonial português nos anos seguintes dando início às políticas protecionistas de património cultural que estabelecem as bases regulamentares para a classificação dos imóveis, além do incentivo a uma participação mais alargada da sociedade na promoção destes objetivos, por meio de iniciativas associativas de salvaguarda e valorização de património.

Em 1910 o país é marcado pela proclamação da República seguida pela nova constituição aprovada em 1911, que vem expressar a predisposição de salvaguarda e conservação do património cultural em seus programas políticos, propondo reformar os serviços artísticos e arqueológicos, e o ensino das artes plásticas. Esta reforma promove a divisão do país em três Circunscrições Artísticas (Lisboa, Porto e Coimbra)⁴, encarregues da direção dos serviços (e bens) artísticos nas respetivas regiões (Sul, Norte e Centro respetivamente). Em 1920, com a intenção de desburocratizar e descentralizar as atividades governamentais voltadas ao Património Cultural, a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (AGEMN), articulada com os Conselhos de Arqueologia de Arte já existentes, além de condicionar-se à orçamentação do Ministério do Comércio para as obras, finalizando seu período de ação em 1924.

Potencializada pelos anteriores trabalhos realizados pela administração, cria-se em 1929, durante a ditadura militar e nacional, a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), com o objetivo centralizar as competências do património cultural (como o Ministério de Instrução Pública e a Direção Geral das Belas Artes). Passa a ser responsável pela repartição dos Monumentos Nacionais, assim como outras competências relacionadas a coordenação e monitorização de trabalhos no âmbito artístico e arqueológico, gerando como resposta a reorganização das instituições responsáveis pela tutela do património cultural. Em 1932, publica-se um decreto fundamental que redesenha a Academia Nacional de Belas-Artes (ANBA), e ainda se regulamentam as categorias de classificação de bens imóveis com a introdução dos *Imóveis de Interesse Público* e dos *Imóveis de Interesse Municipal*, que se juntaram assim à única categoria classificativa que

⁴ Relatório do Decreto nº. 1, de 26 de maio de 1911.

existia, os *Monumentos Nacionais*. Além de criar as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia e no ano seguinte, com a constituição do Estado Novo, estabelece-se o organismo consultivo denominado “Junta Nacional de Escavações e Antiguidades”.

A fim de garantir a gestão pública e a conservação do Património local, foram designadas legislações que assistam na classificação destes, sendo estas encarregadas de:

- “a) Identificar as carências de intervenção em Património Classificado sob gestão pública;
- b) Diagnosticar e avaliar o estado de Conservação do Património Classificado;
- c) Priorizar as necessidades de intervenção, de sinalização e valorização;
- d) Avaliar a importância do Património na criação de emprego e na estruturação da oferta turística Portuguesa;
- e) Formular recomendações de carácter estratégico e operacional sobre as medidas de intervenção no Património, a implementar no quadro do novo ciclo de programação de fundos estruturais.” (Bernardes et al., 2020: 9).

Apesar de a área cultural e educacional terem sofrido durante a ditadura militar e o Estado Novo, por terem como dever apresentar propostas nacionalistas que excluíssem os progressos realizados nestes âmbitos em movimentos internacionais, com o desenvolvimento de ideais democráticos, a partir da segunda metade da década de 1960, novos ecos surgem nas políticas de intervenção estatal no património cultural. Em 1971, promove-se uma reforma no sistema educativo, e cria-se a Direção Geral dos Assuntos Culturais (DGAC), que pretende assegurar por meio do Estado o acesso da sociedade à cultura. Subsequente à criação da DGAC, vê-se instaurado o Fundo de Fomento Cultural (FFC), em 1973, de natureza autónoma, que deveria auxiliar financeiramente na promoção, difusão, conservação, divulgação, e investigação de atividades que pretendam defender os bens culturais, bem como os ramos da cultura.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 marca o início da vida democrática em Portugal, refletindo diretamente nas políticas culturais:

“No Decreto-Lei n.º 409/75, de 2 de agosto, são transferidas as competências do sector cultural para o Ministério da Comunicação Social, que se subdivide em duas Secretarias de Estado: Secretaria de Estado da Informação e Secretaria de Estado da Cultura. Neste sentido, sem haver redefinição dos princípios administrativos do setor do património cultural, todas as competências da DGAC passam a estar alocadas ao Ministério da Comunicação, nomeadamente na Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que se subdivide em unidades orgânicas, entre as quais a primeira Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) que tem como dirigente superior um Secretário de Estado” (Mesquita, 2021: 67).

Devido às grandes reformas constitucionais realizadas no âmbito governamental com a mudança do regime político, o âmbito cultural altera-se numa nova lógica democrática

refletida nas políticas públicas. A partir do final da década de 1970, novas regulamentações manifestam estas alterações: a Portaria nº 269/78, de 12 de maio que aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, e em 1980, cria-se o primeiro organismo tutelar do património cultural, com competências centralizadas, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC).

O IPPC a partir do momento de sua oficialização apresenta como proposta e constituição a criação de serviços regionais, juntamente com o desenvolvimento de novas estratégias de salvaguarda e preservação, relevando a importância da inventariação por meio de registros fotográficos e da formação de técnicos competentes para agir nas especificidades sectoriais promovendo a fruição pública com a intenção promover a aproximação das comunidades aos dispositivos culturais.

Na sua orgânica existe um Departamento de Arqueologia, assim como Serviços Regionais que deveriam atender às demandas no Norte, Centro e Sul do país. Como reflexo destas frentes de estudo e valorização do património arqueológico, nota-se o reconhecimento do público, com assistência de publicações divulgadas na imprensa. É nesta época também que se vê emergente o diálogo sobre a salvaguarda da globalidade dos vestígios arqueológicos, sendo factores indispensáveis na paisagem e memória nacional, devendo ser considerados quando pensamos no planeamento social, económico e urbano do território

Em relação ao trabalho no âmbito arqueológico, destacam-se as dificuldades enfrentadas relacionadas ao financiamento: “Embora a preservação e salvaguarda de património cultural seja definitivamente uma prioridade, frequentemente o IPPC, não tem fundos suficientes para satisfazer as necessidades associadas às intervenções, sobretudo os trabalhos arqueológicos (Mesquita, 2021: 57).

O trabalho realizado pelo IPPC especificamente no âmbito arqueológico concretizou-se graças aos esforços do Departamento de Arqueologia, que promove diversas ações com a intenção de disseminar a valorização e os conhecimentos arqueológicos em diversos territórios no país. Neste contexto cria-se o Plano Anual de Trabalhos Arqueológicos, que possibilitou a coordenação e o apoio às atividades que vinham sendo desenvolvidas. Como resposta às lacunas encontradas neste processo, vê-se a necessidade de criar também os Serviços Regionais de Arqueologia (SRA).

Os esforços para a descentralização dos dispositivos responsáveis pela inventariação e valorização do património cultural no país é notável nesta época. Instalam-se Gabinetes Técnicos Locais (GTL) que tencionam apoiar os reguladores do ordenamento municipal; promove-se também a criação de equipamentos museológicos, centros de conservação e restauro e ainda o Instituto Português dos Museus (IPM), que resulta da desestruturação do IPPC, que deveria tutelar os museus que vinham sendo promovidos. Além dos esforços

notáveis neste âmbito, é fundamental ressaltar as iniciativas no contexto jurídico-legal que foram implementadas, restaurando e implementando regulamentos específicos para o património cultural, por meio do acompanhamento dos Planos Diretores Municipais (PDM), promovendo também princípios constitucionais que viriam a definir as obrigações das autarquias.

“Seguindo o ensejo de estar ao mesmo nível que o resto da Europa, Portugal começa a absorver as filosofias e os conceitos sobre o património arquitetónico e o património arqueológico transmitido pelo Conselho da Europa e daí surge, então, a publicação da primeira Lei de Bases do Património Cultural Português – a Lei nº 13/85, de 6 de julho – que consagrou um regime específico para o património arqueológico, nos termos dos artigos 36º a 42º”(Pereira; 2018:54).

Em 1992, a remodelação organizacional do IPPC culmina com a criação do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), e alguns anos depois, em 1997, por um decreto de lei (Decreto-Lei n.º 117/97) é criado também o Instituto Português de Arqueologia, que pretende ser um organismo autónomo com o objetivo de assumir as competências e atribuições das gestões do património arqueológico, tendo assim vínculo direto com o Ministério da Cultura⁵. O IPA funciona como organismo independente até 2006, quando um novo decreto de lei funde-o com o IPPAR, dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR, I.P.), que veio a idealizar as Direções Regionais da Cultura (DRC), com uma lógica de disseminação das competências do domínio patrimonial, contando ainda com o Instituto dos Museus e Conservação (IMC) e com a extinção da DGEMN, em como bem sucedidos trabalhos relacionados a inventariação e valorização do Património Cultural, como por exemplo o Sistema de Informação para o Património (SIPA)⁶. Em 2007 o IGESPAR se vê responsável por cinco departamentos: Departamento de Salvaguarda; Departamento de Inventário, Estudos e Divulgação; Departamento de Projetos e Obras; Departamento Jurídico e de Contencioso; e o Departamento de Gestão. Promovendo assim uma melhor coleta de informações, bem como uma organização disciplinar que culminaria no fornecimento de informações e estudos sucintos.

Com a reestruturação do Governo Constitucional, o IGESPAR se vê extinguido, com o propósito da construção de uma tutela do património cultural uniformizada com as políticas públicas do país, dando lugar em 2012 à DGPC (Direção-Geral de Património Cultural), instituída como serviço central da administração direta do Estado. A DGPC albergou quatro

⁵ <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/117-1997-397534>

⁶ Sistema desenvolvido pela DGEMN que por via da sua extinção em 2006, foi transferido para o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e posteriormente para a DGPC, onde se encontra hoje alocado.

departamentos com diretórios próprios que encontravam-se ainda ramificados em outras divisões internas, sendo eles: Departamento de Bens Culturais (DBC), o Departamento de Museus, Conservação e Credenciação, o Departamento de Estudos, Projetos, Obras e Fiscalização e o Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, tendo suas competências definidas através da Portaria n.º 223/2012 de 24 de julho, valorizando neste momento o Departamento de Bens Culturais (DBC). Sofrendo alterações em agosto de 2022⁷, a fim de operacionalizar os investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), passa a permitir a inclusão de dois novos departamentos em sua orgânica, sendo estes, o Departamento do Fundo de Salvaguarda do Património Cultural, que deverá prestar apoio técnico, administrativo e logístico ao nível da intervenção em património imóvel, e o Departamento de Modernização e Transição Digital, que acompanhará o desenvolvimento e monitorização das possíveis soluções tecnológicas de acesso às coleções, arquivos e bases de dados, de responsabilidade da DGPC.

O DBC é o serviço responsável pela gestão do património e dos trabalhos arqueológicos, compreendendo em si a Divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico e Arqueológico e a Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial, é por meio desta que novos decretos de lei se fizeram cumprir, regulamentando assim o trabalho arqueológico (2014). Torna-se também notável a repercussão internacional que se faz possível por meio da articulação destes órgãos governamentais, que permitem as orientações técnicas das convenções internacionais sobre o património.

“De modo a conferir à DGPC uma base estável de fiscalização das entidades a que agora se reconhecem a atribuição de competências, assim como das entidades que o reconheceram com o Decreto-Lei n.º 22/2019, é atualizada a infraestrutura da entidade tutelar, através do Despacho n.º 414/2020. Neste estipula-se a criação de quatro Divisões responsáveis por diversas áreas patrimoniais: “São criadas as Divisões de Salvaguarda do Património Arquitectónico (DSPA), de Inventariação, Estudo e Salvaguarda do Património Arqueológico (DIESPA), do Património Imóvel, Móvel e Imaterial (DPIMI) e a Divisão de Arquivo, Documentação e Bibliotecas/Forte de Sacavém (DADB/FS)” (Preâmbulo do Despacho 414/2020)” (Mesquita, 2021: 78).

Por meio deste breve percurso realizado na história de Portugal, recorrendo a criação de Instituições, Associações e Órgãos Públicos que deveriam auxiliar na promoção da significação dos Patrimónios Culturais, que incluem em seu âmago os Sítios Arqueológicos, é possível perceber que o senso de valorização é extremamente dependente da percepção de nação que é promovida para a sociedade, e devido aos esforços realizados para a salvaguarda deste, dependem também de serviços descentralizados, que proporcionem um

⁷ Portaria n.º 201/2022, de 3 de agosto. *Diário da República*, 1ª série, nº149.

melhor entendimento e conhecimento dos territórios, para que se promova de maneira homogênea e organizada o estudo e a preservação das vidas passadas de cada parcela da sociedade, auxiliando assim na promoção e valorização das mesmas.

3.4. O processo de classificação dos sítios arqueológicos em Portugal

Para garantir a gestão pública e a conservação do Património local foram desenhadas legislações que assistam na classificação deste, sendo estas encarregadas de:

- “a) Identificar as carências de intervenção em Património Classificado sob gestão pública;
- b) Diagnosticar e avaliar o estado de Conservação do Património Classificado;
- c) Priorizar as necessidades de intervenção, de sinalização e valorização;
- d) Avaliar a importância do Património na criação de emprego e na estruturação da oferta turística Portuguesa;
- e) Formular recomendações de carácter estratégico e operacional sobre as medidas de intervenção no Património, a implementar no quadro do novo ciclo de programação de fundos estruturais.” (Bernardes et al, 2014: 9).

Em Portugal existem três categorias de classificação, sendo elas: Monumento, Conjuntos e Sítios, que podem ser classificados no âmbito Nacional, Interesse Público ou Interesse Municipal. No território nacional existem mais de 4.600 bens classificados (INE, 2021), dentro dos quais se encontram os quatro casos de estudo aqui levantados. O regulamento que orienta estes processos classificatórios é definido pela lei 107/2001, de 8 de setembro, regulamentado pelo Decreto n.º 309/2009. Assegurando a disposição dos valores dos bens, o Estado Português se propõe a contribuir para a preservação e valorização do património cultural tanto no território nacional, quanto fora dele que testemunhe capítulos da história comum, assim como aqueles com valor universal excepcional.

- “1 - Entende-se por classificação o acto final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural.
- 2 - Os bens móveis pertencentes a particulares só podem ser classificados como de interesse nacional quando a sua degradação ou o seu extravio constituam perda irreparável para o património cultural.
- 3 - Dos bens móveis pertencentes a particulares só são passíveis de classificação como de interesse público os que sejam de elevado apreço e cuja exportação definitiva do território nacional possa constituir dano grave para o património cultural.
- 4 - Só é possível a classificação de bens móveis de interesse municipal com o consentimento dos respectivos proprietários”⁸.

⁸ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, Diário da República, n.º 209, Série I-A.

Os sítios arqueológicos que constituem o caso de estudo estão todos classificados. Na categoria de Monumento Nacional inserem-se os Monumentos Megalíticos de Alcalar, o Povoado de Vila Nova de São Pedro e as Grutas Artificiais de Casal do Pardo, enquanto o sítio arqueológico Mesas do Castelinho é classificado como Imóvel de Interesse Público.

Os Monumentos Nacionais (MN) são classificados na assunção da sua relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. No caso de Alcalar e das Grutas Artificiais de Casal do Pardo, as argumentações para a sua classificação como MN recaem no interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; no caso de Vila Nova de São Pedro, argumenta-se o seu interesse como testemunho notável de vivências ou factos históricos, materializando novos modos de troca na sociedade.

3.5. Enquadramento Internacional

A preocupação para com a salvaguarda do património foi-se mostrando ascendente conforme a sua destruição se tornou próxima e palpável e como resposta, diversas associações começaram a ser criadas em cada país com a intenção de construir espaços inclusivos que pretendem fomentar o intercâmbio de experiências e a construção e articulação de guias e normas que pudessem assistir no processo de investigação, conservação e valorização do Património de maneira igualitária.

Após a primeira Guerra Mundial surgem organizações e fundações que pretendem de maneira internacional e mundial promover debates teóricos e práticos que assistam na compreensão e no desenvolvimento do Património Cultural, como a Sociedade das Nações (1919) a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual -CICI- (1922), a partir da qual vem a se formar também o Serviço Internacional de Museus (1926).

É a partir da consolidação destas organizações que se desenvolve a conferência mundial de Atenas em 1931, o Primeiro Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos de Monumentos Históricos, organizada pelo Serviço Internacional de Museus, dedicada a fomentar a discussão em da conservação do património cultural e monumentos históricos, a partir da construção de base teóricas que assistam as políticas e desenvolvimentos intelectuais essenciais para o desenvolvimento do processo administrativo e legislativo que promovam a conservação do Património Cultural, além de propor debates acerca da deterioração, melhoria estética, processos e técnicas restaurativas, com a intenção de constituir cooperações internacionais que promovam de maneira igualitária os desenvolvimentos debatidos. Dentre os levantamentos realizados durante a conferência, vale salientar a recomendação aos profissionais de evitar o restauro integral de monumentos e ruínas, para concentrar seus investimentos em sua manutenção, de modo que, quando o restauro se mostrar um meio indispensável, deve-se respeitar fundamentalmente os

elementos históricos e artísticos de todos os períodos. A Carta de Atenas promove também o uso de técnicas e materiais modernos no processo de restauro e manutenção, não apenas de ruínas e monumentos, mas também do local e da composição na qual o Património se encontra. Proporciona a disseminação igualitária destas técnicas e princípios de intervenção entre os países, que assista no processo de conservação, diminuindo a possível destruição e deterioração dos mesmos. Propõe também que os sítios já escavados, que não passaram imediatamente pelo processo de restauro, sejam reenterrados, e que as construções contínuas sejam compatíveis com os princípios de conservação levantados.

Para além destes pontos fundamentais, a Carta de Atenas pretende dar suporte à cooperação internacional por meio de proteções legais, intercâmbio de técnicas e conhecimentos que assistam no processo de construção, manutenção e restauro, que possam incluir a participação e educação da comunidade.

A Carta de Atenas apresenta-se como importante instrumento para a disseminação de termos, ideologias e bases que promovem e assistem nos cuidados do Património Cultural. A partir de suas conclusões dá-se origem, em 1932 a uma Resolução da Sociedade das Nações, que pretende dar continuidade ao desenvolvimento de resoluções voltadas ao património da humanidade. Em 1940, com a intenção de fomentar os espaços ainda não debatidos na Carta de Atenas, a Liga das Nações desenvolve manuais que apresentam considerações especificamente voltadas ao processo de escavações arqueológicas, e as possíveis técnicas desenvolvidas para a realização das mesmas.

É mais uma vez, com a premissa da destruição do património potencializada pela Segunda Guerra Mundial, que a sociedade internacional se organiza para salvaguardar a história e memória da humanidade. Como resposta, funda-se a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em 1945, que produz o primeiro conjunto de recomendações internacionais voltadas às escavações arqueológicas, propondo orientar os estados membros sobre as medidas adequadas para a proteção dos sítios, monumentos e obras que figuram a história da humanidade promovendo visibilidade e respeito que assistissem na disseminação internacional do importante papel da conservação do Património, e logo, no papel a ser desempenhado pela comunidade científica frente sua conservação.

Os princípios Internacionais recomendados pela UNESCO incluem a regulamentação do processo de escavação, assim como a construção de legislações que promovam a proteção de sítios, além do desenvolvimento nacional de serviços que supervisionem os processos de restauro para assegurar sua gestão, e encorajar a preservação *in situ* seja durante o processo presente de investigação e escavação, ou ainda para a possibilidade futura de pesquisa e descoberta, assistidos por programas educacionais voltados à população e comunidade, tornando estes conhecimentos popularmente aceitos e conhecidos. Os

Princípios Internacionais voltam a enfatizar a importância da colaboração internacional, incluindo direitos científicos e propõe a repressão de escavações clandestinas e a devolução de materiais adquiridos ilegalmente, assistindo este processo por meio da regulamentação de trocas e comercialização de antiguidades, e promovendo as responsabilidades dos museus.

Em 1957, a UNESCO realiza o 1º Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, sediado em Paris, época em que também criado o ICCROM (International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property), organização internacional dedicada à investigação e desenvolvimento de técnicas de conservação e restauro de edifícios antigos. O 2º Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em maio de 1964, na cidade de Veneza, aparece como outro importante marco internacional, devido à aprovação da Carta de Veneza, voltada para a conservação e restauro de monumentos e sítios.

A Carta de Veneza apresenta preocupações relacionadas à proteção dos valores históricos e estéticos dos fragmentos culturais, destacando aqueles que se encontram *in situ*, focando seu posicionamento na importância da conservação de monumentos históricos e sua configuração geográfica, a fim de destacar a sua importância como testemunhos históricos e obras de arte, que devem ser assegurados por meio da preservação que deve ter como premissa o respeito dos materiais e documentos originais. Ressalta-se assim a importância de se assegurar que a conservação seja feita a partir dos dados recolhidos e não de hipóteses adquiridas, evitando o restauro conjectural, promovendo e proporcionando um trabalho de restauro e manutenção que utilize técnicas e materiais modernos, que permitam manter a harmonia e compatibilidade com as estruturas originais, respeitando os períodos de desenvolvimento dos monumentos.

Os aspetos levantados incluem os trabalhos realizados em sítios arqueológicos, indicando a importância da técnicas científicas adotadas no processo de intervenção dos mesmos serem cuidadosa, assegurando a conservação dos fragmentos descobertos e expostos no processo, afim de permitir o futuro restauro a partir deles, por meio da técnica da anastilose (termo arqueológico derivado do grego: erigir novamente, que justifica a técnica de reconstrução de monumentos, edifícios e ruínas a partir de elementos arquitectónicos originais, também utilizado para referir-se à técnica de restauro de cerâmica e outros objectos pequenos quando quebrados)

A Carta de Veneza foi, por um lado, criticada por ressaltar a importância histórica e estética ao invés de promover a ciência e os valores sociais do Património Cultural, além de apresentar fundamentos voltados à conservação que não viriam a enquadrar-se em todo e qualquer sítio, dependendo do estado em que este se apresente. Por outro lado, teve

grande influência no desenvolvimento dos princípios de conservação do património, servindo como ponto de referência nos debates futuros voltados à temática.

Em 1972 é aprovada a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, na Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris, na qual são definidos pontos fundamentais que assistem na conceitualização teórica de termos que promovem a definição do património cultural e natural, bem como inicia o projeto do património mundial. Outros pontos essenciais são levantados na conferência, como o reconhecimento da obrigação de se assegurar a proteção e conservação destes patrimónios, tanto por meio de medidas nacionais, como internacionais, incluindo a importância do processo de identificação, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras, seja por meio de políticas gerais, desenvolvimento de estudos e pesquisas científicas e técnicas, ou ainda pela criação e desenvolvimento de centros nacionais voltados para a formação dos indivíduos para o aperfeiçoamento de tais áreas. É ainda criado junto à UNESCO, um comitê intergovernamental para a proteção do património de valor universal, denominado “Comitê do Património Mundial” que viria a integrar os Estados membros a fim de assegurar uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do mundo, que teria por meio da Convenção, seus objetivos determinados.

A convenção determina ainda a constituição de um fundo destinado para a proteção do património mundial, cultural e natural de valor universal, assim como um modelo de assistência internacional em favor dos bens patrimoniais, bem como suas normas e procedimentos. Portugal vem a apoiar os termos e condições apresentados pela Convenção por meio do Decreto nº 49/79, de 6 de junho.

Outro marco internacional na contribuição dos paradigmas patrimoniais é a Carta de Burra, discutida pela primeira vez no ano de 1979, e revista posteriormente, a fim de manter sua coerência com os factos da atualidade, assim como com os avanços na prática da conservação, tendo até o presente momento sua última revisão sido feita em 1999.

A Carta de Burra, proposta pelo ICOMOS⁹ da Austrália em 19 de abril de 1979, considera como base para sua constituição, documentos como a Carta de Veneza, resoluções da 5ª Assembleia realizada pelo ICOMOS, bem como as de Moscovo, realizada em 1978, a partir dos quais indica orientações para a conservação e gestão dos sítios. São introduzidas importantes mudanças no que diz respeito ao reconhecimento do património arqueológico, incluindo em seus valores, os não tangíveis como valores sociais e espirituais, que viriam a ser determinados pela continuidade de seu uso ou pela tradição. São assim definidos os significados culturais incluindo valores estéticos, históricos, científicos e sociais.

⁹ ICOMOS – *International Council of Monuments and Sites*. Fundado em 1964, no rescaldo do 2º Congresso dos Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Portugal dispõe de uma Comissão Nacional.

É ainda a primeira carta a defender claramente o que agora conhecemos como modelo de gestão, que vem a ser desenvolvido com maiores esclarecimentos nas alterações apresentadas posteriormente. É determinado também um planeamento e implementação no processo lógico de conservação, baseado no reconhecimento e acesso de valores culturais, por meio da investigação e do acesso tanto aos problemas quanto às oportunidades voltadas à gestão, a fim de produzir novas estratégias e políticas que resultem na conservação dos valores culturais do Património. A Carta de Burra se destaca por apresentar pontos de grande significância ao que diz respeito à sítios arqueológicos, ao reconhecer os valores sociais, científicos e investigativos, fornecendo ainda mecanismos que permitam assistir na análise e resoluções de potenciais conflitos de valor relacionados às opções de conservação.

Em 1990 é produzida a primeira grande declaração internacional sobre conservação e gestão do património arqueológico, a Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico (ICAHM), pelo ICOMOS, com o objetivo de se criar um documento normativo que enuncie princípios fundamentais e recomendações de um alcance global no domínio das políticas e práticas governamentais, científicas e profissionais, por meio da proposta de princípios e regras em nível regional e nacional.

A carta vem a definir o património arqueológico como:

“A parte do nosso património material, para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana. Este conceito aplica-se aos locais onde foram exercidas quaisquer atividades humanas, às estruturas abandonadas e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como a todos os objectos culturais móveis que lhe estejam associados” (ICAHM, 1990)¹⁰.

Ao assumir a importância do património arqueológico, torna-se fundamental abordar as possíveis políticas de conservação e proteção. A carta propõe assim um sistema integrado que se relacione com o planeamento económico, a agricultura, e a ocupação dos solos, bem como na cultura, meio ambiente e educação, de modo que a criação de reservas arqueológicas passe também a fazer parte destas políticas, a fim de construir um ordenamento e planeamento do território internacional, nacional, regional e local, por meio de programas que apresentem previamente os possíveis impactos ao património.

A responsabilidade perante o património arqueológico deve traduzir-se na criação e adoção de legislações, fundos e programas de gestão eficazes, sendo este o maior foco da carta. Em relação à legislação alguns pontos são ressaltados, como por exemplo a necessidade de se interditar a destruição, degradação ou alterações causadas pela

¹⁰<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/31%20Carta%20patrim%C3%B3nio%20arqueol%C3%B3gico%20-%20ICOMOS%201990.pdf>

modificação de monumentos e sítios, sem a permissão de autoridades arqueológicas competentes, a fim de garantir a conservação da história e tradições dos países e regiões, assistindo na conservação *in situ* e no desenvolvimento de investigações, documentações, manutenção e reparação, bem como os meios necessários para garantir sua execução.

A carta apresenta ainda a importância da produção de inventários, baseados no conhecimento da existência e natureza do património arqueológico, apontando seus potenciais, a fim de se produzir estratégias de proteção e gestão, assistindo na investigação científica. Assumindo também a importância das intervenções *in situ*, que vão desde a exploração não destrutiva até à escavação integral, passando por sondagens ou recolha de amostras, que auxiliem no processo de recolha de informações sobre o património arqueológico, que permitam proporcionar decisões de técnicas de conservação. São apresentados ainda alguns princípios a serem seguidos no processo de escavação, afim de manter a salvaguarda do sítio e seu entorno, levando em consideração a Recomendação da UNESCO sobre os princípios internacionais aplicáveis a escavações arqueológicas (1956), e de acordo com as normas profissionais, internacionais e nacionais, com o objetivo de conservar o património, bem como seus respectivos achados, mantendo seu contexto original, por meio de uma gestão adequada que reduza os riscos e consequências das escavações.

Finalmente, a carta aponta para a importância de se apresentar o património arqueológico ao grande público, com a intenção de gerar acesso ao conhecimento das origens e do desenvolvimento da sociedade, divulgando ao mesmo tempo a necessidade de proteção do património. Esta apresentação deve contar com a divulgação do conhecimento científico, e deve ser submetida a frequentes revisões, que pretendam permitir a compreensão do passado a partir de múltiplos pontos de vista. No caso de serem realizadas reconstituições, recomenda-se que não sejam feitas sobre os vestígios arqueológicos, e que assistam como material pedagógico. Revela-se a importância da inclusão e participação ativa da população, tendo em vista que a informação do público é um elemento importante da conservação integrada, assim como a educação especializada na área.

Finalizo agora o levantamento das contribuições internacionais para o património arqueológico mencionando o Documento de Nara para autenticidade, produzido em 1994 no Japão. O documento utiliza também como base teórica a Carta de Veneza, e é dela que extrai a afirmação do significado de autenticidade, e apresenta-a como fator essencial de qualificação em relação aos valores do património, e aos estudos científicos relativos a este, que viriam a resultar no planejamento da conservação e do restauro, aceitando os diferentes contextos culturais, e a crescente influência da cultura não Ocidental dentro do diálogo sobre o património.

A autenticidade aqui deixa de ser definida pela conservação de materiais originais, expandindo sua definição a fim de abraçar a os valores da diversidade cultural e suas diferentes formas, sejam elas expressões de tradições tangíveis ou intangíveis. Sublinha-se assim a importância e urgência de se estabelecer, dentro de cada cultura, o reconhecimento da natureza de seus valores culturais, assim como a credibilidade e veracidade das fontes de informação. Deste modo, os valores do património podem depender de sua natureza, seu contexto, ou ainda de sua evolução através do tempo, e é por meio destas informações que se pode dar vazão a elaboração de suas dimensões artísticas, históricas, sociais e científicas

3.6. O Sítio e a Comunidade

O Património Cultural de Portugal conquista seu espaço legal e social com o passar do tempo, tendo relevada sua significância para a compreensão da história do homem dentro do território. Vimos no capítulo anterior como esta construção se deu no âmbito nacional, e pretendo agora compreender como se dá a relação entre os sítios arqueológicos e as comunidades locais, visando compreender se uma influi na outra, e quais os sentidos e significados dos sítios em cidades e vilas.

Como visto previamente, os desafios enfrentados para a promoção do património cultural do país nas comunidades não centralizadas foi e continua sendo exaustivo. É fundamental pensarmos no papel da valorização e a educação voltada para espaços e objectos de memória quando falamos sobre sítios arqueológicos. Vale lembrar ainda que a preservação dos sítios teve por muito tempo escassez de verbas que auxiliassem no desenvolvimento e repercussão deste conjunto na sociedade e, por isso, é possível assumir que muitos sítios arqueológicos foram deixados de lado na construção urbana de muitas cidades, e logo, da vida da população local.

Para tanto, torna-se fundamental iniciar este processo de análise a partir da compreensão de comunidade, termo amplamente estudado e discutido dentro da sociologia e antropologia, devido às mudanças sociais e conceituais, teve sua definição alterada diversas vezes, para condizer com a realidade vivida. De modo geral, “comunidade” pode ser desde sua raiz entendida como uma associação de relações sociais. Laurajane Smith e Emma Waterton no livro “Heritage, Communities and Archaeology” (2009) permeiam a definição de comunidade, apoiadas em diversos estudos, entre as pontuações vale ressaltar o questionamento levantado por Alleyne (2002), que critica o entendimento genérico do termo:

“Esse entendimento genérico tornou-se algo de um doxa, ou conveniência, que tende a se referir a cidades rurais e vilas, ou, se incorporando o contexto urbano, seriam compreendidas como classes trabalhadoras e grupos minoritários. Implicitamente, então, a conceituação

genérica da "comunidade" refere-se tanto às relações sociais existentes 'em tempos passados' ou dentro dos parâmetros rigorosos da hierarquia social" (Smith e Waterton, 2009: 24).

Ao trazer à luz esta interpretação, as autoras nos fazem refletir sobre a hierarquia social criada para a construção deste conceito, tendo em vista que ele se baseia inteiramente no facto de que as comunidades permeadas por tradições antiquadas, não pertencem à forma dominante da sociedade, que é por sua vez moderna e complexa. Com isso, acabamos por isolar as comunidades da organização social dominante, construída a partir dos centros urbanos, e lhes concebemos a partir desta linha de pensamento um imaginário que as segrega, seja pelas relações de troca intrínsecas a elas, pela cultura partilhada, ou ao modo de vida, diminuindo-as a uma forma de vida simplista, ou ainda, imatura.

As "comunidades" seriam assim, de modo genérico tudo o grupo de pessoas que não se encontram nos centros urbanos globalizados, e por isso apresentam acessos distintos às construções e criações modernas. Na área cultural esta percepção se fez clara quando realizamos o levantamento das legislações e políticas voltadas ao Património Cultural, tendo em vista a incessante luta pela descentralização dos núcleos e estudos técnicos, e a busca pela participação inclusiva de câmaras municipais. A cultura como o património, encontra-se naturalmente disseminada pelas regiões do país, como os grandes monumentos, ou sítios arqueológicos, e quando levamos em consideração a questão da salvaguarda é fundamental que passemos a incluir o engajamento da comunidade local a estes espaços que fazem parte, de muitas maneiras, do quotidiano popular. É também dessa troca que se deriva o valor do património, assim como o desenvolvimento das técnicas de manejo destes, tendo em vista que deixamos de pensar apenas o que estas histórias poderiam ter sido, mas passamos a pensar no significado que passaram a ter para a sociedade atualmente, e logo aproximamos mais claramente uma forma de pensar na sua articulação com o meio. Por isso, a compreensão de "comunidade" deve ser dinâmica, abrangendo as experiências e as relações que vão sendo construídas, a comunidade está em constante movimento, assim como sua definição. Para compreendermos melhor sua definição devemos aceitar o facto de que "comunidade" é um termo genérico, que pode vir a ser usado para definir diversos agrupamentos sociais, entre eles vale ressaltar alguns subgrupos que são comumente referidos sendo a localização geográfica, classe social, etnia e cultura. Importante ainda salientar que estes grupos não são necessariamente similares entre si. Cada um tem suas particularidades e diferenças, e por isso não devem ser generalizados, o que vem a levantar problemáticas quando argumentamos sobre o processo de inclusão.

Quando levamos em consideração os sítios arqueológicos, devemos pensar em dois pontos fundamentais para sua manutenção: a conservação e preservação, que permeiam o

interesse público. Por meio do interesse do público nacional, e local, é possível aproximar a população e a comunidade das práticas arqueológicas e das descobertas históricas que vem sendo realizadas, consolidando em questões relacionadas à identidade local. Estas construções do imaginário das vidas passadas promovem a legitimação das narrativas da nação como um todo, permitindo a justificação do presente por meio da compreensão do passado, e consequentemente desenhando o direito e o acesso às gerações futuras.

A cultura efémera e intangível que promove nossas relações sociais, culturais, nossos valores e identidades, se faz palpável por meio de símbolos materiais; monumentos, sítios arqueológicos, entre muitos outros. São eles que nos fazem compreender o passado, e que um dia farão com que as gerações futuras compreendam o nosso modo de vida. É por isso fundamental que a população local e as comunidades tenham uma participação ativa na sua compreensão e manutenção, caso contrário, a interpretação da cultura é feita apenas por técnicos e profissionais privilegiados por seus conhecimentos teóricos, que se responsabilizam pela seleção do que deve ser considerado relevante o suficiente para ser carregado pela história da nação, fazendo com que a comunidade tem um papel passivo de observador. Por isso o processo de inclusão é de extrema importância, dando espaço à multiculturalidade das experiências partilhadas com estas memórias, fazendo com que deixem de ser meros resquícios do passado, para que deem lugar a uma construção próxima a realidade atual.

Deste modo, vale salientar que os sítios arqueológicos se tornam experiências inevitáveis aos lugares e à população que os rodeiam, eles facilitam a memória de antigas culturas e promovem expressões da nossa própria identidade nacional e colectiva. O mero facto de existirem e fazerem parte do cotidiano faz com que tenham um lugar mesmo que inconsciente na construção da memória geográfica da própria comunidade, que vai com o passar do tempo se alterando para abraçar as novas edificações e construções urbanas. Para além disso, nos fazem recordar que apesar de o mundo e a sociedade vivenciarem constantes mudanças, existem realidades que são marcadas em nosso âmago, e são carregadas para a posterioridade.

O desenvolvimento de conceitos e teorias inclusivas neste sector social e cultural vem sendo discutido e analisado amplamente na União Europeia, que para tanto, criou espaços que facilitassem a promoção deste diálogo, como a NAPincl – *Nacional Action Plans for Social Inclusion*, além de uma extensiva bibliografia que destina-se a analisar a participação inclusiva da sociedade na conservação de lugares de importância cultural, apresentando possíveis metodologias que possam assistir neste processo. Deste modo, torna-se notável a importância de se alargar os conhecimentos sobre os valores culturais e patrimoniais, por meio da educação da população, que pode vir a se tornar o maior meio de assistência no processo de reconhecimento e preservação.

É possível notar em Portugal a implementação de políticas e ações voltadas à defesa do Património em conjunto com a sociedade civil, com especial incidência a partir da proclamação da República, que fez emergir organizações diversas de carácter local e regional, dando espaço inclusive ao movimento associativo que apresentam especial destaque a partir do século XX (Magrinho, 2017).

Destaca-se assim a tentativa do governo de aproximar as populações locais no desenvolvimento e conhecimento da cultura local e patrimonial, assim como o movimento da população e comunidades de construir espaços onde é possível notar a falta de atuação governamental, salientando a importância do processo de inclusão.

As comunidades podem dar suporte na interpretação e valorização dos sítios arqueológicos, elas podem assistir na aproximação da sociedade às memórias passadas, criando às futuras gerações o sentimento de pertencimento. A aproximação para com os sítios pode vir a trazer diversos benefícios para a nação de modo geral.

4. Mapeamentos de sítios e museus arqueológicos em Portugal

Com a intenção de tornar palpável a análise voltada à aproximação dos sítios arqueológicos às comunidades locais, torna-se fundamental contextualizar e compreender geograficamente e temporalmente a situação dos sítios arqueológicos em Portugal. Após visitarmos as políticas públicas voltadas ao seu mapeamento, gostaria agora de percorrer brevemente os estudos realizados recentemente neste âmbito. Vale salientar que foi por meio da análise deste estudo que foi possível extrair as informações relacionadas aos espaços a serem estudados no presente trabalho.

O inventário relacionado com o Património Cultural do país vem sendo realizado há anos, e como resultado, hoje é possível encontrar mapeamentos dos sítios arqueológicos existentes em todo o país. Existem, entretanto, dois grandes pontos de referência quando analisamos este mapeamento, o já referido número da revista *Al-Madan* e a DGPC, que facilitam as informações *online*, disponibilizando-as para toda a população. Para o presente trabalho utilizei maioritariamente a informação disponibilizada pela revista *Al-Madan*, pela facilidade na disponibilidade de informações proporcionadas, porém gostaria de fazer um breve levantamento sobre o trabalho realizado para a disponibilização de ambos os mapeamentos.

Gostaria de iniciar salientando o papel da DGPC no mapeamento, realizado por meio de parcerias com as Direções Regionais de Cultura e com as Câmaras Municipais, que tornou possível em 2012, a criação do Portal do Arqueólogo, plataforma dedicada à gestão das atividades arqueológicas e à divulgação do património no país, a fim de estabelecer uma relação aberta entre os profissionais da área e a administração central e regional do Estado.

Neste portal é possível encontrar os documentos técnicos produzidos durante o processo de desenvolvimento da arqueologia, existentes no *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*, que teve início nas décadas de 1940, além de uma bibliografia especializada, o que vem a resultar em um conteúdo de 34.500 registos. Já o mapeamento dos sítios arqueológicos apresenta-se por meio de um inventário extenso que pode ser filtrado pelo meio em que o sítio se encontra, sendo: Meio aquático, misto e terrestre. Este levantamento apresenta em seu total 37.165 sítios registados, dentro dos quais se realiza uma breve introdução aos mesmos, proporcionando informações como o distrito, concelho e freguesia em que se encontra, o período cronológico, uma breve descrição sobre sua história, a procedência dos espólios, a classificação e conservação dos mesmos, bem como uma referência a trabalhos realizados no mesmo.

Foi criada ainda uma área paralela no *website* que disponibiliza informações sobre os sítios visitáveis, selecionados por sua condição de conservação, enquadramento paisagístico e importância histórico-cultural, onde é possível acompanhar os trabalhos e

projetos arqueológicos que auxiliaram no processo de salvaguarda do sítio, além de sua contextualização e descrição das principais estruturas, bem como as fases de ocupação. A visualização do mapeamento dos *Sítios Arqueológicos Visitáveis* é feita de maneira dinâmica, exibidos em um mapa do país, o que nos permite compreender a situação geográfica dos sítios, e selecionar a partir de nosso interesse o local que temos interesse em conhecer os vestígios históricos que são hoje abertos ao público¹¹.

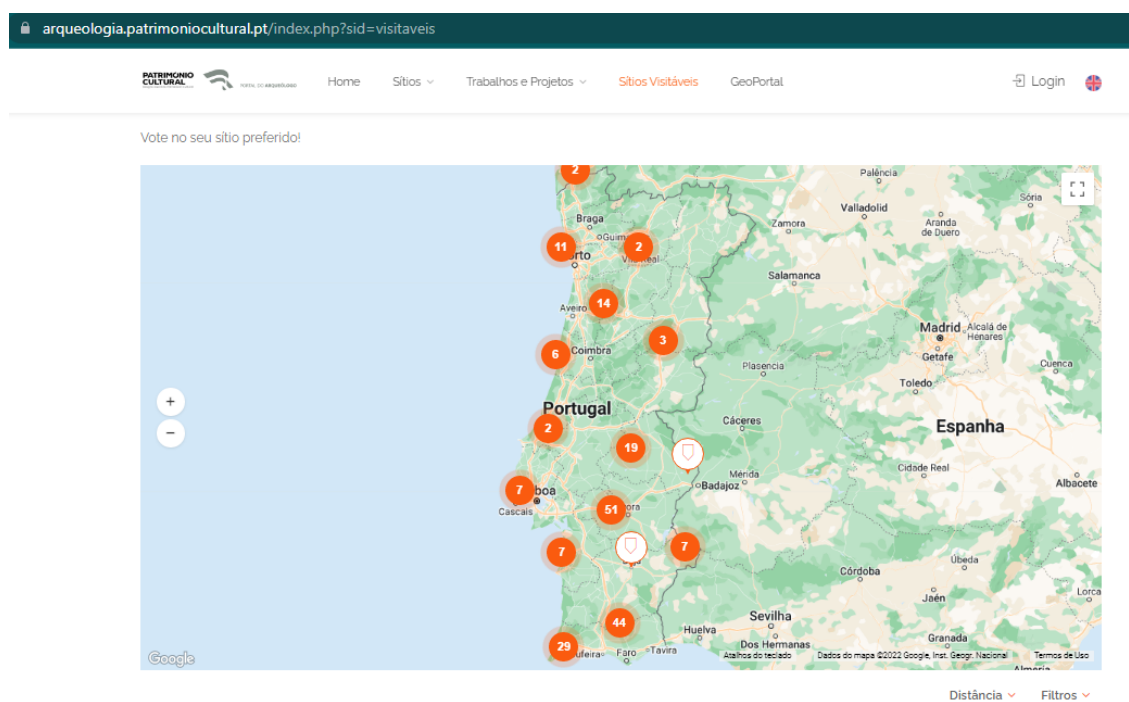


Figura 1 - Mapa dinâmico dos sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, realizada pela DGPC <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=visitaveis>.

A revista *Al-Madan* com a intenção de auxiliar na fruição da informação relacionada ao Património Cultural, percebendo a importância de partilhar e sociabilizar o conhecimento adquirido neste âmbito, afim de fomentar o interesse pela preservação e valorização deste património, realiza em dois diferentes momentos um inquérito de nível nacional com a intenção de levar à público os sítios visitáveis no país, “isto é, daqueles que preservam *in situ*, total ou parcialmente, os contextos ou estruturas revelados, permitindo a visita e fruição pública livre ou orientada por entidade pública ou privada”(Raposo, Jorge, 2016:7).

O primeiro inquérito foi realizado entre julho e outubro de 2001 em parceria com o Centro de Arqueologia de Almada (CAA), salientando como objetivo de promover a informação de sítios em condição de visita e fruição pública. O objetivo principal deste levantamento não seria o de promover um inventário exaustivo, mas sim criar visibilidade

¹¹ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=visitaveis>

aqueles sítios que tem potencial científico e patrimonial, que estejam em condições de serem interpretados pelos visitantes, podendo incluir sítios musealizados ou já interpretados com acesso público. Neste primeiro momento foram identificados e caracterizados 300 sítios, com recurso ao preenchimento de um formulário por parte das entidades públicas e privadas responsáveis. Apesar dos grandes esforços, o inquérito apresentou uma taxa de resposta de 42% (128 dos 308 apresentaram respostas), a partir da qual, foi possível levantar algumas informações que contextualizem a situação dos sítios no país, considerando as técnicas e instrumentos de interpretação. Foi assim realizado um estudo estatístico que apresenta o número de sítios visitáveis em cada uma das regiões do país, concluindo que: o Norte apresentou 89 registos, a região Centro 82, Lisboa e Vale do Tejo apresentaram 35, o Alentejo apresentou 76, 17 no Algarve e apenas um na Região Autónoma da Madeira.

Com a intenção de realizar uma análise mais abrangente sobre a temática, a *Al-Madan* juntamente com o CAA, deram continuidade ao levantamento de Sítios Arqueológicos Visitáveis por meio de inquéritos que continuaram apresentando a mesma proposta objetiva, a fim de perceber as condições de promoção e socialização do Património. Deste modo o inquérito foi dirigido a entidades públicas e privadas que apresentassem responsabilidade na gestão do Património arqueológico em nível central e local datados desde a Pré-História até a Idade Contemporânea, que tiram cerca de dois meses para preencher as informações requeridas no formulário online, os resultados obtidos foram revisados e posteriormente publicados em janeiro de 2016 na revista impressa (nº20).

Nesta segunda fase de recolha dos inquéritos, foram contabilizados 570 registos, dos quais apenas 70 não se apresentavam dentro dos critérios pré-definidos, o que permitiu a reformulação deste inventário com a apresentação de 500 sítios, possibilitando uma análise elaborada sobre o inventário. A partir desta nova recolha de dados, pode-se ilustrar mais uma vez a localização regional dos sítios, concluindo assim a presença de 145 sítios no Norte, 153 no Centro, 57 na Área Metropolitana de Lisboa, 111 no Alentejo e 31 no Algarve. É possível observar ainda a disposição dos sítios nas unidades distritais a partir do seguinte gráfico publicado (Figura 2):

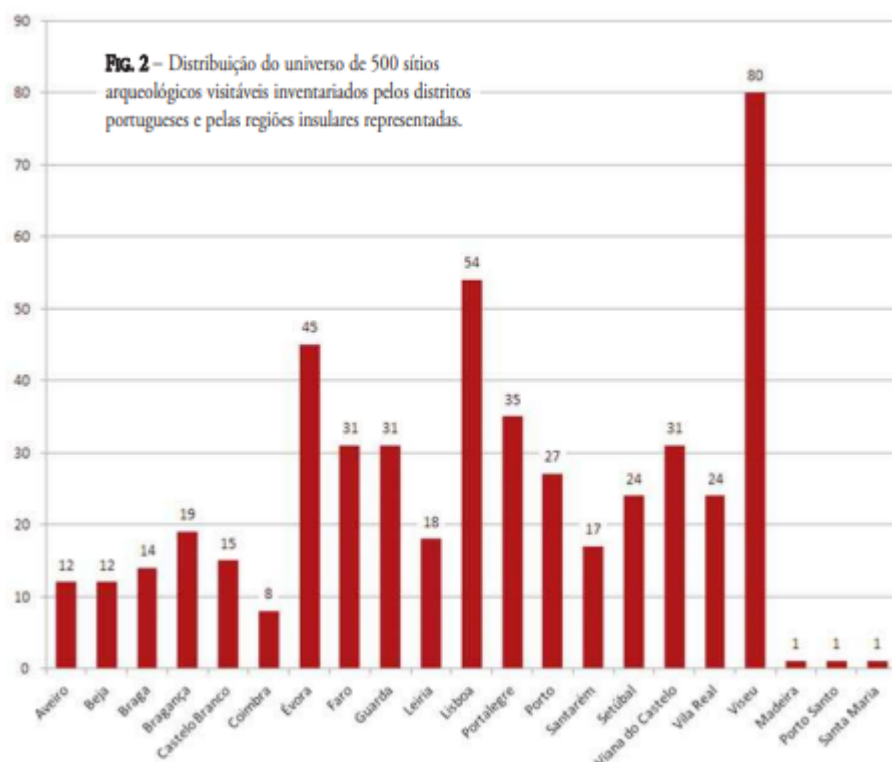


Figura 2 - Disposição dos Sítios Arqueológicos visitáveis em Portugal a partir de sua localização distrital. Fonte: Al-Madan, n.º 20, 2016: 72.

Para além do levantamento regional dos sítios arqueológicos, gostaria de trazer também a análise realizada no âmbito das tipologias e das condições de fruição oferecidas por eles, ambas publicadas na edição citada da revista. Em relação à cronologia, foi esclarecido que a maior parte dos sítios visitáveis em boas condições são relativos aos vestígios da ocupação romana, totalizando 201, sendo que 112 destes foram instalados no contexto da Idade do Ferro, enquanto os 89 restantes, foram constituídos na Alta Idade Média. Para além dos sítios de ocupação romana, foram registados 137 monumentos neolíticos, 107 Calcolítico, 51 sítios medievais islâmicos, e outros 133 cristãos, além de 108 registos de resquícios da era moderna (Figura 3).

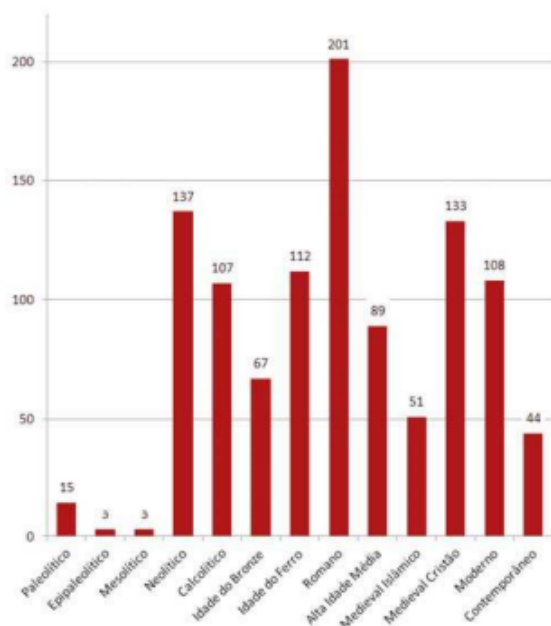


Fig. 3 – Representação dos diferentes períodos cronológicos no universo de 500 sítios arqueológicos visitáveis inventariados.

Figura 3 - Período cronológico dos sítios arqueológicos identificados em Portugal. Fonte: *Al-Madan*, n.º 20, 2016: 73.

Em relação à análise realizada sobre as condições de visita oferecidas pelos sítios, ponto que se tornou um dos eixos centrais no processo de inventariação dos mesmos, as análises realizadas pela *Al-Madan* apontam que apenas 15% dos 500 sítios mapeados estão musealizados, ou seja, apenas 73 dos sítios dispõem de centros de interpretação e/ou acolhimento.

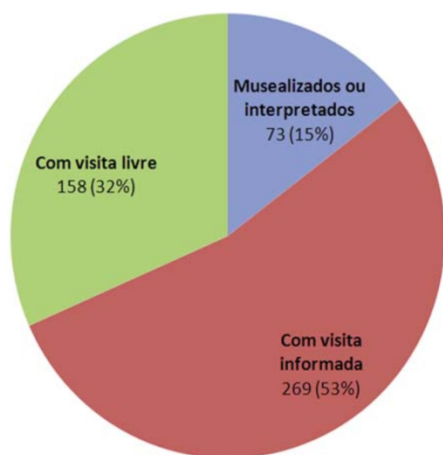


Figura 4 - Condição de visita oferecida pelos Sítios Arqueológicos identificados pela revista *Al-Madan*. Fonte: *Al-Madan*, n.º 20, 2016: 73.

Esta informação se faz de vital importância para a realização do presente trabalho, tendo em vista o facto de que foi por meio desta que tive a possibilidade de realizar uma

pesquisa mais clara com o levantamento sobre a disposição dos espólios etnográficos dos sítios mapeados. A partir do levantamento de sítios realizado pela *Al-Madan*, selecionei os sítios que apresentavam na época seus espólios expostos em Museus, Centros de Interpretação ou Núcleos Museológicos. Para visualizar este levantamento ver o Anexo A que inclui o a seleção de 217 sítios, destacando os diferentes tipos de espaços expositivos escolhidos para destinar os espólios de cada um dos sítios visitáveis.

5. Análise a partir do mapeamento

A seleção de sítios arqueológicos visitáveis realizada pela *Al-Madan* proporcionou a base de dados para o presente trabalho, isso por que por meio do levantamento realizado durante anos pelos pesquisadores, foi possível afunilar a pesquisa dos sítios arqueológicos no País àqueles que são visitáveis. Levando em consideração que sítios visitáveis abrangem aqueles que tem informações no local, pudemos também criar um novo filtro sustentado por este trabalho que apresenta entre todos, aqueles que desenvolvem o trabalho de memória por meio dos objectos encontrados, e para tanto apresentam seus espólios em espaços que se dedicam a preservar e proteger a história por meio destes (**Anexo A**).

O facto de apenas alguns dos sítios terem pedaços de sua história preservados para que possam fazer parte da história no presente por meio da memória do passado, nos faz pensar sobre a história voltada à valorização dos sítios arqueológicos em Portugal, e reconhecer também o facto de que nem todas as narrativas tem espaço para serem expostas, e esta seleção se faz necessária. A DGPC realizou um processo de pesquisa que levantou 34.500 sítios arqueológicos no país, enquanto a *Al-Madan* apresentou como resultado do levantamento realizado, 500 sítios visitáveis, sendo que destes, apenas 217 apresentam seus espólios expostos, suas histórias interpretadas e contadas seja por Centros de Interpretação, Núcleos Arqueológicos e Museológicos, ou ainda por Museus.

Por meio da análise dos dados provenientes da pesquisa realizada pela *Al-Madan*, foi possível perceber que destes 217 sítios, 24 dispõem de dois espaços interpretativos para exporem seus espólios, sendo eles em sua maioria museus, ou ainda, um centro interpretativo ou núcleo monográfico nas proximidades, e um museu em centros urbanos.

Ao expor os objectos em dois espaços distintos, nota-se por um lado o grande interesse gerado pelas descobertas realizadas no sítio, a ponto de proporcionar a visibilidade dos espólios tanto para a comunidade local, quanto para a população interessada nos centros urbanos, traz, entretanto, a pergunta: o que acontece com os espólios quando são divididos entre espaços, como se dá sua interpretação? Quais as técnicas e tecnologias escolhidas para proporcionar para o visitante o entendimento da importância e do valor destes? Devo mencionar ainda que destes 217 sítios, cinco deles apresentam seus espólios em três locais distintos, como no caso do Povoado de Vila Nova de S. Pedro, que será também utilizado como caso de estudo no presente trabalho, devido ao fato de contar com o apoio expositivo de três museus, na freguesia, no município e na capital.

Vale salientar ainda que por meio da análise realizada, é possível perceber que os Museus são ainda majoritariamente o espaço expositivo dedicado à valorização dos espólios arqueológicos dos sítios. Entre todos os espaços analisados, 128 apresentam-se em museus, 47 contam com Centros Interpretativos, 36 com Núcleos Arqueológicos ou

Museológicos, apenas dois Espaços Arqueológicos, enquanto 47 apresentem seus espólios em espaços que se dedicam a espaços interpretativos variados.

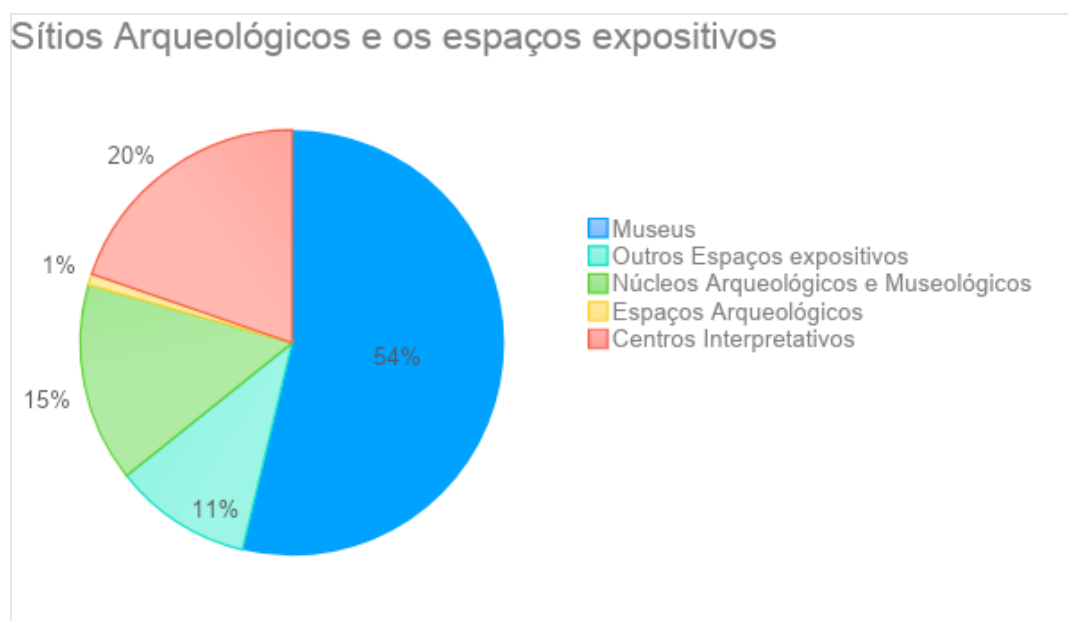


Figura 5 - Sítios Arqueológicos e espaços expositivos. Fonte: Elaboração própria

Para além da importância do espaço destinado à interpretação, valorização e análise dos artefactos, foi também realizada uma análise com a intenção de compreender a escolha pela localização destes espaços, levando em consideração a importância de aproximar a comunidade local das descobertas realizadas, e aproximar também os visitantes dos espaços estudados, facilitando a interpretação dos objectos localizados *in situ*.

Com a intenção de compreender melhor a questão da localização dos espaços expositivos em relação aos sítios arqueológicos, optei por segregar a distância em cinco parâmetros: de 0 a 3 km de distância, que podem ser facilmente percorridas em caminhadas; de 3 a 5 km, também podem ser percorridas sem automóveis, mas demandam mais tempo dos visitantes; de 5 a 15 km não necessariamente percorridos por todos os visitantes em caminhadas, e apresentam em sua maioria o limite territorial das freguesias nas quais os sítios se encontram; de 15 a 60 km, representam espaços expositivos que não contem necessariamente com o apoio da interpretação *in situ*, de modo que o visitante não vem a ter necessariamente o conhecimento prévio do sítio para visitar os espaços; de 60 a 150 km, que apresentam outra base de distinção, devido à distância dos sítios arqueológicos, é possível assumir que o espaço expositivo destinado às descobertas do sítio arqueológico apresentam-se em Museus destinados à exposição de artefactos descobertos não apenas em um sítio, tendo em vista a localização afastada do local de origem, é possível assumir que contam com espaços destinados à coleções de artefactos nos

municípios ou centros urbanos, proporcionando maior visibilidade aos objectos, e distintas técnicas de interpretação; finalmente, espaços que se encontram a mais de 150 km do sítio, sendo que neste caso, é possível perceber que os espólios se encontram no Museu Nacional de Arqueologia, localizado em Lisboa.

Nota-se assim que a grande maioria dos sítios visitáveis utilizados como base para a presente pesquisa contam com espaços expositivos em suas proximidades, sendo que 107 deles encontram-se em até 3 km de distância, 21 até 5 km, 83 de 5 a 15 km de distância do sítio, cinco deles se encontram entre 60 e 150 km de distância do sítio, e apenas três a mais de 150 km, apresentando seus espólios no Museu Nacional de Arqueologia, como mencionado previamente.

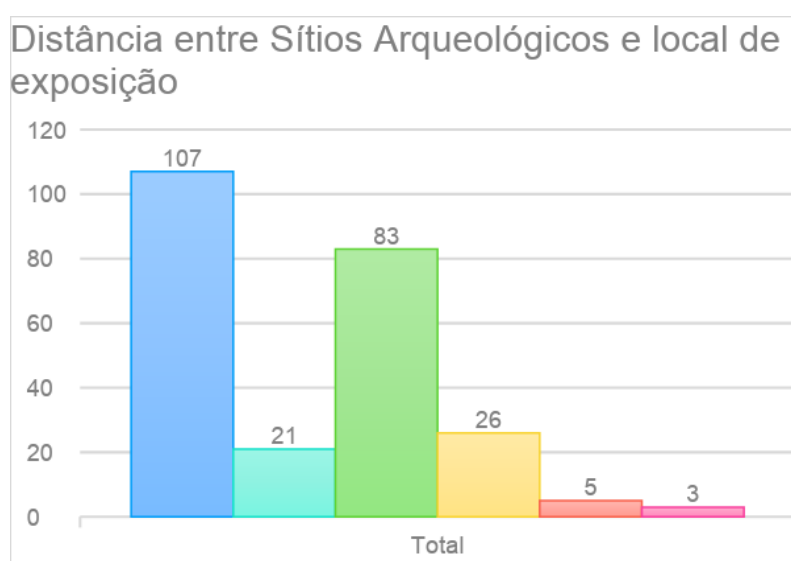


Figura 6 - Distância entre sítios arqueológicos e o local de exposição dos espólios. Fonte: elaboração própria.

6. Espaços Expositivos

A difusão do Património Cultural é um dos principais pilares utilizados para se enfatizar a importância da valorização dos resquícios da história da humanidade. É por meio desta que se promovem as descobertas realizadas, incitando a curiosidade da população, que adquire novos conhecimentos e percepções perante as narrativas materializadas nos artefactos descobertos e interpretados, e é com este objetivo que se organizam os espaços expositivos, sejam Museus, Núcleos, Centros de Interpretações, entre outros, afim de divulgar as manifestações culturais e sociais, servindo como espaço mediativo entre as descobertas históricas do passado e a população presente, com a intenção de garantir o reconhecimento, a apreciação, proteção, conservação e valorização do património. Os elementos patrimoniais por este meio adquirem um sentido e uma função particular, transcendendo a sua estética, e se convertem num núcleo de ordem temporal e espacial que se apresenta como um ponto de referência para a compreensão da totalidade histórica.

É por isso fundamental pensarmos, quando nos referimos à valorização do património, no espaço expositivo ao qual este vai ser exibido, interpretado e apreciado, permitindo a potencialização das descobertas arqueológicas por meio de sua interpretação, proporcionando à população novos diálogos e percepções sobre diversos momentos da história.

Pensamos na interpretação como um processo de comunicação, e por tanto, para que seja desenvolvida a partir de objectos, torna-se fundamental realizar um diagnóstico que apresente reflexões relacionadas aos objetivos a serem alcançados a partir da comunicação, respondendo a perguntas como: a interpretação se faz necessária? Para quê? De que modo ela pode auxiliar na valorização e compreensão de seu conjunto histórico? Que informações o objecto pode fornecer que assistam o público na compreensão de sua história e utilização? Que sentimento e conhecimento queremos proporcionar?

Por meio das respostas adquiridas é possível constituir um planejamento expositivo, levando em consideração os diferentes mecanismos interpretativos utilizados em cada espaço destinado à produção de diálogos voltados ao conhecimento do património cultural, com o comprometimento de cuidadosa, pacientemente e conscientemente reconstruir vestígios do passado.

A fim de compreender as funções e os mecanismos destinados a promover esta mediação hoje, pretendo levantar brevemente o papel de cada um destes espaços expositivos, com o objetivo de perceber quais são as distintas técnicas e tecnologias destinadas à transmissão das diversas mensagens que permeiam os objectos arqueológicos.

6.1. O objecto, o curador e a interpretação

As histórias podem ser contadas de muitas formas. Entre esta variedade imensa de partilha, existe aquela que se desenvolve por meio do objecto, que carrega em si fragmentos de narrativas que podem ser interpretadas e narradas para a sociedade. Cada objecto tem um carácter, e no presente trabalho, pretendo focar-me especialmente no objecto arqueológico, que exprime seu valor não apenas por meio de seu aspecto físico e visual. Devido à extensa variedade de artefactos, dependendo da cultura, época de criação, de descoberta, e claro de utilização podem ter aparências distintas, promovendo reações inesperadas àqueles que o observam, podem não estar inteiros, ou ainda parecerem já normais aos nossos olhos, quando comparados com os objectos que nos rodeiam no cotidiano. É por isso, importante pensar que os artefactos em si têm sua própria autonomia, e é precisamente esta autonomia que nos permite vê-los para além dos aspectos visuais mais sensíveis, segundo Barbara Kirshenblatt-Gimblett (1990), os objectos levantam questões relacionadas sua integridade e autonomia. São estes aspectos que assistem no processo de seleção do espaço expositivo, bem como nas técnicas a serem utilizadas para sua apresentação ao público, permitindo que os objectos sejam apreendidos e compreendidos pelos visitantes.

Estes objectos nos ajudam a interpretar e compreender os lugares, os conhecimentos previamente utilizados, as técnicas e tecnologias de cada época. Quando valorizados, salvaguardados, e devidamente expostos ao público estes objectos voltam a ter vida. Segundo a autora “a astúcia do objecto etnográfico é uma arte da excisão, do desapego, uma arte do excerto, e por isso devemos sempre pensar onde o objecto começa, e onde ele termina?” (Kirshenblatt-Gimblett, 1990: 2).

É por isso sobreposta a importância da autonomia do objecto: o artefacto deve ser pensado a partir de sua desconexão, que não deve ser necessariamente o ato físico de fragmentação, mas deve remeter principalmente à atitude de desconexão com o todo, que possibilita à fragmentação sua apreciação, o objecto desconexo já não pertence a algo ou a si, ele passa a ser um elemento em si mesmo. A apreciação das partes do todo pode nos proporcionar novas perspectivas e análises, elas estimulam a imaginação do todo àqueles que a observam, e com isso, acabam por oferecer o prazer da ânsia pelo irrecuperável objecto de sua fantasia.

Para além da fragmentação dos objectos, com o intuito de possibilitar a exposição dos mesmos para a apreciação da sociedade, devemos levar em consideração duas técnicas expositivas que nos conduzem à construção que fantasiamos pertencer este objecto, sendo elas: *in situ* e em contexto, estas distinções levantam questões sobre a natureza do todo, sobre o peso da interpretação e o significado da localização.

A noção de *in situ*, sugerido por Kirshenblatt-Gimblett (1990), “envolve metonímia e mimese”, ou seja, o objecto é uma parte que mantém uma relação próxima para com um

todo que muitas vezes se mostra ausente e pode vir a não ser recriado. A arte da metonímia, que consiste em substituir a parte pelo todo, aceita a natureza da fragmentação do objecto, exibindo-o em toda sua parcialidade. Sendo está uma das dificuldades da exibição em museus, tendo em vista que podem vir a acumular coleções revelando o que elas poderiam tornar-se, e ainda o que um dia foram fazendo com que os objectos se tornem uma obra de arte em si.

Por outro lado, a arte da mimese, ou seja, a arte da reprodução da realidade de maneira verossímil seja na forma de criação de salas que reproduzem períodos, vilas etnográficas, ambientes, rituais ou murais de fotografias, comumente utilizadas nas exposições realizadas em centros de interpretação, acabam por colocar o objecto, ou sua réplica, *in situ*, ou seja, no local onde foi encontrado. A técnica *in situ*, tende a expandir o objecto para além de sua forma física, incluindo à sua interpretação mais conteúdos que ajudem a figurar sua imagem, história e uso, para tanto muitas vezes são utilizadas técnicas informativas diversas, como áudio explicativo, placas informativas, imagens que figuram as possibilidades passadas do local e do objecto. É por isso que a arte da metonímia e da mimese são tão utilizadas; uma convida e expande a outra, auxiliando no processo monográfico da etnografia, o objecto pode se expandir no ambiente, e assim como o ambiente pode se expandir a partir do objecto, fazendo com que cada parte seja um processo de interpretação e compreensão e não apenas um produto em si.

As instalações arqueológicas realizadas em Museus, mesmo quando fundadas na mimese, proporcionando ao público réplicas de realidades, seja por meio de painéis que apresentam imagens figurando as construções e sociedades antigas, seja pela réplica física, proporcionando sentimentos de pertença. Não são interpretações neutras, mesmo quando constituem-se pela relocação de casa, ou grandes construções; estas exposições são interpretadas por aqueles que as constroem, tendo em vista o fato de que quando falamos sobre a história, não existe um todo, mas sim partes deste todo e cada parte apresenta em si uma narrativa que pode ser contada; ou seja, são as representações que nós criamos que guiam as exposições, mesmo quando miméticas, o curador tem o esforço de focar a atenção dos visitantes em ideias ou objectos particulares.

Com a intenção de investigar mais a fundo a importância da interpretação dos objectos em espaços expositivos, devo salientar o papel do curador. A palavra curadoria, derivada do latim significa “importar-se com”, ou ainda “cuidar de”. Originada no Império Romano, a palavra empregava o sentido de cuidar dos interesses tanto do público, quanto do poder do Estado. Com a emergência dos museus modernos, a palavra foi reclamada para dar significado ao papel daquele que deveria manter, cuidar ou ainda, guardar as coleções, o que tem um papel de destaque, inclusive no momento de selecionar o que deve ser apresentado ao público, e onde.

Para Marstine e Kay (2022), a curadoria relacional reapropria-se, enquanto interroga a noção de cuidado para dar significado às relações ou conexões entre objectos e pessoas, entre instituições e pessoas e ainda entre as próprias pessoas. Assim sendo, o trabalho de curadoria vem assumir a responsabilidade de gerar conflitos produtivos, que vão para além das fronteiras do “eu” e do “outro”, com a intenção de reconciliar nossa visão de mundo. O processo curatorial identifica objectos, obras, e heranças, que tem ao seu ver significância, com a intenção de traduzir, transformar e transportar valores de uma cultura para a outra.

Este trabalho demanda intensa reflexão nas tensões entre cuidar e controlar, tendo em vista que tanto a seleção quanto a tradução das heranças e artes são realizadas por esta mediação, é importante pensar na tênue diferença entre estes dois domínios, por um lado, cuidar da história para que seja lembrada e continuamente carregada por nós, e por outro escolher e controlar as narrativas contadas por meio destas histórias, é por isso que o trabalho curatorial não é em si um trabalho neutro.

Segundo Marmo e Lamas (2013), no artigo “O Curador e a curadoria” a origem institucional da atividade surge no século XIX, a partir da necessidade da criação e desenvolvimento de acervos específicos. Inicialmente o trabalho era realizado pontualmente em exposições de longa duração, onde o curador devia estudar as diferentes formas de se montar as exposições. Já nos anos de 1960 houve uma notável mudança na atuação do curador, que passou a gerir também exposições de curta duração, tendo um diálogo mais direto com os artistas, propondo e sugerindo temas expositivos que poderiam ser transplantados para diferentes localidades, e não tendo necessariamente de permanecer por um longo período em um local, o que veio a proporcionar a independência dos curadores relativamente aos lugares e logo uma ampliação no diálogo que é trazido dentro das exibições por permitir um papel mais criativo, político e activo na produção, edição e disseminação da arte. Nos anos de 1970, percebe-se uma amplificação na noção de curadoria, de modo que seus agentes passam a ser responsáveis pela estrutura e narrativa expositiva. No século XXI por meio de extensas publicações sobre o trabalho e desenvolvimento realizado pelo curador, nota-se uma participação cada vez mais ativa e uma discussão mais assídua em relação ao desenvolvimento das técnicas curatoriais, que devido à liberdade na construção da narrativa das exposições, tem o poder de transformar seus significados e gerar discussões e compreensões cada vez mais amplas e abrangentes sobre o reflexo da arte e da história na vida contemporânea.

O papel do curador não pode assim ser desvinculado da construção expositiva, é na realidade este trabalho que vem a traduzir algumas das possíveis interpretações dos objectos, e principalmente quando os objectos têm origens históricas. As técnicas utilizadas tanto *in situ* quanto em contexto, demandam um trabalho de interpretação por parte do curador, que passa desde a escolha do local à serem exibidos os objectos, a originalidade

do mesmo, ou seja, se o objecto deve ser exposto no estado físico em que foi encontrado, se deve ser restaurado e ainda, se deve ser exposta uma réplica do mesmo. As técnicas utilizadas *in situ* e em contexto são distintas e variadas e cabe ao curador especificar a narrativa que deve ser salientada por meio da exposição.

A noção de em contexto, releva o problema interpretativo de referencial teórico, envolve técnicas particulares de arranjo e explicação para transmitir ideias. Os objectos em contexto demandam um trabalho teórico que perpassa sua identidade visual, e apoiam-se nos fragmentos teóricos por meio de explicações mais abrangentes e contextualizações históricas pontuais e por isso contam com aparatos como rótulos, diagramas, catálogos, visitas guiadas, comentários e conteúdos disponíveis por meio de auriculares, programas audiovisuais, leituras e performances. Os objectos são dispostos em contexto apoiando-se nos outros fragmentos expostos, seja por meio de sua classificação ou ainda de esquemas que mostram a relação ou a diferença entre eles, apoiando-se ou em sua tipologia ou na relação histórica proposta. Deve-se assim ter um grande controle cognitivo sobre os objectos e um assertivo poder de controle de classificação, principalmente quando levado em conta o grande número de artefactos de variadas culturas e configurações históricas que são expostos em conjunto e devem ser posicionadas um em relação ao outro. Os objectos são expostos a partir de catalogações previamente estabelecidas, seja por sua época, sua localização geográfica, suas similaridades ou ainda diferenças; independente da escolha realizada para sua exibição, é fundamental que exista um princípio, pelo qual os visitantes vão direccionar seu olhar, auxiliados pelo contexto, estrutura, fornecendo conteúdos educacionais aos objectos. Os objectos resgatados e salvos do esquecimento, devem ainda salvar-se da trivialidade, e para isso podem ser tratados como objectos documentais etnográficos, diretamente ligados à vida, ou a reconstrução dela.

Apesar de *in situ* e em contexto refletirem técnicas expositivas diferentes, devido ao fato de utilizarem bases diversas para a construção da exibição dos objectos e sua contextualização, elas não se sobrepõem uma a outra, e por isso não são mutuamente exclusivas. As pesquisas minuciosas realizadas a partir do objecto não precisam ter uma criação singular, o que significa que elas são ainda mais documentais quando apresentadas em sua multiplicidade, como apresentado em alguns dos casos de estudo aqui selecionados para serem investigados, nos quais os sítios arqueológicos apoiam a exibição de suas descobertas em centros interpretativos, museus, núcleos museológicos, sejam nas proximidades do sítio, sejam a quilômetros de distância, em grandes centros urbanos, permitindo sua visibilidade a um número maior de visitantes.

Segundo Graber, o aparente requerimento do contexto é muito importante, pois o objecto ajuda o visitante a recriar a configuração arquitetônica no qual este poderia se encontrar e ao mesmo tempo, a memória fantasiada a partir da recriação do sítio provem

significado ao objecto. A própria característica das exposições deve indicar os precedentes da arquitetura e da criatividade que são expressões do coletivo e do meio social.

Nem tudo que se encontra em um sítio arqueológico pode ser desconectado e ser exibido em outro espaço, esta não possibilidade de segregação é determinante quando falamos sobre o intangível, o efêmero, e com a intenção de promover a informação que consta no intangível, a solução encontrada foi a documentação, fotografia, filmagem, ou até mesmo desenhos que se tornam também artefactos, o que possibilita outras formas de comunicação e apresentação tanto do objecto quanto do sítio ao visitante. A partir da documentação do intangível criamos a possibilidade de movimentar estes fragmentos materiais com a intenção de configurar o contexto dos objectos da melhor maneira possível, fornecendo ao visitante instrumentos para a percepção do todo e sua análise, entretanto, é importante lembrar que esta documentação do intangível não deixa de ser uma representação da realidade percebida pelo curador.

É por meio da percepção dos objectos tangíveis e intangíveis, a partir do conhecimento sobre sua história, narrativa, contexto e importância histórica, que eles adquirem valor, sem contextualização e conhecimento, os objectos não deixam de ser meros objectos, e é exatamente por isso que o processo de documentação e classificação se faz de extrema importância no desenvolvimento de exposições.

É, entretanto, fundamental levarmos em consideração a localização na qual estes objectos são expostos, ou seja, se estão próximos ao sítio onde foram encontrados, para que se possa pensar nas técnicas de exposição, contextualização e interpretação a partir dos recursos disponíveis. Em ambas as situações, perto ou longe do sítio, a técnica utilizada para a aproximação do objecto ao público deve ser palpável e acessível, para que possamos entender e reconhecer sua origem e seu valor histórico. Quando o objecto se encontra próximo a seu meio, a interpretação se torna mais palpável, pois assim temos outros suportes que nos levam a identificar e perceber como cada fragmento construiu o todo que é também visto por nós. O espaço facilita nossa interpretação de cada um dos objectos, pois passamos a vê-los não como uma unidade isolada. Quanto temos, por outro lado, objectos expostos longe do sítio, estes se tornam desconectados de sua origem e sua interpretação torna-se autônoma, ou seja, todos os apoios para a interpretação do objecto passam a originar-se nele mesmo. O objecto fora de contexto é seu próprio começo e fim, se tornando um fragmento da etnografia.

6.2. Museus

Entre os espaços expositivos destinados a este trabalho de reconstrução do passado por meio da exibição de objectos, os Museus vêm a ser o mais antigo e conhecido deles, apresentando-se como meio intermediário institucionalizado entre o público e objecto que

nos induz ao pensamento crítico e nos proporciona novas percepções da história e da realidade por meio das exposições materiais ou imateriais que propõe expor para a apreciação do público.

O termo “museu”, proveniente do vocabulário grego “mouseion”, viria a significar “templo das musas” na Antiguidade Clássica, sendo que a palavra “Musas”, no Grego, viria a significar “para explicar os mistérios”, tendo em vista que foram elas que ensinaram aos homens, muitas das curiosidades e ensinamentos de grande importância; um espaço divino habitado pela poesia, música e arte liberal, destinado a inspirar artistas e intelectuais, que buscavam estímulos criativos na área da cultura, das artes e das ciências. Sendo assim um espaço de apreciação e provocação, induzindo àqueles que os visitavam a obterem novas percepções em sua forma de pensar, expandindo sua visão de mundo.

A busca incessante por respostas que proponham auxiliar na compreensão da existência do homem e do mundo como um todo, se mostrava incessante durante toda a história da humanidade. A própria consciência da existência do homem nos faz levantar questionamentos que para serem respondidos apoiam-se na natureza, em outras culturas e em percepções que construímos da nossa própria realidade, e são os estímulos criativos que nos assistem nestes processos, o que nos leva a compreender a necessidade destes espaços e da prática de coletar materiais e objectos que são atribuídos de significados, seja por seu papel nas ações realizadas pelo homem, ou por sua própria constituição natural. É desta curiosidade que se deriva a ação do colecionismo na Antiguidade Clássica, proveniente da seleção de diversos objectos da realidade.

A ação de colecionar aparece constantemente na história da humanidade, desenvolvendo-se a partir das novas curiosidades, descobertas e tecnologias. É, entretanto, no século XV, com a influência do movimento colecionista que surge como fruto renascentista na Europa o termo Museu, trazendo consigo os grandes gabinetes de curiosidades e raridades, destinados a reunir em um espaço físico variados objectos, espécies da natureza e seres exóticos de diversas partes remotas do mundo, com a intenção de sanar a curiosidade sobre as possíveis origens do mundo. Esta incessante curiosidade sobre o mundo, promove novas coletas de objectos, e abre espaço para pesquisas científicas que explicassem e justificassem a existência destes. É neste momento que os conhecimentos técnicos passam a ser reconhecidos, e se nota um apreço maior à salvaguarda e preservação das obras e objectos.

Estes espaços eram especialmente dedicados às classes sociais mais altas. No século XVIII estes espaços deviam ser destinados apenas para uma esfera social, e passam a ser franquiados ao acesso público, marcando assim o início do novo período que viria a marcar a nova descrição e segmentação dos grandes museus.

Assim como a construção e idealização do património teve origem na Revolução Francesa, com os museus não foi diferente. Com a finalidade de preservar as diversidades social, política e histórica que os patrimónios vieram a construir no inconsciente e consciente coletivo, a fim de proporcionar a eternização, totalidade e diversidade dos patrimónios nacionais, os Museus passam a ser pensados no âmbito público, e assim no século XIX, a concepção de Museu moderna que vem sendo criada, consolida-se por meio da criação de instituições museológicas de grande importância sediadas na Europa. Tanto os patrimónios quanto os museus vêm a contribuir com o processo de construção das nacionalidades, e legitimação dos estado-nação emergentes na época.

Com a concepção criada, começam a surgir novas variedades de Museus, que apropriam-se de diferentes caracteres expositivos, entre os quais se destacam:

1. Museus com foco principal na exposição da cultura nacional e na história, com caráter celebrativo.

2. Museu de caráter científico, direcionados à arqueologia, etnografia e pré-história.

A criação em 1946 do *International Council of Museums* (ICOM), órgão vinculado à UNESCO desde 1947, marca o início de um movimento de renovação na museologia de maneira a fazer dos museus lugares com caráter mais dinâmico, convertendo-os em centros de produção, informação, lazer e educação do público, de modo a compatibilizar suas atividades às novas demandas da sociedade (Lima, 2020; 6),

A partir deste momento, as modalidades expositivas deixaram de voltar-se aos processos de identidade nacional, tornando-se mais diversas e especializadas, tendo em vista a nova pluralidade temática a ser abordada, o que gerou novas possibilidades de discursos e narrativas. Os museus passam a narrar as histórias dos objectos expostos, ou ainda da imaginação que vem com a falta deles.

Como qualquer outro museu, os meus de sítios arqueológicos servem como um espelho da região/área, refletindo as facetas do passado, ajudando a reconhecer a vasta e rica herança cultural do país e trazendo o sentimento de pertença entre as pessoas que vivem em diferentes partes do país; exatamente por isso é fundamental ter uma gestão apropriada do espaço. Além disso os museus funcionam também como áreas vivas, com acesso a atividades culturais e educacionais. Eles se desenvolvem com a intenção de fomentar o interesse e conhecimento dos indivíduos que se importam com o passado.

6.3. Núcleos Museológicos

Os Núcleos Museológicos, também conhecidos como Museus Polinucleados, aparecem como resposta à necessidade do desenvolvimento de espaços culturais em espaços descentralizados, podendo ser entendidos como as extensões de uma sede, concebidas em locais fisicamente autônomos, apresentando entretanto uma estrutura hierárquica que

distingue-se pela concepção de sua unidade, com características que advêm da ligação institucional de dependência do núcleo-sede, tendo ainda liberdade na constituição de suas atividades internas, e no desenvolvimento de suas coleções.

Os núcleos museológicos distinguem-se pela extensão e descentralização de museus, que continuam sendo responsáveis pelo cumprimento das funções museológicas necessárias para seu desenvolvimento e para a transmissão e propagação de informação, educação e cultura, promovendo as técnicas necessárias para o cumprimento das funções museológicas, que incluem a investigação, preservação e comunicação.

Divido ao facto de os Museus polinucleados se distinguirem por sua forma administrativa, é importante acentuar que muitos deles hoje em dia são tutelados pela administração local, o que significa que os municípios onde estes se encontram situados se fazem responsáveis pelo modelo de gestão que procura a integração dos equipamentos museológicos, levando em consideração questões económicas, políticas e administrativas em nível nacional, afim de evitar a proliferação de equipamentos isolados. Os Núcleos Museológicos têm como objetivo assistir na integração cultural, não apenas espacial, mas em sua totalidade promovendo distintos aparatos e técnicas que desenvolvam o conhecimento e a educação do público às temáticas propostas.

6.4. Centros de Interpretação

A abordagem teórica relativa aos Centros de Interpretação, suas técnicas e tecnologias na produção e articulação de bens culturais para a preservação e valorização dos patrimónios culturais se mostra relativamente recente, abrindo espaço para perspectivas divergentes relativas ao seu desenvolvimento e à sua conceptualização.

Deve-se considerar o facto de que os Centros de Interpretação apresentam-se prioritariamente como uma solução para a articulação da cultura e do desenvolvimento local, sendo instalado nas proximidades de sítios arqueológicos e lugares históricos e naturais, com o objetivo de assistir na interpretação dos mesmos. Para compreender melhor o lugar dos Centros de Interpretação em Portugal, pretendo utilizar o livro “Centros interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos” (Ponte, 2019).

A partir do panorama apresentado no livro, é possível compreender primeiramente que os Centros de Interpretação, diferente dos Museus, não são espaços que se dedicam à coleção de variados objectos. Eles são especificamente dedicados aos espaços e territórios que apresentam bens patrimoniais culturais e naturais, e tem como objetivo assistir o visitante na interpretação e compreensão do espaço ao qual se dedica. Por isso, muitas vezes estes se encontram não em centros urbanos, mas nas proximidades do espaço a ser interpretado. Auxiliando no processo de descentralização cultural, criam relações locais em áreas rurais, cidades pequenas e médias, sendo dedicados maioritariamente ao processo de

interpretação *in situ*, aproximando os visitantes ao local a ser interpretado, por meio de processos educacionais, culturais e turísticos.

Os Centros de Interpretação são espaços de extrema importância para o processo de valorização dos patrimónios culturais em áreas que não apresentam grandes orçamentos para o desenvolvimento cultural. Propõem-se a transmitir por meio de distintas estratégias a memória ainda viva dos locais, e para tanto, é fundamental compreender quais os fatores essenciais e singulares que serão destacados e interpretados no centro, assim como as técnicas e tecnologias que serão utilizadas para a realização deste processo. Estas muitas vezes apoiam-se em meios audiovisuais, com a intenção de aproximar o público da história vivida nos espaços de forma interativa e intuitiva. Muitas vezes, os Centros Interpretativos partilham as informações, descobertas e artefactos com Museus Regionais ou Centrais, que se dedicam a uma intervenção mais severa no que diz respeito ao estudo, inventariação e muitas vezes à conservação dos mesmos, de modo que realizem muitas vezes trabalhos paralelos que assistam na conservação e valorização dos espaços, beneficiando o processo dinâmico de estabelecer uma conexão emotiva com o local.

Os Centros de Interpretação muitas vezes utilizam tecnologias diversas a fim de atingir seus objetivos, construindo um percurso que aproxime o visitante de um propósito, construa um vínculo com uma realidade ou lugar específico, assistidos pela interpretação visual do passado e aparatos multimidiáticos, interativos, e as vezes até teatrais. Estes espaços oferecem uma dinâmica bastante diferente da que se percebe nos museus, de modo que seu processo investigativo se faz notório apenas no momento de sua concepção. O que vem a justificar a construção do discurso exposto neste espaços, apoiando-se em exposições convincentes, com liberdade de propostas, podendo recorrer a uma grande diversidade expressiva para tal, que vai desde objectos originais, réplicas, maquetes, até aparatos multimidiáticos, que terão um papel mediativo no processo de interpretação dos espaços, com a intenção de criar um laço emotivo a partir da experiência sensorial, que convoca ao visitante todos os sentidos, sensações e experiências a partir da interação tanto com o Centro quanto com o Património.

Com a intenção de oferecer novas formas de leitura do património ao visitante, para que este explore, observe e aprenda a partir de uma prática que seja acessível a todos, funcionando assim como uma ferramenta comunicacional à serviço da mensagem, e não apenas do objecto.

“A exposição deve influenciar o modo de agir e ser dos diferentes públicos, afirmando que o programa expositivo deve ter em conta quatro processos: a contemplação (apreciação dos objectos por si mesmos), a compreensão (percepção contextual dos objectos individuais em relação entre si), a descoberta (percepção da relação entre objectos) e interação (quando a apreensão do sentido leva o visitante a manifestar a influência sobre si desse momento de

descoberta, relativamente aos seus valores, interesses, ou atitudes individuais)” (Pizarro, 2019: 18).

É ainda importante reconhecer que os Museus apresentam não um carácter singular, mas plural, que vem apresentando com o passar do tempo, novas técnicas com a intenção de abranger as exposições à públicos múltiplos e deixam de apresentar um modelo clássico de interpretação e passam a encontrar soluções que apoiam-se em diferentes dispositivos explicativos e de contextualização, como são exemplo os ecomuseus, museu da cidade, entre outros. Pode-se assim compreender a dificuldade em se distinguir os Centros Interpretativos de alguns Museus, e a importância em se construir um diálogo teórico que nos leve a compreender o lugar de cada um destes espaços no âmbito cultural. É indiscutível o árduo trabalho de ambos os dispositivos na busca por estratégias comunicacionais e expositivas que proponham aos visitantes uma experiência autêntica, assistindo na compreensão do património e no desenvolvimento activo da transmissão das memórias.

6.5. Centro de Recepção

Os Centros de Recepção ou de Visitantes, como o próprio nome sugere, são espaços caracterizados pela recepção de turistas e visitantes aos espaços, com o objetivo de promover a consciência por meio do planeamento interpretativo. Apropriando-se de informações pertinentes do local onde se instala, para assim transmiti-las de maneira criativa e acessível.

Aparecem como resposta à procura de serviços destinados à atenção dos visitantes, assistindo-os no processo de interpretação por meio do estímulo à visita, da compreensão de seus valores, por meio da promoção de informações complementares. Os Centros de Visitantes, muito diferentes dos espaços previamente citados, não partem da premissa e da interpretação a partir do objecto, mas sim da manifestação da cultura a partir de seu produto, e por isso, para sua existência não exigem de grandes espaços físicos, podendo ser planificados tanto a partir de quiosques, como de auditórios ou oficinas, o importante é que não se convertam em um fim em si mesmos, mas que cumpram funções técnicas fundamentadas na estimulação dos visitantes, não necessariamente tendo um enfoque na promoção educativa, mas sim na partilha cultural de maneira interativa e criativa.

Estes Centros comumente apresentam como proposta de seu espaço físico algumas características ainda mais específicas, contando com lojas, espaço de descanso, sala expositiva, cafeteria, entre outros, promovendo o pleno entretenimento do visitante em um espaço, afim de agregar valor aos espaços nos quais se instala, promovendo uma visita agradável e múltipla aos visitantes.

É possível por meio deste pequeno levantamento que pretende brevemente suscitar as diferenciações de cada um dos modelos de espaços que assistam na apresentação dos espólios e sítios arqueológicos, que as técnicas e tecnologias utilizadas para sua aplicação pode ser variada, porém seu objectivo final, é o mesmo. Deve-se ainda levar em consideração as situações que os levam a ser implementados, que se apoiam: no apoio da comunidade e das instituições políticas locais e nacionais, das verbas disponíveis para sua implementação, da legislação em vigor, e ainda do interesse que os mesmos possam gerar aos possíveis públicos, assistindo no processo de visibilidade e valorização do que se propõe apresentar a partir do espaço.

7. Casos de Estudo

A partir das bases de conhecimento teóricas sobre os sítios arqueológicos em Portugal, seu processo de valorização e de exposição, pretendo agora destacar quatro casos de estudo que foram escolhidos a partir do mapeamento já referido realizado pela *Al-Madan*, e analisado para a realização do presente trabalho.

A escolha dos sítios foi realizada levando em consideração o facto de serem sítios visitáveis, com reconhecimento nacional, que apresentem ainda um espaço dedicado à exposição de seus espólios e à articulação e desenvolvimento de sua memória. Com a intenção de compreender como o trabalho de interpretação se dá dependendo do local onde o espaço expositivo se encontra; ou seja, se apresenta uma relação direta com o sítio arqueológico, desenvolvendo trabalhos interpretativos e culturais do património na cidade ou município em que se encontra, ou ainda se dá se preferência à interpretação em contexto, na qual os espólios arqueológicos são relocados para Museus localizados em grandes centros urbanos, e sendo este o caso, pretendo aqui compreender quais são as práticas utilizadas para aproximar o visitante do objecto arqueológico, e logo, do sítio.

7.1. Sítio Arqueológico de Mesas do Castelinho

Localizado em uma fronteira geográfica entre os campos de Ourique, limites da peneplanície poligénica alentejana e os setentrionais da Serra do Caldeirão, apresentando em sua constituição, a distinção clara entre as duas unidades geográficas, marcada pela Ribeira de Mora, e estira-se em duas plataformas principais, que somam 3,5 hectares. Devido à sua localização, percebe-se a sua existência apenas na sua proximidade, o que nos ajuda a compreender existência sua função como um ponto de defesa nas proximidades de uma via de circulação, de época romana, com vestígios de calçadas e construções amuralhadas. Compõe-se de duas plataformas, uma superior de contornos circulares, e outra inferior. Acredita-se que durante a época de sua ocupação o quadro natural era mais húmido e verde, com áreas florestadas que permitiam a caça de cervídeos

O povoado fundado nos finais do século V a.C., foi continuamente ocupado até o início do século II d.C., sendo abandonado, quando a rede viária implementada deixa de contemplar a localização, constitui um grande exemplo das conhecidas estratégias de povoamento da chamada II Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica, definida posteriormente por Berrocal Rangel como “povoado de ribeiro”, por constituir seu aglomerado instado nas proximidades de uma linha de água.

O Sítio Arqueológico de Mesas do Castelinho foi classificado em 1990 como Imóvel de Interesse Público, devido aos importantes vestígios da Idade do Ferro. Sendo sua classificação apresentada no Decreto n.º 29/90 de 17/07/1990, no qual foram classificados

diversos imóveis de interesse nacional, decretados como monumentos nacionais, imóveis de interesse público ou ainda imóveis de valor municipal, abarcando diversos municípios nacionais. Sendo o sítio arqueológico apresentado no presente trabalho como caso de estudo, com a classificação mais tardia, publicada no mesmo ano da Declaração Internacional sobre conservação e gestão do Património Arqueológico.

7.1.1. O processo investigativo

Os primeiros relatos sobre o sítio arqueológico de Mesas do Castelinho são realizados nos finais do século XIX por José Leite de Vasconcelos, etnólogo, arqueólogo e escritor que buscou em seus trabalhos investigativos alertar para as urgências de registos de tradições populares portuguesas, mencionando o sítio arqueológico em publicações realizadas em 1934, assim como o estudo produzido e divulgado por Abel Viana, Veiga Ferreira e o padre da região, A. Serralheiro, que realizaram em conjunto um trabalho que buscava divulgar o sítio e registrar seus vestígios, projetando as escavações do espaço, fazem ainda sugestões de que algumas das mesmas vieram a ser realizadas, apesar de não haverem publicações que mencionem tais fatos. É por meio de seu trabalho que é possível encontrar a mais precisa caracterização do local com referências à continuidade desde a Época Romana e à ocupação do Período Islâmico. Divulgado em 1956, ainda em 1975 o arqueólogo alemão, Hermanfrid Schubart sugere a partir dos artefactos encontrados, que a ocupação existisse desde a Idade do Bronze. Porém é apenas em 1986, quando as terras em que o povoado se encontra são compradas, e o proprietário, dedicado a encontrar no território tesouros escondidos, acaba por destruir as estruturas do património, que os Serviços Regionais de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) avançam com uma proposta de aquisição do Património, em nome do Estado (Fabião e Guerra, 2008).

Em 1987 dá se início à primeira campanha arqueológica no local, incentivada pelos órgãos de poder local como a Junta de freguesia de Santa Clara-a-Nova, e a Câmara Municipal de Almodôvar. O trabalho foi inicialmente dirigido pelo arqueólogo Carlos Jorge Ferreira, técnico do Departamento de Arqueologia do IPPC na época, que desempenha o trabalho de recolha sistemática dos materiais e dedica-se a limpeza do espaço, assim como do desenho dos mais significativos cortes resultados pela destruição do local, concluído seu trabalho em 1988. Neste ano os investigadores Carlos Fabião e Amílcar Guerra, da Universidade de Lisboa, assumiram a responsabilidade da investigação arqueológica, promovendo a criação de polos dinamizadores de desenvolvimento local, incentivados pela formação técnica de estudantes de arqueologia. No mesmo ano, a Câmara Municipal por meio de acordos com associações privadas, realiza um campo de trabalho internacional, para a intervenção do sítio.

Foi assim que no ano de 1988, foram realizados os levantamentos topográficos do sítio, revelando e sinalizando as áreas afectadas, o que culminou no início da reposição da topografia primitiva de algumas áreas, por meio da relocação de sedimentos. Além do trabalho direto na arquitetura do sítio, foi realizada a coleta de fragmentos de cerâmica, sua lavagem, marcação e contentorização. O ano seguinte foi marcado pelo início das campanhas de escavação, que contaram com a participação de diversos estudantes, fazendo do sítio um espaço de formação prática, o que veio a assistir tanto no processo educativo, quanto no processo de qualificação e investigação do sítio. O projeto voltado às práticas educativas deve ser destacado por seu êxito, de modo que mais de 20 campanhas foram realizadas na região, com a assistência de universidades nacionais, podendo ser datadas até o ano de 2018 ¹², assistindo assim no processo de valorização do espaço, bem como na recuperação das memórias locais.

7.1.2. O processo de conservação e valorização

Por meio dos esforços conjuntos dedicados aos cuidados do sítio, Carlos Fabião e Amílcar Guerra assistiram na idealização de um projecto global de intervenção, ressaltando três vertentes, sendo estas: a conservação, investigação e valorização, que incluiria a preparação do local para receção de visitantes por meio do que viria a ser conhecido como “museu de sítio”, ou ainda um “centro interpretativo”.

Durante o processo de conservação do sítio, algumas dificuldades foram encontradas, tendo em vista que nem todo o território era tutelado pelo Estado; as partes mais bem conservadas do sítio seriam divididas por dois distintos proprietários, que vieram a acordar com a permuta dos terrenos, de modo que fossem entregues ao Estado as parcelas com vestígios arqueológicos, em troca de parcelas sem componentes patrimoniais, o que veio a envolver ainda mais a comunidade local das descobertas realizadas. Durante este processo de permuta de terrenos, o Estado conseguiu envolver alguns equipamentos rurais existentes no sítio, com a intenção de utilizar estes espaços como a base de apoio e recepção dos visitantes, a fim de estabelecer uma ponte entre o passado e o presente etnográfico, proporcionando uma interpretação *in situ* do espaço, com o apoio das estruturas existentes no local.

Por meio da concessão dos terrenos de valor arqueológico, tornou-se possível iniciar o processo de conservação, que envolveria a reposição da topografia original do terreno, por meio da relocação dos sedimentos revolvidos para os locais onde se encontravam originalmente. Foi-se decidido, entretanto manter alguns dos evidentes sinais de destruição no local, a fim de assegurar que todas as histórias do sítio mantivessem-se vivas. É

¹² Informação disponível no Portal do Arqueólogo. Acessível em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=55464>.

importante salientar que durante este processo de conservação do sítio, os investigadores se veem no papel de seleccionar as estruturas e histórias que devem ser trazidas à luz, e aqueles que serão reenterradas, por meio da análise da importância dos elementos.

Durante este processo de recuperação da topografia local, diversos objectos históricos foram localizados, recolhidos e posteriormente identificados, sobretudo metais e cerâmicas, com a intenção de promover a conservação e exposição dos mesmos.

Para compreender a ocupação histórica do sítio, tornou-se necessário dividir o sítio em áreas a serem estudadas. Os trabalhos iniciaram-se na área conhecida como *Plataforma A*, tanto pelo facto de ainda não haver sido averiguada, quanto por aparentar conservar vestígios da Época Islâmica, podendo assim potencializar a documentação das diacronias de ocupação do sítio. As escavações realizadas no local vieram a revelar a presença de uma fortificação de época omíada, e junto com esta, extraordinários materiais arqueológicos, estruturas, dados arqueozoológicos e antracológicos, que levaram a continuidade na intervenção no local, resultando na escavação e toda a área da fortificação islâmica, assim como outras estruturas mais antigas que se encontravam nas imediações. Este processo de investigação e conservação das plataformas do sítio teria desde seu princípio o objectivo de expor as dinâmicas da ocupação local destacando algumas estruturas significativas que pudessem atrair a atenção e curiosidade dos visitantes. Em 1997 se iniciam os trabalhos na área da Plataforma B, que se apresentava em melhor estado de conservação.

Em paralelo aos trabalhos realizados no sítio, que visavam a valorização do espaço, deram-se início às obras públicas dedicadas a criar uma autoestrada que ligasse Lisboa de Faro, a conhecida A2, sendo um importante eixo de circulação de turistas e residentes nacionais, concluída e inaugurada em 2002, que inevitavelmente assistiu no processo de visibilidade do sítio, por instalar-se a apenas 6 km do mesmo. O sítio, deixando de ser um local remoto e passa a atrair maior número de turistas e locais curiosos com as paisagens conservadas e os patrimónios locais, o que vem a justificar a necessidade de investimentos voltados para a valorização e conservação local.

O processo de valorização aqui mencionado embarca em diversas vertentes; no cuidado com as estruturas locais, para que a interpretação do espaço seja assistida pela sua realidade histórica; na descoberta, interpretação e conservação de objectos arqueológicos móveis, que foram trazidos à luz por meio das diversas escavações; na preservação de ambientes de diversas épocas históricas com a intenção de se construir uma ponte que conecte os visitantes às memórias de culturas passadas e presentes.

No início dos anos 90, desenvolve-se o programa de valorização cultural e divulgação turística “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve”, que curiosamente não vem a contemplar o Sítio Arqueológico de Mesas do Castelinho, e talvez, precisamente devido à frustração dos investigadores e das autarquias locais, viu-se alavancar o processo de

remodelação e reposição das estruturas, que passou a contar com a contratação de mão de obra de trabalhadores locais para o desenvolvimento destas ações, assumindo-se como um carácter constante a partir de 1997, revelando-se benéfico tanto para o sítio que vem a desempenhar um papel social e económico nas freguesias, quanto para a população que passa a ter uma relação direta com a arqueologia e história local.

O processo de valorização é seguido pelo levantamento topográfico realizado em formato digital, que viria a substituir aquele que criado no primeiro ano do projecto, com a criação de uma realidade virtual, com o objetivo de expor a prospecção geofísica da área arqueológica, e transpor as compressões até então descobertas sobre a configuração urbana do sítio, assim como suas transformações, indagando assim os possíveis usos dados ao espaço.

É apenas em 2002 que as Mesas do Castelinho passam a ser englobado nas ações do Plano Operacional para a Cultura, concluindo o ciclo de participação em 2007. Os investigadores, junto com a Câmara Municipal de Almodôvar e o IPPAR, procuram estabelecer protocolos para concluir o desejado e esperado Centro Interpretativo no sítio, projeto anulado a partir das novas vigências públicas de 2006, o que garantiu a exposição dos objectos em uma sala do Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro, localizado em Santa Clara-a-Nova.

7.1.3. Sobre o Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro

O Museu Arqueológico e Etnográfico Manuel Vicente Guerreiro está localizado no concelho de Almodôvar, na freguesia de Santa Clara-a-Nova, uma das mais antigas localizadas na região que apresenta tradicionalmente uma forte cultura rural que nos permite por meio de suas planícies e de sua história retomar a memória de como a vida foi, quando as técnicas e tecnologias que assistiam o homem no trabalho com a terra e com o ambiente como um todo eram tão distintas, comparadas com as utilizadas nos dias de hoje. É assim, por meio de um movimento unido da comunidade apoiado pelo presidente da Junta de Freguesia na época, Manuel Vicente Guerreiro, percebendo a importância de se manter viva sua tradição e história, por meio da salvaguarda do património etnográfico, inaugura-se o museu em 1984, inicialmente instalado em uma das salas da Casa da Cultura, onde os objectos recolhidos e trazidos pela população local, passaram a ser expostos.

A iniciativa da população local para a conclusão do projeto cultural se fez notável e essencial para o processo de recolha de objectos e histórias, tendo em vista não apenas a determinação para a realização deste projeto, mas também para sua continuidade, devido ao tamanho de seu impacto e repercussão. A quantidade de objectos doados pela

população tornou inevitável a ampliação da exposição, de modo que em 1987 o Presidente da República, Mário Soares, inaugura um Museu Etnográfico, constituído por quatro salas¹³.

No ano de 2015, o Museu, instalado em uma casa térrea, que apresenta em sua arquitetura muitas características da região, se vê remodelado, apresentando-se como o conhecemos hoje, repleto de exemplares da região alentejana, o que inclui, em uma de suas salas, os artefactos resultantes das escavações arqueológicas realizadas no sítio de Mesas do Castelinho, localizado a apenas 1,3 km de distância.

O Museu propõe assim, por meio de escrituras, fotografias, testemunhos audiovisuais da população local, maquetes e réplicas de espaços e ambientes, promover à população local e aos turistas um ambiente que convide todos a conhecer a freguesia, por meio das histórias da população e do local, assistindo no processo de reconstrução do passado, propondo a todos imaginar a vida outrora. Diversos encontros e eventos são promovidos no Museu, além de visitas guiadas ao sítio arqueológico, o que faz com que tanto a memória quanto o espaço, continuem vivos dentro daqueles que se propõe a percorrer suas salas.

A sala dedicada ao sítio arqueológico, pretende por meio de painéis explicativos, maquetes, espólios e fotografias do processo de investigação e escavação, bem como das ruínas locais, apresentando o levantamento topográfico local, proporcionar à população uma parcela das descobertas realizadas no decurso dos 20 anos de escavações, a fim de facilitar o processo imaginativo da ocupação que durou tantos séculos. Os espólios remontam a diversos períodos, sendo que alguns se apresentam no estado em que foram encontrados, enquanto outros restaurados, pretendendo assim promover o melhor entendimento dos materiais e tecnologias utilizados em cada época da ocupação do sítio.

7.2. Monumentos Megalíticos de Alcalar

Os Monumentos Megalíticos de Alcalar, localizados no concelho de Portimão, no barrocal algarvio, entre a serra e o litoral, região caracterizada pela presença de elevações calcárias irregulares, foi descoberto nos finais do século XIX, havendo registos relacionados com a necrópole localizada no sítio, datados de 1880, quando os arqueólogos dão início a um trabalho de pesquisa no Algarve.

As pesquisas realizadas revelaram que desde o V ao III milénio a.C. os povoados que se instalavam no território vieram a intensificar-se, integrando um sistema de povoamento complexo, que utilizava a seu favor os recursos naturais da região, possibilitando o desenvolvimento da agricultura, horticultura, caça, pastorícia e pesca e prática de mineração dos chapéus-de-ferro, uma rocha intensamente oxidada muito utilizada nos

¹³

https://www.facebook.com/Museu-Manuel-Vicente-Guerreiro-702659213457348/about/?ref=page_internal

processos de metalurgia primitiva, tendo sido sazonal, como actividade de complemento económico, organizando-se a partir de aglomerados habitacionais periféricos que contavam com um vasto povoado central, que apresentava uma concentração distinta e notável de monumentos, onde foram edificados diversos núcleos sepulcrais.

O conjunto dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, localizados na freguesia de Mexilhoeira Grande, foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto de 16 de junho de 1910, sendo publicado no Diário do Governo nº 136, de 23 de junho do mesmo ano, devido ao seu interesse como testemunho simbólico ou religioso, testemunho de vivências ou factos históricos, com valor estético, técnico e material intrínseco, sua concepção arquitectónica e paisagística, e finalmente a seu reflexo do ponto de vista de memória colectiva. Interessante mencionar que sua classificação é determinada na primeira lista dos Monumentos Nacionais do país, publicada na forma de lei em 16 de junho de 1910, sendo liderada pela Associação do Carmo, na qual foram integrados edifícios históricos e religiosos do país, bem como monumentos e sítios de natureza arqueológica, sintetizando o reconhecimento arqueológico imóvel do país (Silva, 2002).

A partir das investigações realizadas na segunda metade do século XX e inícios do século XXI, torna-se possível perceber a extensão alargada da necrópole, associando-a ao Povoado Calcolítico de Alcalar, reforçando a importância científica e patrimonial do conjunto, tendo sua classificação ampliada pelo Decreto nº1/2016, Diário da República, 1.ª série, N.º 48, de 9/03/2016, sendo abrangidos como Monumento Nacional, o Povoado Calcolítico de Alcalar, bem como os Monumentos nº 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da necrópole megalítica, integrados ao conjunto pré-histórico de Alcalar, que se encontravam em via de classificação pelos despachos de abertura de 11 de maio de 1995, e de 08 de abril de 1997. É ainda por meio deste decreto, que é realizada a proposta de apreciação da secção do património arquitectónico e arqueológico do conselho nacional de cultura o traçado e definição das restrições da zona especial de protecção (ZEP) dos monumentos de Alcalar, ao abrigo do disposto no decreto-lei nº309/2009, incluindo diversas documentações de sua tramitação ao longo de três décadas pelos diversos organismos da Administração Pública da tutela do património arqueológico, assistido pelo parecer técnico do arqueólogo e diretor dos bens culturais, Rui Parreira, responsável por alguns dos últimos e mais importantes trabalhos e estudos realizados no monumento, afim de assegurar o conjunto de edifícios tumulares pré-históricos, sua área habitacional e produtiva, conhecida como Povoado Calcolítico de Alcalar, e as características da paisagem cultural da zona, respeitando sua integridade e autenticidade.

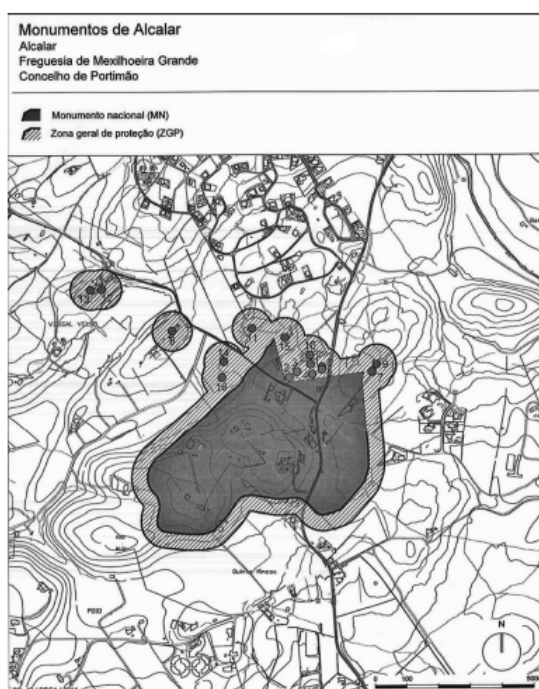


Figura 7 - Mapa relativo ao conjunto classificado de Alcalar, abrangendo novos núcleos. Diário da República 1.ª série, N.º 48, de 9/03/2016.

Em 12 outubro de 2020, por meio do anúncio n.º 243/2020, emitido pela DGPC, publicado no Diário da República n.º 198/2020, série II de 12/10/2020, é apresentado o projeto de decisão relativo à fixação da zona especial de proteção dos Monumentos de Alcalar, sendo classificada como uma área de sensibilidade arqueológica (ASA), no qual, afirma-se que:

“A valia científica e patrimonial do conjunto radica não só na dimensão da necrópole, seu estado de conservação excepcional monumentalidade e diversidade tipológica dos túmulos que a constituem, mas também na ligação estabelecida entre a própria necrópole e o Povoado Calcolítico aí existente. Tornando possível definir a unidade orgânica do conjunto e perceber a manutenção da relação visual entre os seus vários elementos”¹⁴.

A delimitação da ZEP procura também preservar a relação visual entre os diferentes monumentos classificados, seguindo a implementação de construções existentes no local e acidentes topográficos relevantes, com a finalidade de tornar bem identificável sua extensão. Destacando-se a definição em toda a zona por ela abrangida de uma área de sensibilidade arqueológica. O que implica que qualquer alteração ao uso do solo deve ser precedida de trabalhos de prospecção, a fim de determinar a obrigatoriedade, ou não, do estabelecimento de uma reserva arqueológica de proteção, de carácter temporário, para a realização de

¹⁴ Informação disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/consultaspublicasanoemcurso/alcalar/er2.pdf PG1-2

trabalhos de escavação prévia e/ou acompanhamento arqueológico. Paralelamente, relevando o valor da paisagem cultural da área delimitada para a ZEP.

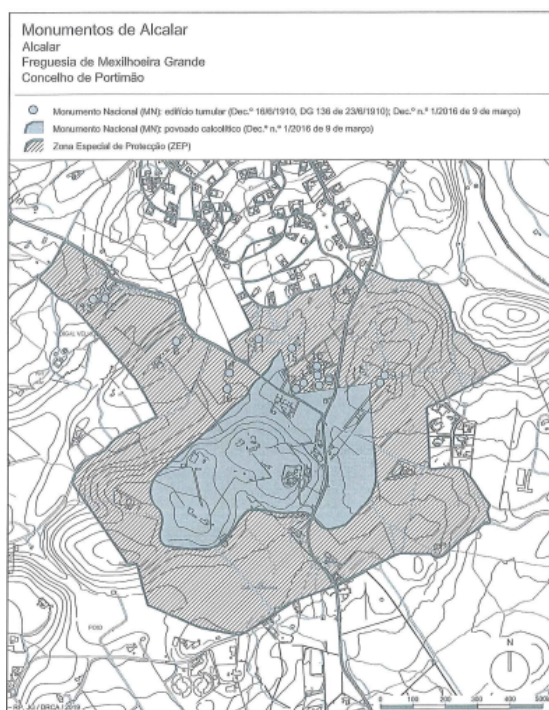


Figura 8 - Mapa relativo à delimitação da ZEP de Alcalar. Diário da República n.º198/2020, série II de 12/10/2020.

7.2.1. O processo de conservação, investigação e valorização

Em novembro de 1975, o Estado Português vê-se como possessor parcial dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, e na década de 1980 as propostas de intervenção na necrópole são apresentadas, sendo aprovadas pelo IPPC no primeiro semestre de 1982, com apoio do Museu de Portimão. Foram então propostas duas vertentes de ação: a conservação do sítio e o levantamento topográfico do conjunto de elementos identificados e adquiridos pelo Estado, a fim de promover a proteção e utilização didática do património, tendo em vista a sua importância histórica no conjunto dos monumentos megalíticos europeus.

Estes monumentos são encontrados em diversos territórios continentais, sendo de modo geral datados do IV e III milénios a.C. Apresentam diversos elementos comuns, como o tipo de construção, que utilizam como base grandes pedras, além da disposição espacial, que conta com diversos núcleos e com a imponente questão funerária, que tinha para as comunidades um lugar central, levando em consideração o facto de que os enterramentos era realizados de modo colectivo, em grandes construções, que chamam até os dias de hoje muito atenção por sua magnificência. A estrutura em rede criada na época pode ser explicada pela necessidade de adaptação local, tendo em vista que as práticas levadas a cabo na época eram ainda escassas de técnicas e tecnologias agrícolas, praticando as

populações o nomadismo, utilizando os terrenos férteis, e deslocando-se quando já não podiam satisfazer as necessidades básicas no local, o que nos leva a compreender a importância dos túmulos, que apresentavam-se como elementos permanentes perante constantes mudanças.

A localização dos Monumentos Megalíticos de Alcalar podem ser justificadas pelas riquezas naturais locais e a imponente barreira criada pelo oceano, que veio a impossibilitar a expansão das sociedades da época.

Alcalar 7, em particular, apresenta-se como a estrutura funerária local de grande destaque, sendo o local onde maiores descobertas arqueológicas foram feitas, com uma grande importância simbólica, e pela quantidade de artefactos aí descobertos. Escavado desde 1880 em diferentes momentos por Nunes da Glória, Estácio da Veiga, Pereira Jardim, Santos Rocha e José Formosinho, assistiram na base de dados documental voltada ao monumento. O período inicial da investigação foi marcado pela limpeza do local, desmatagem das áreas em seu entorno, bem como o registo fotográfico de todo o processo de investigação arqueológica, a fim de se construir um registo que apreenda as estruturas visíveis do sítio, dando apoio ao levantamento microtopográfico. Foram também realizadas escavações de profundidade, para possibilitar a compreensão do arranjo paisagístico e ocupacional. Durante este processo, foram documentadas as estruturas de combustão, inicialmente interpretadas comolareiras rituais (Parreira, 1995) localizadas sobre uma pequena depressão na marga calcária, no nível do subsolo, sendo posteriormente tapadas com terra. As lareiras encontradas assistiram no processo interpretativo do sítio, por sugerirem a estrutura do terreno, apresentando os níveis que permitiram realizar uma análise das estruturas rochosas. Por meio da análise das rochas, foi possível ainda concluir que estas eram originárias da região de Monchique, sendo levadas a Alcalar especialmente para a construção da estrutura funerária.

Foi, entretanto, encontrado, por baixo do túmulo do monumento, um *tholos*, edifício circular correspondente a práticas funerárias associados aos enterramentos colectivos, composto por uma câmara de falsa cúpula, um corredor e nichos laterais, considerados como altares ocultos ou ornamentos, datado em meados do III milénio a.C., anterior à construção do edifício calcolítico, podendo-se assumir que algumas estruturas foram sendo incorporadas às primeiras ocupações. Foram encontrados também vestígios de ocupações da primeira metade do V milénio a.C.

A partir do reconhecimento territorial, torna-se possível realizar uma análise relacionada às técnicas de intervenção e restauro, que visa criar visibilidade à decodificação dos rituais realizados no local, assim como as formas de expressão social e cultural que podem ainda ser apreendidas e descobertas por meio dos vestígios materiais encontrados. O facto de as instalações megalíticas apresentarem em sua essência um processo marcado pelas

cerimônias realizadas no local, revela a importância de se promover um desenvolvimento interpretativo que vai para além da exposição de objectos in contexto, a fim de transpor ao público o modo como a população se relacionava com o espaço, e logo, a relação do espaço com as crenças e cerimónias locais.

Os estudos arqueológicos realizados no local, foram concluídos por um processo de restauro datado desde 1994 até 2000, quando o Centro de Interpretação foi instalado no local, a fim de valorar as ações realizadas, potencializando o processo de promoção de conhecimento da história conjunta da Europa, a partir das manifestações patrimoniais locais, que apresentam-se como um marco das relações sociais passadas.

7.2.2. Sobre o Centro de Interpretação e o Museu de Portimão

O Centro de Interpretação localizado no Monumento Megalítico de Alcalar, construído em 2000 é composto por um pequeno edifício que cuidadosamente se integra na paisagem e, utiliza para tanto, as pedras existentes no local, com a intenção de promover o sentimento de pertença. O Centro dispõe de um circuito exterior que permite a visita às câmaras megalíticas e de uma galeria interna, uma área de recepção, posto de vendas e um espaço expositivo, dedicado à apresentação da história vivida no núcleo. Apesar de não possuir uma colecção própria, utiliza como apoio explicativo painéis informativos, imagens, textos, além de uma maqueta analítica e vídeos, que mostram aos visitantes as diferentes fases de investigação arqueológica realizadas no sítio.

O Centro de Interpretação encerrou suas actividades durante um período de tempo, e voltou a reabrir as portas em 2012, quando passa a funcionar como uma extensão do Museu de Portimão, museu municipal localizado na área portuária da cidade numa antiga fábrica de conserva, utilizando os antigos espaços da fábrica para retratar a história da construção económica, social e cultural da região. O Museu de Portimão pretende assim, assegurar o desenvolvimento cultural, educativo e de acolhimento do público, e apresenta em seu interior, partes da história dos megálitos, assistindo também na divulgação do sítio e do centro interpretativo, que se encontram em uma localidade mais remota.

No interior do Museu, uma breve história sobre as estruturas arqueológicas existentes em Alcalar é narrada a partir de painéis explicativos e de uma maquete que pretende recriar o espaço funerário, quando habitado. Estão também dispostos espólios arqueológicos, além de uma exibição da estrutura de pedras real, que promovem uma pequena parcela do que o sítio vem a promover para a população, e acaba por convidar os visitantes a despertarem sua curiosidade.

O Centro Interpretativo, por outro lado, recorre, em dias festivos, à convocação de oficinas, teatros, e actividades interativas, convidando os visitantes a interagirem com o espaço, e experimentarem algumas das técnicas utilizadas na época, como tecelagem,

moagem de grão, entre outros trabalhos braçais, como o carregamento das estruturas rochosas para as formações arquitetónicas, além de simularem as cerimónias funerárias, evocando o sentimento de memória a partir da construção desta narrativa de forma de vida, transpondo de alguma forma os sentimentos cerimoniais e ritualísticos realizados nos monumentos megalíticos.

7.3. Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo)

As Grutas Artificiais de Casal do Pardo, localizadas no sudoeste da aldeia da Quinta do Anjo, concelho de Palmela, num local conhecido como Casal do Pardo; uma pequena colina que apresenta o topo aplanado, integrada no Parque Natural da Arrábida.

As grutas artificiais, reconhecidas como uma necrópole, são constituídas por uma câmara circular, de aproximadamente 4 a 5 metros de diâmetro, que tem em seu topo uma pequena claraboia, além de uma antecâmara ovalada, um corredor estreito, de comprimento variável, que pode ser separado do interior por uma porta de acesso. Indícios sugerem que foram construídas entre 3200 e 2900 a.C., porém acredita-se que foram usadas durante o III milénio. Os artefactos encontrados em seu interior e proximidades levantam dúvidas sobre a duração do uso da gruta, por apresentarem datações da Idade do Bronze, paleolítico até períodos mais recentes.

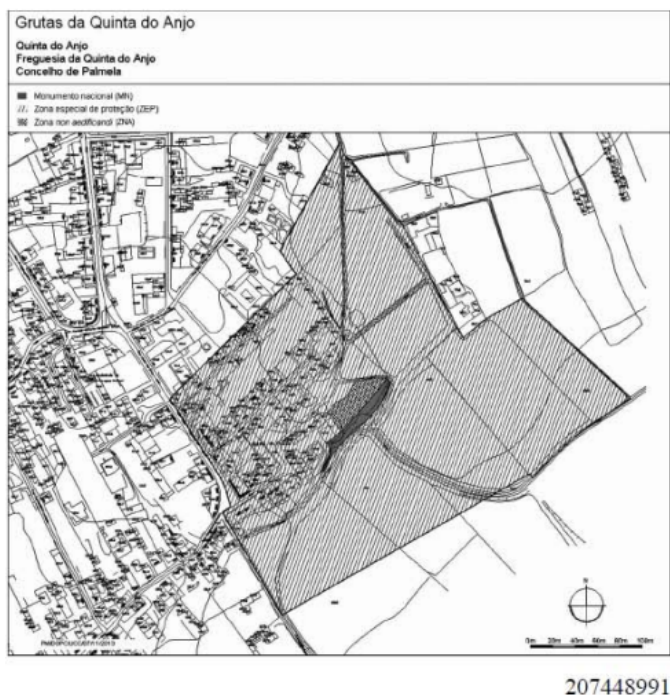
A história tanto do sítio em si, quando de seu processo investigativo não é muito conhecida até os dias de hoje. Pesquisas indicam que foram realizadas três campanhas de escavação no local, apesar de não haver grandes indícios da primeira investigação realizada.

O sítio chamou a atenção de Carlos Ribeiro, em 1880, quando devido às extrações de pedras em Casal do Pardo algumas das grutas localizadas no sítio acabaram por serem danificadas. O arqueólogo que então estava promovendo em Lisboa o IX Congresso de Antropologia, utilizando casos ilustrativos da região de Cascais a fim de promover seu desenvolvimento teórico e prático, confiou então as intervenções do terreno a António Mendes, o responsável pelos trabalhos realizados em Casal do Pardo em 1876.

As Grutas Artificiais de Casal do Pardo, tem sua classificação como Monumento Nacional publicada pelo Decreto n.º 23 740, DG, 1ª série, nº 79 de 5 de abril de 1934, atendendo à resolução previamente tomada pela Junta Nacional de Escavações e Antiguidades, na sessão realizada no dia 14 de março do mesmo ano. É possível supor que por meio de sua classificação, o sítio passou a ser mais assegurado, o que pode ter inclusive diminuído a atividade mineira decorrente na região.

Por meio da publicação realizada no Diário da República, 2ª série, nº 183 de 22 de setembro de 2011, publica-se o projecto de decisão relativo à fixação da Zona Especial de

Protecção das Grutas da Quinta do Anjo, sendo estabelecida a sua fixação na Portaria nº 886, de 11 de dezembro de 2013, publicada no Diário da República nº 240/2013, série II de



2013-12-11.

Figura 9 - Mapa com delimitação da ZEP das Grutas da Quinta do Anjo. Diário da República nº198/2020, série II de 12/10/2020.

A publicação esclarece a importância nacional do monumento, que corresponde a quatro grutas circulares independentes, inseridas na tipologia das grutas-necrópole artificiais megalíticas, onde numerosos e variados espólios foram recolhidos e analisados. A fixação da zona especial visa assim salvaguardar os possíveis núcleos arqueológicos secundários, a integridade do contexto geológico, tanto relacionado ao seu subsolo, quanto ao enquadramento paisagístico do sítio, e as perspectivas de contemplação que constituem a bacia visual em que se integra¹⁵. Tendo em vista a necessidade de proteger a envolvente do sítio classificado, é fixada uma zona *non aedificandi*, proibindo qualquer tipo de construção no local.

7.3.1. O processo de conservação, investigação e valorização

O primeiro trabalho investigativo realizado na Quinta do Anjo, de que dispomos de registos foi realizado pelos colectores da Comissão Geológica de Portugal, dirigido por António Mendes e Agostinho José da Silva, entre 1876 e 1878. Infelizmente, a publicação realizada pelos pesquisadores não apresenta muitas respostas sobre a natureza do sítio, ou mesmo sobre os materiais arqueológicos encontrados no local; porém é interessante perceber que

¹⁵ <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/886-2013-2967236>

por meio dos registos e do processo investigativo realizado pelos arqueólogos que as grutas já haviam sido previamente estudadas e intervencionadas, apesar de não informações relativas à primeira escavação.

Em 1886, Émile Cartailhac, pesquisador da pré-história com ênfase nas artes das cavernas e grutas publica novos estudos relativos à gruta de Casal do Pardo, havendo participado e assistindo em processos de pesquisa e intervenção no sítio, no ano de 1883. Seu livro “Les Ages Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal” descreve os principais aspectos arquitetónicos do local e apresenta plantas que supõe a identidade visual das grutas, quando ainda em uso, o que assiste no processo de reconhecimento e valorização do sítio, de modo que em 1897, José Leite Vasconcelos realiza maiores estudos sobre as grutas, que vem a problematizar as investigações previas e apresentar novos perfis simplificados das grutas artificiais. Estas publicações acabam por destacar o sítio e fazem com que as grutas artificiais sejam conhecidas internacionalmente, apresentando a necessidade de se dar continuidade ao processo investigativo das mesmas.

É assim que em 1906 novos trabalhos são realizados nas grutas artificiais, supervisionados por António Inácio Marques da Costa, que assistem na compreensão integral da construção, por meio de escavações realizadas no corredor da gruta, assim como um corte longitudinal em cada uma das grutas e a retirada dos sedimentos encontradas no interior das câmaras, que assistem na descoberta e recolha de novos artefactos e restos osteológicos. As descobertas realizadas são publicadas n’ “O arqueólogo Português” em 1907.

A década de 1970 é marcada como um novo momento de estudo e escavações realizadas no local, liderados pelos arqueólogos Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, que vem a revelar novas informações assim como elementos que assistem na compreensão da importância do monumento funerário. A partir de 2001, a Câmara Municipal de Palmela passa a assistir no processo de valorização, por meio de programas globais de intervenção que teve início com a aquisição dos terrenos nos quais os sepulcros se encontravam, com a intenção de posteriormente instalar-se um centro de interpretação na área, a fim de garantir a compreensão e fruição pública do monumento. Foram também realizadas prospecções geofísicas na área, com o intuito de se adquirir um melhor conhecimento do espaço e do potencial arqueológico do mesmo, assumindo assim a possibilidade de se encontrar novos vestígios de ocupação antrópica relacionadas ao monumento funerário. Para tanto, foi delimitada uma área a ser investigada, procedida pela recolha de materiais, o que assistiu na definição das áreas de estudo que deveriam ser priorizadas. Entre 2013 e 2017 diversas escavações são realizadas nas grutas artificiais, visando assistir no processo de revalorização.

Por meio dos trabalhos realizados no sítio foi possível reconhecer que as cavidades das quatro grutas, escavadas no calcário com artefactos de pedra, construídas entre 3200 e 2900 a.C. eram destinadas a recolher os mortos. A câmara e o corredor que interligava cada uma das grutas eram ocupadas por corpos, e cobertos por uma tampa. Estas construções artificiais realizadas nas pedras são fenómenos conhecidos que relatam os rituais de morte.

7.3.2. Sobre o Espaço Furnas, Artes e Ofícios

O espaço situado em pleno Parque da Arrábida, a apenas 1,7 km de distância do Monumento Nacional das Grutas Artificiais de Casais, é constituído por uma quinta que apresenta traços da arquitetura típica da região. Desenvolvido em 1983 com a intenção de promover a história e cultura local, o espaço bastante diverso conta com serviços de restauração, cafeteria, promoção de *workshops* voltados ao desenvolvimento da cerâmica e azulejo, bem como o desenvolvimento esporádico de salas interpretativas e documentais que pretendem apresentar os patrimónios locais.

O espaço é adquirido pela Câmara Municipal e pela ADREPES (Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal) em 2007, com a intenção de se criar uma extensão do Museu Municipal, fornecendo serviços educativos que assistam na valorização e promoção da cultura e do património local.

É assim que no dia 18 de maio de 2007, inaugura-se a exposição temporária intitulada “As Grutas Artificiais do Casal do Pardo. Quita do Anjo. Memória Arqueológica” a fim de se comemorar o Dia Mundial dos Museus, e se estende para além deste, com a intenção de divulgar as descobertas e histórias do Monumento Nacional por meio de painéis expositivos que apresentem por meio de imagens a construção que abrange as grutas artificiais, além da cultura material recuperada na área.

Desde sua aquisição a Câmara Municipal passa a utilizar o espaço como centro motor para a valorização do sítio arqueológico, com atividades desde visitas guiadas, materialização da história através de relatos pessoais e encontros locais que provoquem a sensibilização do público. O espaço vem enfrentando processos interventivos que propõe criar melhores condições para a fruição do espaço, bem como um centro de interpretação denominado “Janela da Arrábida”, conhecido em outras localidades, e vem desenvolvendo atividades nas comunidades locais que assistam na interação com a cultura e memória.

7.3.3. Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela

Localizado a apenas 4,4 km de distância do sítio arqueológico das Grutas Artificiais de Casal do Pardo, encontra-se o centro histórico da cidade de Palmela, espaço permeado de histórias que remetem as antigas culturas e populações que habitaram o local. O Castelo de Palmela por meio do Programa de Recuperação de Animação do Castelo de Palmela

(PRAC) passou a ser um dos espaços que assiste no processo de apresentação de algumas das memórias deste centro para aqueles que têm interesse em conhecê-la.

Por meio de iniciativas municipais, em 1991-1992 deu-se início ao programa que apresenta vertentes histórico-arqueológicas, artísticas, arquitetônicas, sociológicas e turísticas que abrangeria o diagnóstico, conservação e qualificação do Castelo, afim de promover uma nova forma de ocupação funcional do espaço que incluiria o desenvolvimento do Núcleo-Sede do Museu Municipal, assumindo assim o perfil municipal de articulação polinucleada de museus, afim de promover diversos espaços inclusivos que apresentem as histórias do Município, além de um posto de turismo, gabinete de estudos, auditório, com a intenção de promover um espaço que promova a animação cultural recreativa para os visitantes.

A promoção e propagação da história local por meio do desenvolvimento de espaços arqueológicos que venham, por meio de sua própria existência assistir em sua compreensão, fazem com que a exposição *in situ* tenha uma interlocução distinta; o próprio espaço narra suas histórias, e assiste na apresentação das outras memórias que foram geradas em seus arredores, como é o caso do sítio arqueológico da Quinta dos Anjos, e do Centro Histórico do Município como um todo

O Castelo de Palmela por meio do processo interventivo, passou a abranger o Núcleo Museológico em 1996, constituído inicialmente por cinco salas dedicadas à disseminação do processo e das descobertas realizadas por meio da investigação arqueológica do concelho. A intervenção inicial não apresentava as técnicas e tecnologias necessárias para que os artefactos expostos mantivessem-se conservados, devido à falta de controle de temperatura, iluminação e humidade, uma vez que as exposições desta forma foram pensadas apenas em curto prazo. Para que os objectos pudessem ainda manter-se conservados foram guardados em outros locais e voltaram ao Castelo, uma vez que este apresentasse os requisitos necessários para mantê-los a longo prazo.

O Núcleo Museológico em 2009, passou por uma nova acção no âmbito do Plano de Recuperação e Dinamização do Centro Histórico de Palmela, assistida pelo financiamento do FEDER/Portugal, que veio a requalificar as cinco salas museográficas e assistir no processo de construção de uma nova sala, que foi seguida pela pré-selecção dos bens culturais que viriam a integrar o Núcleo, disponibilizando assim duas salas para a apresentação da história do concelho, que viriam a incluir os espólios das Grutas Artificiais, enquanto as outras três salas dedicam-se à apresentação dos espólios encontrados no próprio castelo e na vila de Palmela. Para assistir no processo de propagação das informações arqueológicas abrangidas durante o processo investigativo, o núcleo utiliza-se de fotos, mapas, textos explicativos e espólios.

7.3.4. Museu Geológico de Lisboa

O Museu Geológico de Lisboa, inaugurado em 1859, apresenta uma trajetória paralela aos serviços destinados às Comissões Geológicas, que viriam a criar os Serviços Geológicos de Portugal, assim como os organismos sucessivos. Localizado no centro da cidade, mais precisamente no Bairro Alto, local permeado por histórias que definem a construção social, cultural e urbanística da cidade até os dias de hoje, e que exatamente por isso demandaram a instalação e a facilitação do acesso à informação dos factos e materiais recolhidos a partir da informação geognóstica do território. O processo investigativo científico foi desde a sua inauguração o maior pilar do Museu, que veio a partir desta, desenvolvendo suas colecções, com o propósito de documentar e propagar as descobertas realizadas, possibilitando a apresentação de um mostruário das potencialidades minerais do país, não apenas do município ou conselho. Apenas em meados de 1920 o Museu apresenta um carácter permanente, convidando estudiosos e profissionais da área a visitá-lo.

O Museu inicialmente instalado em um pequeno local, percebeu com o aumento gradual das colecções a necessidade de dedicar as descobertas a um espaço apropriado que pudesse assistir no crescimento das visitas e na disseminação dos conhecimentos e descobertas realizadas, obrigando o Governo a encontrar instalações mais adequadas. Foi assim cedido ao Museu Geológico, o segundo piso do Convento de Jesus, onde já se encontrava abrigada a Academia Real das Ciências. O núcleo inicial do museu em sua nova localização foi constituído maioritariamente pelas colecções pessoais de Carlos Ribeiro, assim como outras aquisições e descobertas realizadas pelos membros de sua equipa de pesquisa, deixando claras as linhas investigativas realizadas maioritariamente materiais geológicos e outros derivados da antropologia pré-histórica. A disposição de tais colecções se dá de maneira bem clara e estratégica, revelando a prática da ciência em si, que apresenta a estratigrafia portuguesa até o século XX, incluindo o estudo e interpretação da fauna e flora do país, bem como os tipos de rochas e materiais paleontólogos, que reúnem grupos de fósseis descobertos em Portugal, organizados de modo específico propondo evidenciar a correlação estratigráfica destes. Posteriormente foram incluídos também documentos científicos e históricos promovidos por colecções internacionais. Com o passar dos anos, devido aos novos materiais adquiridos, as salas destinadas ao Museu foram aumentando, o que promoveu também uma reorganização do espaço.

A colecção que abrangia o trabalho realizado a partir das descobertas do homem pré-histórico foi gerado a partir da problemática relativa a existência e antiguidade do homem, e por isso foram reunidas colecções de artefactos líticos, restos alimentares, entre eles encontram-se os materiais descobertos nas primeiras escavações realizadas nas grutas artificiais localizadas em Palmela.

7.4. Povoado de Vila Nova de S. Pedro

O povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro, classificado como Monumento Nacional em 1971 (Decreto nº 516/71, DG, 1ª série, nº274 de 22 de novembro de 1971), encontra-se em uma área planáltica na parte noroeste do concelho de Azambuja, integrada a União das Freguesias de Manique do Intendente, Maçussa e Vila Nova de São Pedro, a aproximadamente 55 km a norte da capital do país.

Situa-se num promontório destacado na paisagem, envolto por ribeiras e linhas de água que oferecem-lhe excelentes condições de defesa natural. Por meio de um levantamento topográfico, pode-se dizer que a implementação do povoado era circunscrita por bancadas de calcárias, o que por um lado, assiste em sua defesa, e por outro, limita sua progressão. Por meio do estudo topográfico é ainda possível perceber as ótimas condições de visibilidade que se tinham desde o sítio, além de ser um lugar de captação de diversos recursos de variadas naturezas. O local com excelente visibilidade e defesas naturais, parece reflectir não só uma preocupação defensiva, visível nas suas linhas de muralha, mas de igual modo na necessidade de controle da circulação de pessoas, animais e bens ao longo de uma vasta área.

Acredita-se que a primeira ocupação do local se deu no final do período Neolítico, entre 3500 e 3000 a.C., prolongando-se durante todo o período Calcolítico, ao longo do III milénio, quando as estruturas defensivas foram construídas e reforçadas. Foram também encontrados vestígios de ocupação que apontam para finais da Idade do Bronze (1000 a 700 a.C.).

O Povoado de Vila Nova de São Pedro torna-se Monumento Nacional por meio do Decreto 516/71 de 22 de novembro, publicado em Diário do Governo nº 274/1971, Série I de 1971-11-22. Seu processo classificatório teve início em 1951, durante o período de investigação realizado no sítio, sendo respondido publicamente, apenas 20 anos depois. Em relação a determinação das zonas de proteção especiais do mesmo, não é possível encontrar nenhuma informação ou publicação que especifique suas delimitações, o que de acordo com a legislação, deve ser tido como ZEP, os 50 metros ao redor do mesmo, sendo contados a partir do limite exterior da estação arqueológica. É ainda importante pontuar o facto de que o sítio arqueológico pertence não ao Estado, mas a um proprietário particular, podendo reflectir na falta de informações e publicações referentes à classificação do sítio

7.4.1. O processo de conservação, investigação e valorização

O povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro tem sua primeira menção nos relatos de Leite Vasconcelos em 1929, sendo, entretanto, identificado em 1936, através das prospecções realizadas por Hipólito Cabaço, culminado na descoberta da existência do importante sítio arqueológico da pré-história.

A partir deste momento a Associação dos Arqueólogos Portugueses deu início à solicitação das autorizações necessárias para trabalhos de escavações no local, sendo aceites após a visita do Prof. Mendes Corrêa e da disponibilização de subsídios pelo Instituto para a Alta Cultura. Os trabalhos iniciaram-se em 1937, dirigidos por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço

Para além da direção de Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, os trabalhos de escavação tiveram ainda o apoio dos habitantes de Vila Nova de São Pedro, em sua maioria camponeses que viviam da agricultura, pessoal indiferenciado, sem um ofício definido. Não tendo outros rendimentos, teriam reunido as condições exigidas, contempladas pela legislação em vigor. O mês de julho em especial era marcado pelo árduo trabalho de homens e mulheres no castro. No final das campanhas era realizada uma grande festa, a festa, onde se realizam baptizados e casamentos.

As intervenções no sítio têm continuidade até 1967, apesar da morte de Eugénio Jalhay, em 1950. Durante estes anos foram garantidos incentivos financeiros e produzidos relatórios, que assistiram posteriormente à compreensão dos trabalhos investigativos, dos procedimentos utilizados e dos fragmentos selecionados e encaminhados em sua grande maioria para a Associação dos Arqueólogos Portugueses em Lisboa, para que fossem estudados e analisados, promovendo maior compreensão sobre suas origens e usos.

Por meio dos primeiros trabalhos realizados no terreno tornou-se possível identificar três linhas de muralha, de cronologia calcolítica, além de um possível “ritual de fundação” constituído por um recipiente de cerâmica e cornos de bovívdeo, o que veio a despertar o interesse por outros possíveis restos osteológicos faunísticos, cuidadosamente selecionados, apesar de abundantes no sítio, o que impossibilitou a posterior avaliação de seu conjunto.

Durante as três décadas de campanhas sistemáticas realizadas por Afonso do Paço, dá-se início à remoção de toneladas de sedimentos arqueológicos e a recolha de milhares de fragmentos de cerâmica, artefactos de pedra lascada, polida, e ossos, fauna mamalógica e malacológica, transportados para os depósitos do Museu de Arqueologia do Carmo (MAC) e para o Museu de Alenquer.

Devido à metodologia da época, que privilegiava a recolha de artefactos com claros significados crono-culturais, existem hoje seleções muito específicas da primeira época de intervenções. Ainda assim, é possível, por meio das publicações de Paço e outros colaboradores sobre as campanhas de escavação, referências da presença de possíveis ossos de animais e dos artefactos produzidos a partir destes, como punções, alisadores, espátulas, alfinetes e agulhas.

Conforme as campanhas arqueológicas foram sendo realizadas, novas descobertas viriam a luz, com a assistência de diversos pesquisadores das mais variadas áreas de

estudo, a fim de reconhecer e analisar os fragmentos e as histórias do sítio. No caso da campanha de 1940, quando foram escavados três silos entre as primeiras linhas da muralha, onde foi possível encontrar a presença de fauna, cinzas, conchas e cerâmica, o que viria a assistir no enquadramento econômico social do povoado, bem como de sua fauna, sendo melhor analisadas e abordadas a partir das campanhas de 1942, quando são feitas referenciais à presença de abundantes ossadas de grandes animais, como bois, cabras, cavalos, burros, cães, veados, javalis, lobos, ursos, lince e texugos, sendo ainda hoje possível encontrar restos destas deposições em áreas do sítio, assistidas pelas análises realizadas por Breuil. As campanhas seguiram, bem como as publicações relativas a elas, assistindo hoje na compreensão e análise do território. Em 1943, o estudo das sementes encontradas é realizado pelo Eng.º A. R. Pinto da Silva; em 1945, VNSP recebe a visita de arqueólogos alemães de renome, que assistem no trabalho de escavação, voltando a assistir no processo nos anos de 1949 e 1950, realizando sondagens. Entre 1944 e 1946, o reconhecimento geológico do castro e de suas mediações é feito por Maxime Vaultier, pelo Dr. George Zbyszewski, e pelo Prof. Carlos Teixeira.

As análises apoiadas pelo Laboratório de Engenharia Civil de Lisboa realizadas no ano de 1951 com o auxílio do Eng.º Carlos Martins de Oliveira, confirmam a existência de objectos de bronze. . Em 1952 reconhece-se a presença de pinheiros e cortiças. No final da campanha realizada em 1953, Afonso do Paço encaminhou um conjunto de fauna mamalógica para ser estudada e analisada no Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra, que vem a assistir na identificação de diversos ossos, corroborado posteriormente pela compreensão da tendência de animais tanto caçados, quanto domésticos. Em 1955 por meio da colaboração do Dr. Edward Sangmeister, Prof. da Universidade de Friburg e do Instituto Arqueológico Alemão em Madrid, foi elaborada a primeira planta da fortificação. A contribuição realizada por pesquisadores estrangeiros, de grande interesse ao país, é manifestada em cartas escritas por Afonso Paço ao Diretor-Geral do MOP, deixando claro o interesse de outros pesquisadores em relação ao estudo e análise do sítio, seguindo pela solicitação e autorização da organização de trabalhos de campo a serem realizados por estudantes nacionais e estrangeiros, que deveriam ocupar-se de tarefas delicadas, como o levantamento de desenhos de perfis e secções, assim como de lavagem, selecção de materiais, inventariação, colagens, restauros, preparação e execução de cortes estratigráficos, e finalmente, a redacção de diários de escavação.

Em 1959 devido à colaboração do Dr. Harturig N. Savory, Diretor do Departamento de Arqueologia do National Museum of Wales (Cardiff), tornou-se possível dar procedência a um registo estratigráfico, que apresenta a grande complexidade que caracteriza o povoado, tornando possível estabelecer as seguintes fases da ocupação:

“a) 1ª Fase – Neolítico Final (3500 a 3250 a.C) – antes da construção das muralhas;

- b) 2ª Fase – Calcolítico Inicial (3250 a 3000 a.C) – ainda antes da construção da muralha interior;
- c) 3ª Fase – Calcolítico Médio (3000 a 2500 a.C) – construção da muralha interior e dos seus bastiões;
- d) 4ª Fase – Calcolítico Final (2500 a 2000 a.C) – quando a muralha interior já tinha entrado em ruína;
- e) 5ª Fase – Idade do Bronze (a partir de 1500 a.C) – o local terá sido ocupado apenas de forma esporádica.” (Arnaud, 2005: 159-160).”

Por meio das publicações de é possível ainda perceber seu reconhecimento pela importância da recolha e categorização da fauna, a fim de assistir na contextualização da vida econômica e social dos habitantes do povoado calcolítico, possibilitando uma aproximação com a realidade.

No relatório de 1964, são referidas as áreas nas quais os trabalhos de escavação decorreram, proporcionando observações sobre as grandes dimensões no cubelo, situado na segunda muralha, onde já se haviam feito sondagens anteriormente, por meio das quais são reveladas a descobertas de materiais curiosos, apesar de não haverem referências ou descrições de tais materiais, sendo destacados apenas o reconhecimento de pontas de seta e faixas de sílex, machados de pedra polida e cerâmicas sem desenhos. Neste relatório é ainda descrita a condição superior da parede, motivo que fez com que os trabalhos em sua cercania fossem abandonados, a fim de evitar que os restos de muros sofressem destruição. Procede-se assim com o reconhecimento no interior da fortificação à esquerda do forno. São finalmente apontadas questões fundamentais para o reconhecimento e classificação do povoado, além da solicitação à Câmara Municipal da compra dos terrenos nos quais o sítio encontra-se inserido, com o objetivo de construir-se uma estrada de acesso. Para além do levantamento de tais urgências, é ainda requerida a permissão para a construção de materiais e equipamentos que assistam na compreensão do sítio, por meio do desenvolvimento de maquetes, desenhos tanto do terreno, quanto dos materiais nele recolhidos, e de fotografias e reconstituições de peças de cerâmica, a fim de valorizar os espólios existentes, permitindo deste modo as condições necessárias para a elaboração apropriada e definitiva das memórias sobre o povoado (Ribeiro, 31-32).

O relatório apresentado em 1965 aponta alguns resultados do levantamento topográfico realizado:

“Em local situado a N. da muralha interior, onde se divisaram certas pedras e depois deparamos com um pequeno troço da segunda muralha, já bastante destruída. Junto desta muralha devem ter vivido populações de metalúrgicos, pois encostado a ela estava um belo serrote de cobre. Quanto a materiais nada mais há a assinalar, a não ser uma placa de barro tendo representados dois animais, provavelmente dois bovídeos». Mais à frente adianta:

«Continuamos, mas sem qualquer resultado, as buscas da necrópole deste povoado, que deve existir algures nas imediações do castelo»¹⁶.

No ano de 1968, Afonso do Paço faleceu, terminando o longo período de investigação no sítio, assistido pela colaboração de inúmeros arqueólogos, nacionais e estrangeiros, assim como especialistas de outras áreas científicas, que assistiram no estudo dos espólios, permitindo a partilha de experiências e saberes, bem como no intercâmbio de ideias e metodologias, que auxiliaram no aprofundamento do conhecimento deste povoado. Tais como as técnicas de fotografia aérea, prospecção eletromagnética, análise química do solo, análise de carbono 14, testes de flúor, espectrografia, ainda não exercidas em Portugal na época. A partir das bem-sucedidas assistências fornecidas pelos estudantes estrangeiros, suas técnicas, metodologias e materiais, é possível notar o reconhecimento nacional da importância e interesse de sua participação e cooperação nos trabalhos de estudantes portugueses.

Devido aos estudos e investigações realizadas, o povoado ganhou grande reconhecimento nacional e internacional, sendo conhecido por sua arquitectura e pela riqueza dos artefactos recolhidos. Dentre os diversos objectos encontrados, é possível distinguir utensílios de pedra lascada como pontas de flecha, raspadores e núcleos, furadores, lamelas e machados, além dos previamente mencionados utensílios fabricados em ossos, como figurinhas antropomórficas, como “ídolos de ossos”, “ídolos-cilindro”, “ídolos-placa”, “ídolo-pinha”, “ídolos de cornos”, lúnulas e chifres, apontando a existência de um cariz sagrado. A presença de moldes de cerâmica e pedra, cadinhos, escorias, cinzéis, escopros, punhais, ponta de lança, flecha de cobre tornaram-se testemunhos da atividade metalúrgica desenvolvida na vila.

A cerâmica identificada é caracterizada por sua grande variedade, tanto de formas quanto de decorações, o que assistiu na compreensão dos sucessivos períodos da ocupação do povoado, sendo destacados: taças, vasos, pratos e copos, além da designada cerâmica “campaniforme”, cujo formato em campânula, ou sino invertido, mostraram-se abundantes. Além da cerâmica de uso doméstico, foram encontradas queijeiras, cadinhos, cossoiros, pesos de tear e suportes de madeira, evidenciando algumas das tendências e costumes representantes da vida habitacional da população da vila, que viriam a ser designados como “fundos de cabanas”, situadas entre a muralha interior e a intermediária, apesar de nunca terem sido devidamente localizadas ou desenhadas em pormenores.

Devido à “revolução dos produtos secundários”, deu-se origem a uma maior sedentarização das sociedades, resultando em uma intensiva atividade agrícola, e no

¹⁶ Cf. Relatório da 29ª campanha de escavações (1965), Processo da IHRU, documento disponível no site www.monumentos.pt com a identificação SIPA TXT.0037100

crescimento dos povoados, apontando para a necessidade de acumulação de excedentes, na acentuação de diferenças socioculturais derivada das tensões entre os grupos, gerando a necessidade de estruturas defensivas. As técnicas e utensílios de trabalho conduziram à complexificação e maior organização das sociedades, hierarquizadas, fazendo do povoado um centro de trocas comerciais de grande referência no período Calcolítico Peninsular.

Em 2017, por meio do projecto de investigação aprovado pela Direcção Geral de Património Cultural, denominado *Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio*, sob a responsabilidade científica de Andrea Martins, José Morais Arnaud, Mariana Diniz e César Neves, dá-se início ao processo de valorização científica, patrimonial e social do povoado, desenvolvido em conjunto com a Associação dos Arqueólogos Portugueses, com o Museu Arqueológico do Carmo, onde foram, desde o princípio, depositada a maioria dos materiais arqueológicos descobertas no sítio durante os anos de trabalho realizados posteriormente. Este novo projeto é ainda associado à UNIARQ, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e conta com o apoio da Câmara Municipal de Azambuja e da União das Freguesias de Manique, Vila Nova de São Pedro e Maçussa, com a intenção de realizar uma nova análise voltada à interpretação de campo, assistida por novas metodologias que permitam a produção de novas abordagens e discursos.

Neste novo período de trabalho no sítio, duas vertentes mostram-se acentuadas, sendo elas, a pública e a científica, tendo início pela limpeza do terreno, que depois de tantos anos encontrava-se em estado degradado, tanto por questões naturais, quanto por questões humanas, sendo neste momento, removidos os elementos vegetais de maior dimensão, bem como recolher o lixo, possibilitando a identificação do sítio a partir da revisão da bibliografia e nos primeiros dados de campo publicado nas três décadas de escavação que se passara.

O sítio encontrava-se coberto por uma densa vegetação, impossibilitando a visualização de suas estruturas arqueológicas. Foram observadas ainda algumas estruturas danificadas devido a intrusões humanas e animais. Foi possível reconhecer os locais destinados ao despejo de terra durante as campanhas dirigidas por Eugénio Jalhay e Afonso Paço, assim como a acumulação de fragmentos de cerâmica. Os novos trabalhos arqueológicos na área apresentam uma planificação, sendo então atribuídas designações à diferentes áreas:

“Área 1 – área escavada por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay compreendendo o reduto central e o espaço entre a primeira e a segunda linha de muralha;

Área 2 – área entre a segunda e a terceira linha de muralha onde foram realizadas as últimas sondagens, em 1985/86, por Victor S. Gonçalves;

Área 3 – sondagens realizadas no âmbito do projecto VN3000, em áreas exteriores à segunda linha de muralha e em zonas não intervencionadas anteriormente.” (Martins, 2017: 139).

Após a limpeza do terreno, tornou-se possível dar início ao processo de escavação e sondagem, a partir do qual novos materiais arqueológicos foram recolhidos, propriamente guardados e identificados a partir da área em que foram localizados, sendo posteriormente inventariados a partir da descrição dos espólios, e encaminhados à Associação dos Arqueólogos Portugueses e ao Museu Arqueológico do Carmo. Concluído o trabalho de terreno, foram realizadas as documentações de campo, possibilitando o estudo da prospecção geofísica ao redor do povoado, e o processo de sondagens, com o objetivo de se confirmar as propostas interpretativas e desenvolver um novo processo investigativo, por meio da recolha de novas amostras, afim de reanalisar a informação disponível por meio das novas realidades e tecnologias científicas, e assim reintegrar Vila Nova de São Pedro na discussão sobre as transformações econômicas, sociais e culturais que exponham o momento de passagem das primeiras comunidades agro-pastoris para a fase de consolidação de tal sistema social.

A colaboração e parceria com as entidades locais se mostra bastante eficaz, assistindo inclusive no processo de aproximação da comunidade local, que passa a fazer parte do processo de proteção do sítio arqueológico, além da promoção da recuperação das memórias locais, por meio da recolha de depoimentos orais e registros fotográficos dos trabalhadores que participaram das campanhas realizadas no século XX, para que pudesse-se criar um “museu vivo”.

As escavações e os trabalhos de investigação no sítio seguem decorrendo por meio de visitas guiadas promovidas com assistência da UNIARQ, havendo registos nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2021, fazendo do sítio, um lugar de referência a nível peninsular para o estudo do calcolítico, nomeadamente na problemática dos povoados fortificados, assistidos por painéis explicativos disponibilizados em seu interior.

7.4.2. Sobre o Museu Arqueológico do Carmo

O Museu Arqueológico do Carmo nasce das ruínas do Convento do Carmo, que teve sua construção realizada em 1389, fundado por D. Nuno Alvares Pereira, com sua localização estratégica, sobre a colina fronteira ao castelo de S. Jorge, sendo com o passar do tempo, adaptada à novos estilos arquitectónicos e decorativos, tendo sua construção refeita de maneira única. Em 1755, o terremoto que abalou o país, provocou grandes danos ao edifício, agravados ainda pelo incêndio que veio a destruir quase inteiramente seu interior. Sua reconstrução teve início em 1756, tendo neste momento adaptação arquitectónica para o estilo neogótico, quando são construídos os pilares e os arcos da nave. Em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas em Portugal, sua reconstrução se vê interrompida e em meados do século XIX, é tomada a decisão de manter as ruínas intactas, com a intenção de não dar segmento à novas reformas, mantendo um estilo romântico medieval, mantendo o

corpo das naves da igreja se encontram a céu aberto, refletindo em sua arquitectura, a sua história.

No ano de 1864, se instala nas ruínas o Museu Arqueológico do Carmo, primeiro museu de Arte e Arqueologia de Portugal, idealizado com o objetivo de salvaguardar o património nacional, dedicando-se também ao apoio estudo de artefactos encontrados em escavações arqueológicas nacionais. Presidido por Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), responsável pela Associação dos Arqueólogos Portugueses.

O Museu inicialmente reuniu espólios e fragmentos que retratavam peças de arquitectura e escultura, além de monumentos funerários de grande representação escultórica, painéis de azulejo, pedras de armas, entre outros objectos arqueológicos de interesse histórico-artístico. Nos finais do século XIX e nos primeiros quartéis do século XX, o Museu passa a apresentar novas colecções de diversas proveniências, como as epígrafias romanas, cerâmicas, múmias pré-colombianas, e o acervo do caso de estudo aqui mencionado, derivado das escavações do Castro de Vila Nova de S. Pedro, que conta actualmente com cerca de mil artefactos em exposição permanente, como vasos e copos de cerâmica, machados, agulhas, serras, foices, seixos, além de materiais faunísticos, tendo dedicada uma sala, que assiste aos visitantes à compreensão dos mesmos, por meio de painéis fotográficos, painéis explicativos, imagens dos cortes estratigráficos, e uma maquete, que pretende apresentar a estrutura que o sítio disponibilizava durante sua ocupação.

A Associação dos Arqueólogos Portugueses, sediada no Museu, assistiu a dinamização do projecto aprovado em 2016, para o povoado Calcolítico de Vila Nova de São Pedro, submetido ao plano de Projectos de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), denominado *“Vila Nova de São Pedro, de novo – no 3º milénio”*, tendo como principal objetivo a valorização científica, patrimonial e social do povoado.

O projecto contou com a organização dos estudos prévios, inventário dos materiais recolhidos nas campanhas, e com uma nova análise das interpretações de campo, afim de promover novas abordagens, discursos e metodologias de análise. Foram também promovidos novos trabalhos de campo em colaboração e parceria com entidades locais, afim de conservar e valorizar o sítio, promovendo a limpeza, sinalização, e conservação de suas estruturas, assistindo na participação activa e conscientização da comunidade local sobre a importância do sítio, bem como de sua preservação e protecção. Durante este processo, foram também criadas novas documentações sobre as antigas escavações assistidas pela narrativa da população local, sendo disponibilizados em plataformas digitais, podendo ser acessados e assistidos pelo público, promovendo as memórias dos personagens e dos processos de escavação.

7.4.3. Sobre o Museu Arqueológico Hipólito Cabaço

O museu surge por meio da colaboração entre a Câmara Municipal de Alenquer e a Junta de Província da Estremadura, com a intenção de prestigiar Hipólito de Almeida da Costa Cabaço, grande estudioso de arqueologia, com principal interesse no período Paleolítico, responsável por identificar o sítio de Vila Nova de São Pedro, além de outras estações nos concelhos de Alenquer, Salvaterra de Magos, Azambuja, Peniche, Caldas da Rainha, Santarém, Abrantes, Elvas, Cadaval, entre outros, através das quais deu início a sua própria colecção de espólios, constituída por cerca de quinze mil objectos, que guardados na Casa da Torre, residência do arqueólogo na época.

Apesar de os artefactos terem sido reunidos, foi apenas após a revolução de 25 de Abril de 1974, por meio do exercício das funções da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer, que os espólios foram organizados a fim de propor uma nova didáctica e lógica e tornarem-se parte da exposição permanente.

O edifício seleccionado para tornar-se o Museu, situado no centro histórico de Alenquer, a apenas 35 km do sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro, foi outrora uma antiga Aula Conde Ferreira, tendo sua construção iniciada em 1871, com variadas funções e donos ao longo dos anos. Em 1920 foi adquirido pela família Costa Cabaço, servindo a partir de então como residência de Hipólito da Costa Cabaço até à sua morte. Em 1944 foi adquirido pela Câmara Municipal.

Os fragmentos derivados de diversos sítios encontram-se expostos hoje no Museu, assistido por cartazes informativos, que pretendem apresentar os espólios de maneira educativa, além de fotografias. No ano de 2022 as peças provenientes do Povoado de Vila Nova de São Pedro foram temporariamente cedidas para investigação à Associação dos Arqueólogos Portugueses.

7.4.4. Sobre o Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque

O Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque, na Azambuja, localizado a 23 km do Povoado de Vila Nova de São Pedro está integrado ao Centro Cultural Pátio de Valverde, onde no século XVII teve lugar a antiga Quinta do Valverde, criada por volta de 1730, pelo rei D. João V, sendo associada à Real Coudelaria em Alter do Chão e às Reais Manadas que chegaram a alimentar exércitos durante o conflito napoleónico

Nomeado em homenagem ao poeta popular Sebastião Mateus Arenque, homem de grande importância na divulgação e propagação do Património Cultural de Azambuja, dando origem a sua colecção particular, resultado da recolha de elementos ao longo de anos, hoje expostos no Museu, que além de contar com a colecção etnográfica permanente, denominada “Quotidianos: Recordar, Conhecer e Aprender”, encontra-se ainda composto um Núcleo de Arqueologia composto por colecções de peças provenientes do Castro de Vila

Nova de São Pedro e do Convento das Virtudes, bem como um Núcleo de Arte, composto por obras de artistas locais, a partir das quais apresenta suas exposições temporárias, e promove ateliers e atividades culturais abertas aos visitantes.

8. Reflexão sobre os Estudos de Caso

A existência do homem na terra, permeou o mundo de histórias, seja em forma de pinturas, objectos produzidos, arquiteturas, ou da utilização dos objectos dispostos ao nosso redor, que nos permitem compreender a maneira como a vida foi um dia vivida, seja por meio dos modelos sociais guiados pela disposição do alimento, do clima, dos desenhos naturais dos terrenos, ou ainda, pelas criações e crenças religiosas, sociais e económicas. Estas histórias narram a trajetória da humanidade, e a sede pela compreensão de nossa trajetória, nossas descobertas, e nossa existência nos leva a reconhecer a importância de seu estudo e análise.

Como fruto desta curiosidade, criamos conceitos, leis e organismos que nos ajudam a manejar os resquícios das outras realidades vividas, utilizando recursos técnicos e teóricos que assistam nas investigações sem causar danos, permitindo que as descobertas possam ser estudadas e analisadas de maneira contundente, afim de decifrar de maneira significativa cada pedaço deste quebra-cabeça,

Parte significativa destas histórias passadas encontram-se nos núcleos das sociedades, espaços de vivência, convívio, caça, troca, sendo estes os sítios arqueológicos, por isso se vê de fundamental importância, seu reconhecimento, salvaguarda e valorização, permitindo o estudo, interpretação e compreensão dos modos de vida passados, com a finalidade de perceber e analisar os movimentos e desenvolvimentos do homem, nos ajudando a compreender nossa forma de vida no presente.

Devido à diversidade dos sítios arqueológicos, e a variedade de locais onde se encontram dispostos, tornou-se fundamental a construções de leis nacionais e internacionais que permitissem regularizar o processo de descoberta e investigação, fomentando sua salvaguarda e valorização, buscando elevar a importância destes sítios, e das possíveis descobertas que podem estar dispostas nele, para a população, comunidades locais, municípios e nações. Tornando possível que os cuidados necessários para salvaguardar as histórias que tecem nosso presente sejam tomados, permitindo a investigação de suas construções e fragmentos, e com isso, a apresentação destas para a população, possibilitando a difusão destas narrativas.

A apresentação das descobertas investigativas para a população enfrenta nos dias de hoje grandes desafios, se levarmos em consideração o facto de que vivemos em um mundo globalizado, na qual as informações e imagens são transmitidas de maneira quase violenta, com uma velocidade avassaladora, dificultando o processo de observação e percepção, seja das pequenas coisas ao nosso redor, ou ainda daquelas que os olhos não estão acostumados a ver. Pode ser por isso que percebemos hoje uma variedade de espaços que se dispõe a apresentar as descobertas, sejam museus, centros interpretativos, núcleos

museológicos, ou centros de recepção, afim de possibilitar novas formas de se dispor os objectos e histórias, podendo utilizar-se de apoios que facilitem a apresentação das narrativas, seja por meio da aproximação com os sítio, tornando o processo de investigação e as descobertas um processo vivo e palpável, pela utilização de maquetes, textos explicativos ou disposição de artefactos, ou ainda pela dinâmica do espaço em si. Estes espaços são os criadores e disseminadores de narrativas culturais múltiplas, atendendo assim um público muito variado, e é por isso fundamental no processo de valorização dos sítios arqueológicos e do Património Cultural, o que aclara a importância e necessidade de sua existência, bem como da eleição das técnicas a serem utilizadas nele.

Com o objetivo de compreender como se dá o processo de descoberta, investigação e valorização dos sítios arqueológicos em Portugal, e quais as formas que são utilizadas para manifestar as descobertas realizadas, seja em locais remotos, ou em grandes centros urbanos, apresentei quatro casos de estudo, que pretendo agora analisar com maior particularidade, afim de levantar suas semelhanças e diferenças, tanto no processo de descoberta e intervenção, valorização e apresentação.

Dentre os sítios arqueológicos aqui apresentados, três apresentam uma organização específica que deixa claro que se referem a um aglomerado social onde a população local vivia e desenvolvia suas atividades, sendo estes, a Vila Nova de São Pedro, as Mesas do Castelinho e os Monumentos de Alcalar, de modo que o último aqui mencionado, conta também com um necrópole de grande importância, sendo este o monumento central da vila, bem como no caso das Grutas Artificiais de Casal do Pardo, um complexo de quatro grutas independentes, que correspondem a um monumento funerário.

Vale salientar sua importância nacional, como mencionado sendo entre eles, três classificados como Monumento Nacional: as Grutas Artificiais do Pardo (1934), os Monumentos de Alcalar (1910), e a Vila Nova de São Pedro (1971), dentre os quais é possível identificar a classificação posterior das Zonas de Protecção Especiais nas Grutas Artificiais do Pardo (2013) e nos Monumentos de Alcalar (2020), enquanto as Mesas do Castelinho (1990) é classificado como Monumento de Interesse Público.

Para além de seu reconhecimento patrimonial, vale salientar a importância destes para o conhecimento e reconhecimento da história local, como no caso dos Monumentos de Alcalar, que assistem na compreensão da forma de vida nómada, na qual o estilo monumental com a necrópole megalítica central era desenvolvido, encontrado em outros locais do sul e oeste peninsular, destacando a forma de sepultamento e a arquitectura das criptas funerárias.

Os sítios arqueológicos aqui mencionados como estudo de caso apresentam exemplos do crescente desenvolvimento nacional, e de cooperação internacional voltados à compreensão da importância do património arqueológico, bem como o empenho das

autarquias e comunidades locais para tornar pública a história local, assistindo na disseminação das memórias, seja por meio do apoio no processo de investigação. Tal verificou-se no caso da Vila Nova de São Pedro, que contou com a participação dos moradores, e assistiu na economia local, promovendo este processo a relatos inéditos que proporcionam novas memórias locais voltadas ao sítio arqueológico; ou ainda, como no caso do Sítio Arqueológico Mesas do Castelinho, que obteve materiais suficientes para a construção do Museu, por meio da iniciativa dos moradores locais, que vieram a colaborar com a reunião de objectos e artefactos que assistissem na narração das histórias locais, promovendo a valorização local e a integração da comunidade. Torna-se possível perceber a importância do envolvimento local para a promoção da valorização do património cultural nacional.

Para além da colaboração local, vale salientar a importância da cooperação internacional, que assistiu na propagação e divulgação dos sítios arqueológicos em livros e artigos, como no caso das Grutas Artificiais de Casal do Pardo, mencionadas em 1886, apenas seis anos após serem conhecidas; o sítio das Mesas do Castelinho vem a ser referido internacionalmente em 1975, 40 anos após sua descoberta; além do apoio técnico e investigativo realizado nos sítios por pesquisadores de variados países, assistindo nas análises do território e dos artefactos, como no caso da Vila Nova de São Pedro, que passou a receber arqueólogos internacionais a partir de 1945, facilitando o trabalho investigativo por meio de equipamentos internacionais que assistiram no processo de análise dos artefactos. Este apoio internacional facilita o intercâmbio de conhecimento e descobertas, além de assistir na divulgação das descobertas locais, o que promove reconhecimento, possibilita a visibilidade dos sítios, tendo como resposta a necessidade de intervenções que promovam sua salvaguarda e valorização, assistindo na compreensão global da história das memórias do homem.

Assumindo que os processos de investigação, proteção e valorização dos sítios são os pilares da conservação dos patrimónios arqueológicos, gostaria de, por meio do Estudo de Caso de cada um dos quatro sítios seleccionados para a presente análise, levantar alguns pontos podem e devem ser destacados a fim de compreender as medidas de investigação, proteção e valorização utilizadas em cada um destes.

Torna-se fundamental pontuar a importância da intervenção nacional e internacional no processo de investigação e intervenção dos sítios, que assistiu tanto no apoio de técnicas investigativas, por meio da partilha de conhecimentos e equipamentos que não eram ainda utilizados no país com tanta frequência na época, como por exemplo no caso da Vila Nova de São Pedro, que contou durante décadas de intervenção com a cooperação de pesquisadores internacionais, quanto por meio da divulgação e propagação dos sítios e de seus valores para a história da humanidade, como no caso das Grutas Artificiais de Casal do

Pardo, que devido às publicações internacionais, obteve maior visibilidade nacional e internacional. Nota-se ainda a influência das cartas e diretrizes internacionais, que tanto propagaram a importância de partilha de técnicas e conhecimentos que assistam no processo de conservação e gestão do património arqueológico.

Me parece interessante mencionar o facto de que as ameaças aos patrimónios assistiram no processo e construção de leis e diretrizes internacionais que vieram a propor sua salvaguarda, propagadas pelo medo da perda, se vê ascender a necessidade da recuperação, o que se faz notável no processo legislativo sobre o património, e se vê refletida em casos de estudo previamente mencionados, que só viria a ter visibilidade a partir da possibilidade de sua destruição, como no caso do sítio arqueológico Mesas do Castelinho, que apesar de haver sido mencionado em 1934, obteve reconhecimento apenas após sua compra e parcial destruição por parte do proprietário, levando o município a recorrer a legislações vigentes, que impedissem tal feito, e buscassem formas de adquirir o terreno no qual o sítio se encontra, afim de promover campanhas arqueológicas que assistissem em sua compreensão. O mesmo ocorreu no caso do sítio arqueológico Grutas Artificiais de Casal do Pardo, sendo possível perceber, por meio do relatório elaborado por A. Mendes, responsável pela primeira campanha de escavação no sítio, que as sepulturas 3 e 4 do sítio haviam sido parcialmente destruídas pela exploração de uma pedreira em suas redondezas, tornando urgente o processo investigativo do sítio, a fim de gerir os danos e minimizar o colapso das estruturas vigentes. No caso do sítio de Vila Nova de São Pedro, não é o homem que causa a destruição ou degradação do sítio, mas sim a própria natureza, que passa a atuar no local abandonado, trazendo mais uma vez visibilidade para o sítio, e fazendo com que os trabalhos investigativos voltassem a ser realizados depois da sequência de um longo período de esquecimento, sendo trazido à luz novamente em 2017, quando deu-se início ao processo de limpeza e redescoberta do local.

Para fazer face a incidentes como os citados, a legislação nacional prevê a punição de quem acentua ou promove a destruição de bens patrimoniais, decretando que aquele que vem a destruir vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, deverá ser punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias¹⁷.

Os processos de intervenção realizados nos sítios, que resultaram em sua salvaguarda, assegurando o processo de investigação a ser realizado nos mesmos, foram muitas vezes assistidos pelas autarquias locais e por Universidades, que possibilitaram o apoio ao processo de escavação e investigação nos sítios, facilitando os estudantes para que pudessem assistir no processo e promover análises de artefactos encontrados. Gostaria neste caso de destacar o apoio das universidades nos Monumentos Megalíticos de Alcalar, que contaram com o apoio do departamento de antropologia da Universidade de Coimbra, e

¹⁷ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, artigo 103º.

ainda a Vila Nova de São Pedro que obteve grande apoio por parte da UNIARQ, Centro de Investigação da Universidade de Lisboa.

Gostaria de concluir a análise aqui levantada ressaltando o apoio dos municípios não apenas durante o processo de investigação do sítio, mas também no processo de valorização e exposição, sendo fundamental levantar que cada um dos sítios apresentados conta com o apoio de espaços expositivos fornecidos e assistidos por aqueles, além de contarem também com outros espaços, sendo estes muitas vezes o local no qual os artefactos tiram apoio investigativo, como no caso da Vila Nova de São Pedro, que apresenta uma sala dedicada ao sítio no Museu do Carmo, local onde desde o começo do processo de intervenção se dedicou à análise dos artefactos descobertos.

Os espaços expositivos facilitados pelo município variam muito de caso para caso, o que mostra como o património pode ser exposto e as informações do mesmo propagadas de distintas formas, tendo entretanto o mesmo claro objectivo de apresentar à população e aos visitantes a história do local, a técnica expositiva pode entretanto auxiliar no acesso à informação de muitas formas, e por isso é possível observar algumas técnicas comuns nestes casos, como por exemplo o uso de maquetes, painéis explicativos, apresentação de artefactos, ainda em alguns casos a própria história do processo investigativo do sítio é levado em consideração, o que pode aproximar ainda mais o visitante do património.

9. Considerações Finais

Perante as considerações levantadas no presente trabalho, gostaria de levantar uma breve conclusão das análises realizadas, tanto no âmbito teórico, quanto a partir dos levantamentos desenvolvidos a partir dos sítios considerados para Estudo de Caso. Gostaria para tanto de relembrar a importância do legado histórico e cultural da humanidade, que é assegurado pelas legislações e desenvolvido por meio de bases teóricas que permitam a construção de pilares que assegurem a sua manutenção a nível global, continuamente dialogados e materializados por meio das cartas internacionais.

É este legado histórico que permite que nos relembremos de nossas origens, e compreendamos nosso presente, e é a partir dos cuidados com seus resquícios que se torna possível materializar este passado, desenvolver pesquisas e investigações, que podem ser repensadas. O caso de estudo aqui apresentado deixa clara a importância de se manterem conservados os sítios arqueológicos, tendo em vista que as pesquisas de campo desenvolvidas nos mesmos, são realizadas em espaços de tempo largos.

O processo investigativo do património arqueológico depende também do interesse investigativo, das legislações locais, dos incentivos financeiros, que possibilitem a recapitulação e a aquisição de novas descobertas. O apoio institucional e internacional, proposto de diversas maneiras, possibilita também uma análise que pode apoiar-se em técnicas, tecnologias, métodos e percepções distintas, sendo de grande benefício para todos, permitindo ainda a imparcialidade das descobertas arqueológicas, devido à diversidade das bases teóricas às quais são baseadas as investigações, e logo à possibilidade das análises e descobertas.

Os sítios arqueológicos analisados no presente trabalho são datados de diversos períodos históricos, e por meio deles é possível compreender a natureza do país nas diversas épocas de ocupação, o desenvolvimento das formas de vida da humanidade, sua cultura, agricultura e crença, eles estabelecem perspectivas da história nacional e mundial, tendo em vista que é por meio de seus vestígios, que podemos analisar o progresso das descobertas e construções sociais no mundo.

Torna-se assim fundamental propagar as descobertas realizadas, e perceber a importância da colaboração local para tal desenvolvimento. Os casos de estudo apresentados contaram com a colaboração da população local em momentos fundamentais para o desenvolvimento da descoberta, investigação, conservação e valorização dos sítios arqueológicos, apoiaram e divulgaram sua descoberta em alguns casos, participaram do processo investigativo e de conservação em outros, além de assistirem no desenvolvimento de espaços culturais que pretendam apresentar tais descobertas, possibilitando a partilha de objectos, afim de fomentar e relembrar a importância da cultura local.

A arqueologia como estudo do abandonado, se vê continuamente desafiada, sendo desenvolvida a partir da finitude de materiais, é de extrema importância que seja valorizada e conservada, e para tanto, faz-se fundamental a participação da população e das autarquias locais. O caso de estudo apresentou exemplos da importância da cooperação dos municípios para a aquisição dos terrenos onde os sítios se encontram, para os incentivos à sua investigação e exposição, sendo muitos dos espaços expositivos destinados à apresentação do património arqueológico para o público, promovidos por estes. Sendo também por meio destes, perceber-se a dificuldade muitas vezes encontrada em se realizar um espaço receptivo *in situ*.

Os espaços expositivos analisados nos casos de estudo apresentam técnicas que pretendam expor as descobertas realizadas a partir da investigação nos sítios arqueológicos, e contam com maquetes, vídeos, fotografias, e artefactos, é entretanto importante apontar, que apenas no caso de Centro de Interpretação localizado *in situ*, a exposição realizada se dedica inteiramente ao sítio arqueológico, enquanto que nos casos em que os espólios são apresentados em Museus, ou Núcleos, são ou apresentadas as configurações de vida do local, afim de se construir a história do mesmo, ou se é dedicado à compreensão da arqueologia de modo geral, como no caso do Museu do Carmo. O que pode vir a ter influência direta no interesse demonstrado pelos visitantes ao visitarem os locais.

Finalizo a conclusão apontando a importância de se relatar em espaços expositivos, não apenas as descobertas de artefactos e histórias passadas, mas também o processo investigativo do sítio, como por exemplo vem a ser feito com o Povoado de Vila Nova de São Pedro, que propôs a documentação mediática da população local que participou deste, possibilitando a compreensão e importância do mesmo para aqueles que a vivenciaram, possibilitando que histórias de vida individuais percorram e ressignifiquem os espaços. Acredito assim ser de fundamental importância proporcionar novas formas de se dinamizar a participação da população local do processo e desenvolvimento das narrativas arqueológicas, seja por meio de actividades educativas realizadas em sítio, ou nos museus, que proponham técnicas que interajam com públicos de todas as idades, promovendo uma articulação presente com a vida passada.

Fontes

Legislação portuguesa

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto, *Diário da República*, Série I, Parte A, nº 155, “Sétima revisão constitucional”.

Lei nº 1.700, *Diário do Governo*, Série I, n.º 281, de 18 de dezembro de 1924, “Reorganiza os serviços de Belas-Artes”.

Lei nº 1.941, de 11 de abril de 1932, *Diário do Governo*, Série I, nº 84, “Remodelação do Ministério da Instrução Pública”.

Lei n.º 13/85, de 6 de julho, *Diário da República*, Série I, n.º 153, “Lei do Património Cultural”.

Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, *Diário da República*, Série I-A, nº 209. “Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural”.

Decreto-lei nº 26.611, de 19 de maio de 1936, *Diário do Governo*, Série I, nº 116. “Aprova o Regimento da Junta Nacional de Educação”.

Decreto-lei nº 582/73, de 5 de novembro, *Diário do Governo*, Série I, nº 258, “Aprova a organização da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais”.

Decreto-Lei nº 409/75, de 02 de agosto de 1975, *Diário do Governo*, Série I, nº 177, “Introduz alterações na estrutura do Ministério da Comunicação Social”.

Decreto-Lei nº 59/80, de 3 de abril, *Diário da República*, Série I, nº 79, “Reestrutura a Secretaria de Estado da Cultura”.

Decreto-Lei n.º 117/97, de 14 de maio, *Diário da República*, Série I-A, n.º 111, “Aprova a orgânica do Instituto Português de Arqueologia”.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, *Diário da República*, Série I, n.º 206, “Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda”.

Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro. *Diário da República*, Série I, n.º 213, “Aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos”.

Decreto-Lei n.º 22/2019, de 30 de janeiro, *Diário da República*, Série I, n.º 21, “Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura”.

Decreto de 9 de dezembro de 1898, *Diário do Governo*, nº 294, de 9 de dezembro de 1898, “Plano orgânico dos serviços dos Monumentos Nacionais e criação do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais”.

Decreto de 30 de dezembro de 1901, *Diário do Governo*, nº 153, de 12 de junho de 1902, “Aprova as bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados monumentos nacionais, bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor

intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaisquer estabelecimentos”.

Decreto de 16 de junho de 1910, *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910, “Classificação de diversos imóveis como Monumento Nacional, entre eles os Monumentos Megalíticos de Alcalar”.

Decreto de 26 de maio de 1911, *Diário do Governo*, n.º 124, de 26 de maio de 1911, “Reorganiza os serviços artísticos e arqueológicos e as Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto”.

Decreto n.º 7.038 de 17 de outubro de 1920, *Diário do Governo*, 1.ª Série, n.º 209, “Aprova a orgânica da Administração Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais”.

Decreto n.º 16:791, de 30 de abril de 1929, *Diário do Governo*, Série I, n.º 97, “Reúne num só organismo, denominado Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, determinados serviços de obras de edifícios nacionais, bem como as que o Estado tiver de executar em edifícios onde funcionam serviços públicos”.

Decreto n.º 20.985, de 07 de março de 1932, *Diário do Governo*, Série I, n.º 56/1932, “Institui o Conselho Superior de Belas Artes e extingue os Conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições”.

Decreto n.º 23.740, *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 79, de 5 de abril de 1934, “Classificação de diversos imóveis no âmbito de monumento nacional, interesse publico e interesse municipal, entre eles, as Grutas da Quinta dos Anjo”.

Decreto n.º 516/71, *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 274, de 22 de novembro de 1971, “Classificação de diversos imóveis no âmbito de monumento nacional, interesse publico e interesse municipal, entre eles, ao Povoado de Vila Nova de São Pedro”.

Decreto de aprovação da Constituição da República Portuguesa, *Diário da República*, Série I, n.º 86 de 10 de abril de 1976.

Decreto n.º 49/79, de 6 de junho, *Diário da República*, Série I, n.º 130, “Aprova para adesão a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural”.

Decreto n.º 29/90, de 17 de julho, *Diário da República*, Série I, n.º 163, “Classificação de diversos imóveis no âmbito de monumento nacional, interesse publico e interesse municipal, entre eles, o Povoado de Mesas do Castelinho”.

Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho, *Diário da República*, 1ª série, n.º 137, “Procede à classificação como bens de interesse nacional de um conjunto de bens culturais móveis integrados nos museus dependentes do Instituto Português de Museus”.

Decreto n.º 1/2016, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 48 de 9/03/2016, “Ampliação da classificação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar”.

Portaria de 19 de março de 1881, *Diário do Governo*, nº 62, de 19 de março de 1881, “Publicação do relatório e mapas da Comissão da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses”.

Portaria n.º 201/2022, de 3 de agosto, *Diário da República*, 1ª série, nº149, “Altera a Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, que aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural e procede à sua republicação”.

Legislação Internacional

Sociedade das Nações (1931), *Carta de Atenas, Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, Sociedade das Nações/Serviço Internacional de Museus.

Sociedade das Nações (1932), *Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte*.

Nações Unidas (1945), *Carta das Nações Unidas que prevê a criação de uma agência especializada nos domínios da educação e cultura a ser denominada Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura*.

UNESCO (1972), *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*.

UNESCO (1972), *Recomendação sobre a proteção, no âmbito nacional, do património cultural e natural*.

UNESCO (2003), *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*.

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property(1945), *Desenvolvimento de um conjunto de lei que contribui para a conservação e o restauro a nível mundial de propriedade cultural iniciando, desenvolvendo, promovendo e facilitando condições para essa conservação e esse restauro*.

ICOMOS (1964), *Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*.

ICOMOS Austrália (1979), *Carta de Burra*.

ICOMOS (2003), *Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural de património arquitectónico*.

Bibliografia

- Bernardes, João Pedro; Oliveira, Luís Filipe e Moreira, Ricardo (Coord.) (2014), *Património e Território*, Lisboa, GEPAC.
- Camacho, Clara Frayão (2009), “A rede portuguesa de museus e os museus com colecções de arqueologia – parâmetros de sustentabilidade”, *Ciências e Técnicas do Património*, 1ª Série, vol. VII-VIII, pp. 107-114.
- Diniz, Mariana; Martins, Andrea; Neves, César e Arnaud, José Morais (2017), “Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), no 3º Milénio, um sítio Calcolítico no ocidente Peninsular: contributos para um debate, In Arnaud, José Morais e Martins, Andrea (Eds.), *Arqueologia em Portugal: 2017 Estado da Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 591-604.
- Fabião, Carlos e Guerra, Amílcar (2008), “Mesas do Castelinho (Almodôvar): um projecto com vinte anos”, *Revista Al-Madan*, IIª serie, 16, pp. 92-105.
- Gonçalves, Vítor; Sousa, Ana Catarina e Santos, Michelle (2018), *A Necrópole de Grutas Artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela). 3200-2000 anos antes da nossa era. Um guia curto e alguns comentários*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela.
- Inácio, Nuno (2017), “Potes para os mortos: ritual funerário e tecnologia cerâmica em contexto megalítico”, In Arnaud, José Morais e Martins, Andrea (Eds), *Arqueologia em Portugal, 2017 Estado em Questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 647-660.
- Kumar, Vinay e Banerjee, Sulekha (2015), “Archaeological Site Museums- An Appraisal”, In Naik, K.Krishna e Reddy, E. Siyanagi (Eds), *Cultural Contours of History and archaeology in honour of Snehasiri*, B.R. Publishing Corporation, pp. 17-20.
- Lima, Marcia (2020), “Cidade, identidade e os lugares de memória”, *Revista Unimontes Científica*, vol. 14 (2), p. 01–11.
- Magrinho, Sofia d’Almeida da Costa Macedo (2017), *A defesa e salvaguarda do património em Portugal: as Associações de Defesa do Património (1974-1997)*, Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Iscte-IUL.
- Martins, Ana Cristina (2016), “A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses e o Museu Arqueológico do Carmo: alguns percursos internacionais (abordagem preliminar)”, *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, 43, pp. 99-131.
- Martins, Andrea; Neves, César; Arnaud, José Morais e Diniz, Mariana (2019). “O povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) notas sobre as campanhas de escavação de 2017 e 2018”, *Arqueologia & História*, 69, pp. 133-167.

- Mesquita, Tomás Martins (2021), *Políticas Públicas da Cultura: Estudo-Caso do Património Cultural na Administração Pública*, Dissertação em Estudos e Gestão da Cultura, Lisboa, Iscte-IUL.
- Miranda, Cybelle (2016), “Ruínas, duração e patrimonialidade”, *Revista Rua*, vol. 2 (22), pp. 407-424.
- Morán, Elena e Parreira, Rui (Coord.) (2004), *Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico*, Lisboa, IPPAR.
- Morán, Elena e Parreira, Rui (2007), *Alcalar: Monumentos Megalíticos*, Lisboa, IGESPAR, I.P.
- Parreira, Rui e Morán, Elena (2008), “Alcalar: Um projecto para o conhecimento, salvaguarda e promoção de uma paisagem cultural no Algarve”, *Revista Al-Madan*, série II (16), pp. 106-114.
- Pereira, Angelina (2019), *A salvaguarda do património arqueológico nos instrumentos de gestão territorial e regulamentos municipais do Algarve: dois estudos de caso*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Ponte, António (Dir.), *Centros interpretativos: técnicas, espaços, conceitos e discursos*, Porto, Direcção Regional de Cultura do Norte.
- Ribeiro, Maria (2013), *O povoado Calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para sua salvaguarda*, Dissertação de Mestrado em Estudos do Património, Lisboa, Universidade Aberta.
- Ribeiro, Maria e Cardoso, João Luís (2013), Três décadas de escavações em Vila Nova de S. Pedro (1937 - 1967), *Arqueologia em Portugal 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 39-47.
- Rocha, Leonor e Fernandes, Rosário (2013), “Povoamento da Pré-história recente na Arrábida: novos dados”, In Avila, Javier; Álvarez, Macarena e Cabezas, Miriam (Coord.), VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, pp. 759-790.
- Silva, António Carlos (2002), “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996) cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia e História*, Vol. , pp. 299-315.
- Silva, Joao Pedro Oliveira Silva (2017), *A valorização dos Sítios Arqueológicos Romanos no Alentejo*, Dissertação em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, Lisboa, Iscte-IUL.
- Soares, Joaquina (2003), *Os Hipogeus Pré-Históricos da Quinta dos Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico*, Setúbal, Museu de Etnografia e Arqueologia do Distrito de Setúbal/ Assembleia Distrital de Setúbal.
- Sullivan, Sharon e Mackay, Richard (2012) *Archaeological sites: conservation and management*, Getty Conservation Institute.

Smith, Laurajane e Waterton, Emma (2009), *Heritage, Communities and Archeology*, Bloomsbury Academic.

Tofani, Frederico de Paula (2020), “Teorias e Práticas Contemporâneas de Restauração, Reabilitação e Requalificação do Patrimônio Cultural Edificado: Uma Experiência de Ensino de Pós-Graduação Interdisciplinar”, *3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil*, Belo Horizonte, 08 a 10 de maio de 2019.

Anexos

Anexo A – Levantamento dos sítios arqueológicos

Nome	Resumo	Freguesia	Museu	Núcleo	Centro Interpretativo	Espaço Arqueológico	Outros	KM1	KM2	KM3
Castro de Romariz	povoado fortificado Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano (séculos IX a.C.-I d.C.)	Romariz	Museu Convento dos Lóios, em Santa Maria da Feira					12KM		
Castro de Sabroso	Povoado fortificado ;Arte rupestre - Idade do Ferro (séculos III-I a.C.)	Sande S. Lourenço e Balazar	Museu da Cultura Castreja, na rua do Solar, em S. Salvador de Briteiros (a 2,5km); espólio arqueológico do sítio exposto no Museu Arqueológico da Sociedad e Martins Sarmento, em Guimarães (a 12km)					2,5KM	12KM	
Citânia de Briteiros	Povoado fortificado;Arte rupestre; Ermida; Necrópole Calcolítico (IV-III milénios a.C.), Idade do Ferro, Romano (séculos VI a.C.-II d.C.), Medieval Cristão (séculos X-XI d.C.)	Briteiros S. Salvador	Núcleo interpretativo do sítio no Museu da Cultura Castreja, na rua do Solar, em S. Salvador de Briteiros (a 2,6km); espólio arqueológico do sítio exposto no Museu Arqueológico da Sociedad e Martins Sarmento, em Guimarães					2,6 KM	16KM	

	s (a 16km). -					
Canada do Inferno	Arte Rupestre Paleolítico, Epipaleolítico, Moderno Ribeira afluyente do Côa com arte rupestre paleolítica (entre 26 mil e 9 mil a.C.), epipaleolítica (entre oito e cinco mil a.C.) e moderna (séculos XVII-XX)	Vila Nova de Foz Côa	Museu do Côa, em Vila Nova de Foz Côa	6,7 KM		
CircuitoTurístico-Arqueológico de Freixo de Numão	Villa, Povoado fortificado , Via, Moinho Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média Circuito arqueológico que integra vários sítios (o povoado fortificado do Castelo Velho, as villae romanas do Prado, de Rumansil e do Zimbro, a calçada romana, ferraria e moinho das Regadas) e pode ser complementado com a visita a dois museus (Arqueologia e Etnografia). -	Freixo de Numão	Museu da Casa Grande	0 KM		

Penascosa	Arte Rupestre Paleolítico o Terraço fluvial sobre o Côa com arte rupestre de vários períodos, com cronologia aproximada entre 26 mil e 9 mil a.C.	Castelo Melhor	Museu do Côa, em Vila Nova de Foz Côa	21 KM		
Ribeira de Piscos	Arte Rupestre Paleolítico o Ribeira afluente do Côa com arte rupestre de vários períodos, com cronologia aproximada entre 26 mil e 9 mil a.C.	Muxagata	Museu do Côa em Vila Nova de Foz Côa	13 KM		
Mamoa de São Simão	Mamoa Calcolítico (V-IV milénios a.C.)	Gouveia (São Simão)	Museu Municipal de Baião	6,1 KM		
Cista de Outeiro de Gregos I	Cista Idade do Bronze (2a metade do II milénio a.C.) Monumento de pequena dimensão em altura.	S. João de Ovil	Museu Municipal de Baião	4,3 KM		
Mamoa I de Chã de Parada	Anta Neolítico (meados do IV milénio a.C.) Monumento de câmara funerária de grande dimensão	Loivos do Monte	Museu Municipal de Baião	8,2 KM		
Mamoa 2 de Outeiro	Anta Neolítico (2a metade	S. João de Ovil	Museu Municipal de Baião	4,3 KM		

de Gregos	do IV milénio a.C.)					
Mamoa 3 de Meninas do Crasto Anta	Anta Neolítico (2ª metade do IV milénio a.C.) Monumento funerário de média dimensão	S. João de Ovil	Museu Municipal de Baião	7 KM		
Mamoa 3 de Outeiro de Ante	Anta Neolítico (1ª metade do IV milénio a.C.?) Monumento de média dimensão, cuja câmara conserva quatro dos setes esteios originais.	S. João de Ovil	Museu Municipal de Baião	5 KM		
Mamoa 3 de Outeiro de Gregos	Anta Neolítico (1ª metade do IV milénio a.C.)	S. João de Ovil	Museu Municipal de Baião	4,2 KM		
Itinerário Arqueológico do Vale do Tâmega	Necrópole, Menir, Arte Rupestre Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Alta Idade Média, Medieval Cristão	Peroselo e Luzim e Vila Cova	Museu Municipal de Penafiel	9,6 KM		
Percurso Patrimonial de Santa Marta	Ponte, Necrópole, Anta Neolítico, Calcolítico, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno	Panefiel	Museu Municipal de Penafiel	2,9 KM		
Arqueossítio da Rua D. Hugo n.º 5	Estruturas habitacionais Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média,	União de Freguesias do Centro Histórico do Porto	Museu da Cidade	0,750 KM		

	Medieval Cristão, Moderno, Contemp orâneo					
Cidade de Terroso	Povoado fortificad o Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano Povoado cuja ocupação data do final da Idade do Bronze (séculos IX-VIII a.C.), perdurand o até época romana (final do século I d.C.). Povoado fortificad o Paleolític o, Mesolític o, Neolítico, Calcolític o, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno, Contemp orâneo (de 1250 a.C. até à actualida de)	Terroso	Museu Municipal de Etnografia e História da Póvoa de Varzim	6 KM		
Castro do Monte Padrão	Idade do Ferro - Povoado fortificado construíd o provavel mente na passage m do II para o I milénio a.C.	Monte Córdova	Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso	8 KM		
Povoado Fortificad o de Cossoura do	Idade do Ferro - Povoado fortificado construíd o provavel mente na passage m do II para o I milénio a.C.	Cossoura do / Linhares	Museu Regional de Paredes de Coura	10,5 KM		
Castro do Pópulo / São	Povoado fortificad o Idade	Pópulo	Museu do Pão e	17,3 KM		

Marcos // Touca Rota	do Ferro (I milénio a.C.)		Vinho de Favaio						
Necrópole Megalítica do Alto das Madorras	Necrópole Neolítico (V-IV milénios a.C.)	Vila Verde	Museu do Pão e Vinho de Favaio				21,1 KM		
Complexo Mineiro Romano de Tresminas	Mina Romano (séculos I-II d.C.)	Tresminas	Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, Museu da Sociedad e Martins Sarmiento, em Guimarães e no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa				41,5 KM	85 KM	423 KM
Castro das Coroas	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano	Ferreiros de Tendais	Museu Serpa Pinto, em Cinfães				14,5 KM		
Mamoia 1 de Chão de Brinco	Mamoia Neolítico, Calcolítico	Nespereira	Museu Serpa Pinto, em Cinfães				5,5 KM		
Mamoia 1	Dólmen de S. Cristóvão Mamoia Neolítico - Monumento funerário integrado no Núcleo Megalítico de S. Cristóvão	Felgueiras	Museu Municipal de Resende			Centro Interpretativo de Montemuro, em Feirão	12 KM	1 KM	
Recinto Megalítico I de S. Cristóvão	Recinto, Menir Neolítico	Felgueiras	Museu Municipal de Resende			Centro Interpretativo de Montemuro, em Feirão	12 KM	2 KM	
Forno de Eixo	Forno Alta Idade Média	Eixo	Museu da Cidade de Aveiro				9 KM		
Termas Romanas do Ervedal	Termas, Vicus Romano (meados do século I ao final do século IV d.C.) Extensa estação arqueológica	Castelo Novo	Museu Arqueológico Municipal do Fundão				17 KM		

Castro de Santa Olaia	Castro, Povoado Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro, Romano, Medieval Islâmico	Ferreira-a-Nova	Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz				15 KM		
Dólmen das Carniçosas 176	Anta Neolítico, Calcolítico (V milénio a.C.)	Alhadas	Museu Municipal Santos Rocha, na Figueira da Foz				8,3 KM		
Villa Romana do Rabaçal	Villa Romano (séculos IV-V)	União de Juntas de Freguesia, S. Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal	Espaço-Museu associado ao sítio				0 KM		
Conjunto Histórico da Póvoa do Mileu	Villa (?), Capela Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão	Guarda	Museu da Guarda			Centro de Recepção de visitantes da Torre de Menagem da Guarda	1,5 KM	1,7 KM	
Romana de Parreitas	Villa Romano - Villa romana parcialmente escavada, situada sobre possível povoado pré-romano	Bárrio	Museu Monográfico do Bárrio, nas instalações da Junta de Freguesia do Bárrio				2 KM		
Castro da Columbeira	Povoado fortificado Calcolítico, Idade do Bronze (III-II milénios a.C.)	Roliça	Museu Municipal do Bombarral				8,5 KM		
Gruta da Lapa do Suão	Habitat Paleolítico / Epipaleolítico (cerca de 18 mil a 13 mil anos a.C.), Neolítico (V milénio a.C.), Calcolítico (III milénio a.C.), Idade do Bronze (II	Roliça	Museu Municipal do Bombarral				6,9 KM		

	milénio a.C.), Idade do Ferro, Romano (séculos I-IV d.C)					
Gruta das Pulgas & Abrigo	Neolítico (1a metade IV milénio a.C.)	Roliça	Museu Municipal do Bombarra I	7,1 KM		
Gruta do Caixão	Necrópole Idade do Bronze (II milénio a.C.)	Roliça	Museu Geológico de Lisboa e no Museu Municipal da Figueira da Foz	81 KM	125 KM	
Gruta Nova da Columbeira	Habitat Paleolítico (cerca de 30 mil anos a.C.)	Roliça	Museu Municipal do Bombarra I	6,6 KM		
Necrópole da Serra da Roupã	Necrópole Neolítico (V milénio a.C.)	Roliça	Museu Municipal do Bombarra I	7,8 KM		
Castro do Zambujal	Povoado fortificado Calcolítico (III milénio a.C.)	União de freguesias de Torres Vedras	Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras	5 KM		
Forte da Archeira	Fortificação Contemporâneo (1810)	União de Freguesias de Dois Portos e Runa	Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras	9 KM		
Forte da Feiteira	Fortificação Contemporâneo (1810)	União de Freguesias de Dois Portos e Runa	Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras	7 KM		
Forte de S.Vicente	Fortificação Contemporâneo (1809)	União das Freguesias de Torres Vedras	Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras	2 KM		
Forte do Grilo	Fortificação Contemporâneo (1810)	Ponte do Rol	Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras	8,5 KM		
Forte do Paço	Fortificação Contemporâneo (1810)	S. Pedro da Cadeira	Museu Municipal Leonel Trindade, em Torres Vedras	15 KM		

Anta da Foz do Rio Frio	Anta Neolítico (V-IV milénios a.C.)	Ortiga	Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, em Mação	16 KM		
Arte Rupestre de Cobragança	Arte rupestre Idade do Bronze	União das Freguesias de Mação, Penhasco e Aboboreira	Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, em Mação	6,2 KM		
Castro de S. Miguel	Povoado fortificado Idade do Bronze (séculos IV-I a.C.)	Amêndoa	Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado no Vale do Tejo, em Mação	21 KM		
Villa Romana de Cardilio	Villa Romano (séculos I-IV d.C.) - Villa romana conhecida desde o final do século XVIII	Santa Maria	Museu Municipal Carlos Reis, em Torres Novas	4 KM		
Circuito Pré-Histórico Fiais / Azenha	Antas, Abrigo, Arte rupestre Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze (IV-II milénios a.C.) - Conjunto de oito sítios arqueológicos	Oliveira do Conde	Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria, em Carregal do Sal	5,4 KM		
Percurso Patrimonial de Chãs	- Arte rupestre, Lagareta, Sepulturas, Alminhas Romano, Alta Idade Média	Beijós	Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria, em Carregal do Sal	10,7 KM		
Orca das Pramelas	Anta Neolítico Monumento funerário	Canas de Senhorim	Sala-Museu de Arqueologia da Biblioteca José Adelino,	2 KM		

			na rua do Comércio, em Canas de Senhorim				
Orca do Folhadal	Anta Neolítico	Nelas	Sala-Museu de Arqueologia da Biblioteca José Adelino, na rua do Comércio, em Canas de Senhorim			5 KM	
Anta da Arquinha da Moura	Anta Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze (IV-II milénios a.C.)	Lajeosa do Dão	Museu Municipal Terras de Besteiros, em Tondela			14 KM	
Calçada Romana de Paranho de Besteiros	Via Romano	União de Freguesias de Caparrosa e Silvares	Museu Municipal Terras de Besteiros, em Tondela			12,4 KM	
Estação de Arte Rupestre de Molelinhos	Arte rupestre Idade do Bronze, Idade do Ferro (transição II-I milénios a.C.; séculos V-III a.C.)	Molelos	Museu Municipal Terras de Besteiros, em Tondela			7 KM	
Estela-Menir de Caparrosa	Menir Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze, Alta Idade Média, Contemporâneo (do IV milénio a.C. até ao século XIX)	União de Freguesias de Caparrosa e Silvares	Museu Municipal Terras de Besteiros, em Tondela			15,2 KM	
Necrópole da Igreja Matriz de Vila Cova-à-Coelheira	Necrópole Alta Idade Média (séculos V-X).	Vila Cova à Coelheira	Museu de Arqueologia do Alto Paiva			7,9 KM	
Necrópole de S. Martinho de Almoneix e	Necrópole Alta Idade Média (século V/VI-X)	Touro	Museu de Arqueologia do Alto Paiva			6,7 KM	

Necrópole dos Carvalhais	Necrópole Alta Idade Média (séculos IV-X) Cemitério rupestre constituído por 11 sepulturas	União de Freguesias de Alhais, Fráguas e Vila Nova de Paiva	Museu de Arqueologia do Alto Paiva	1,9 KM		
Orca de Pendilhe	Anta Neolítico, Calcolítico (IV milénio a.C.)	Pendilhe	Museu de Arqueologia do Alto Paiva	11,4 KM		
Orca do Picoto do Vasco	Anta Neolítico (V milénio a.C.)	Vila Cova à Coelheira	Museu de Arqueologia do Alto Paiva	11,7 KM		
Orca dos Juncais	Anta Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze (IV milénio-meados do II milénio a.C.)	Queiriga	Museu de Arqueologia do Alto Paiva	8,6 KM		
Dólmen da Lapa da Meruje	Anta Neolítico	Cambra e Carvalhal de Vermilhas	Museu Municipal de Vouzela	16,3 KM		
Torre de Alcofra	Torre Medieval Cristão (séculos XIV-XV)	Alcofra	Museu Municipal de Vouzela	20 KM		
Torre de Cambra	Torre Medieval Cristão (séculos XII-XVII)	Cambra e Carvalhal de Vermilhas	Museu Municipal de Vouzela	9,9 KM		
Torre de Vilharigues	Torre Medieval Cristão (séculos XIII-XIV)	Vouzela e Paços de Vilharigues	Museu Municipal de Vouzela	3,8 KM		
Via Romana Fataúncos - Figueiredo das Donas	Via Romano	Fataúncos e Figueiredo das Donas	Museu Municipal de Vouzela	5,2 KM		

	Vestígios diversos Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo							
Claustros da Sé de Lisboa	Nos claustros da Sé de Lisboa, edificada por volta de 1147, preservam-se memórias de ocupação do espaço que remontam à Idade do Ferro (século IV a.C.), à Época Romana (séculos I-IV d.C.), à Antiguidade tardia e ao domínio islâmico (século XI).	Santa Maria Maior	Sala do tesouro da Sé de Lisboa, no mesmo local, e Museu do Patriarcado no Convento de São Vicente de Fora			0 KM	1 KM	
Teatro Romano de Lisboa	Teatro Idade do Ferro, Romano, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno	Freguesia: Santa Maria Maior	Museu Nacional de Arqueologia	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros	Casa dos Bicos	8 KM	0,450 KM	0,350 KM
Quinta do Conventinho	Convento Moderno, Contemporâneo (séculos XVI-XX) Convento dedicado ao Espírito Santo, construído em 1574	União das freguesias de Santo António de Cavaleiros e Frielas	Museu da Quinta do Conventinho			0 KM		

Anta da Estria	Monumento megalítico Neolítico, Calcolítico (transição entre os IV-III milénios a.C.)	União das Freguesias de Queluz e Belas	Museu do Instituto Geológico e Mineiro, em Lisboa		19 KM		
Anta do Monte Abraão	Monumento megalítico Neolítico, Calcolítico Sepultura megalítica, constituída por câmara poligonal e corredor.	União das Freguesias de Queluz e Belas	Museu do Instituto Geológico e Mineiro, em Lisboa		18 KM		
Ruínas de São Miguel de Odrinhas	Villa, Necrópole Romano, Medieval Cristão - Villa romana com ocupação entre os séculos I-IV d.C.	União das Freguesias de São João das Lampas e Terrugem	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas		0 KM		
Sítio Arqueológico do Alto da Vigia	Santuário, Ribat Romano, Medieval Islâmico Santuário romano conhecido desde 1505	Colares	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas		17 KM		
Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo)	Necrópole, Grutas artificiais Neolítico final, Calcolítico	Quinta do Anjo	Museu Geológico de Lisboa		39 KM	4,4 KM	1,7 KM
			Exposição documental "As Grutas Artificiais de Casal do Pardo (Quinta do Anjo). Memória Arqueológica", no Espaço Fortuna, Artes & Ofícios				

Povoado de Chibanes	Povoado fortificado Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano Povoado fortificado sobre área culminante da Serra do Louro, construído no início do III milénio a.C. e abandonado na transição para o II milénio a.C.	Palmela	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, em Setúbal	Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela	10,7 KM	2,5 KM	
Ruínas de São Miguel de Odrinhas	Villa, Necrópole Romano, Medieval Cristão - Villa romana com ocupação entre os séculos I-IV d.C.	União das Freguesias São João das Lampas e Terrugem	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas		0 KM		
Sítio Arqueológico do Alto da Vigia	- Santuário, Ribat Romano, Medieval Islâmico Santuário romano conhecido desde 1505	Colares	Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas		17 KM		
Travessa de Frei Gaspar	Complexo industrial, Cetárias Romano	União de Freguesias de Setúbal	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal		0,160 KM		
Via Antiga do Viso	Via Romano	União de Freguesias de São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal		3,5 KM		

Sítio Arqueológico de Mesas do Castelhino	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano, Medieval Islâmico (séculos V a.C.-II d.C. e IX-XI d.C.)	União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	Museu Arqueológico e Etnográfico do Manuel Vicente Guerreiro, em Santa Clara-a-Nova					1,3 KM		
Castelo de Noudar	Castelo Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno	Barrancos	Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia de Barrancos					12,9 KM		
Convento de Jesus / Museu de Setúbal - Convento Moderno (século XV) Convento feminino de clarissas fundado em 1490. - Freguesia : União das Freguesias de Setúbal - espaço expositivo relacionado com o sítio na Galeria Municipal do antigo Banco de Portugal, Av. Luísa Todi, 119, em Setúbal								0,550 KM		
Creiro	Complexo industrial, Cetárias Romano, Medieval Islâmico	Azeitão	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, em Setúbal					11,2 KM		
Villa do Monte da Chaminé	Villa Romano (séculos I-VI d.C.)	União de Freguesias de Ferreira do Alentejo e Canhestros	Museu Municipal de Ferreira do Alentejo					4 KM		

Castelo de Moura	Castelo Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno	União de Freguesias Moura e Santo Amador	Museu Municipal de Moura				0,700 KM		
S.Cucufate	Villa, Mosteiro Neolítico, Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno	Vila de Frades	Museu Casa do Arco, em Vila de Frades				2 KM		
Povoado de Vila Nova de S. Pedro	Povoado fortificado Calcolítico, Idade do Bronze - A ocupação do sítio parece remontar ao final do Neolítico (ca. 3500 a.C.), mantendo-se até perto de 2000 a.C		Museu Municipal Sebastião Mateus Arenque, em Azambuja, no Museu Arqueológico Hipólito Cabaço, em Alenquer e no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa				23 KM	35 KM	73 KM
Necrópole 1 da Boa Morte	Necrópole Alta Idade Média	Santiago Maior	Museu de Póvoa e Meadas				4,7 KM		
Sinagoga de Castelo de Vide	Sinagoga, Silos Medieval Cristão, Moderno	Santa Maria da Devesa	Museu da Sinagoga				0 KM		
Cidade Romana de Ammaia	Cidade Romano (séculos I a.C. a V-VI d.C.)	S. Salvador de Aramenha	Museu Monográfico da Cidade Romana de Ammaia				0 KM		
Sítio Arqueológico de Torre de Palma	Villa, Basílica Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno (séculos I-XVI d.C.)	Vaiamonte	Museu monográfico do Sítio Arqueológico de Torre de Palma e Museu Nacional de Arqueologia				0 KM	183 KM	

			ia, em Lisboa					
Anta 1 da Herdade da Água Doce ou Anta de Vale Beiró	Anta Neolítico, Calcolítico (final do IV milénio - primeiros séculos do III milénio a.C.)	Couço	Museu Municipal de Coruche				45,2 KM	
Castelo de Paderne	Castelo Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno (séculos XII-XIII ao século XVI d.C.)	Paderne	Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira				12 KM	
Anta do Malhão	Anta Neolítico, Calcolítico (IV-III milénios a.C.)	União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia, no interior do Castelo de Alcoutim				8,6 KM	
Barragem do Álamo	Barragem Romano (século II d.C.)	União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia, no interior do Castelo de Alcoutim				11,7 KM	
Castelo de Alcoutim	Castelo Medieval Cristão, Moderno e Contemporâneo	União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia do Castelo de Alcoutim				0 KM	
Castelo Velho de Alcoutim	Povoado fortificado Medieval Islâmico (séculos VIII-XII)	União das freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia do Castelo de Alcoutim				1,8 KM	
Cista do Cerro do Malhão	Cista Neolítico, Calcolítico (meados do IV milénio ao início do III milénio a.C.)	Martim Longo	Museu de Arqueologia de Alcoutim				31 KM	
Menires do Lavajo	Menires Neolítico, Calcolítico (meados do IV-início do III	União das freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia do Castelo de Alcoutim				8,3 KM	

	milénios a.C.)					
Necrópole das Soalheiro nas	Necrópole Idade do Bronze (II milénio a.C.)	União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia do Castelo de Alcoutim	9,7 KM		
Tholos do Malhanito	Tholos Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro (III milénio a.C.; reutilização nos séculos XI-VIII a.C.) - Villa Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico (séculos I a.C. a XII-XIII d.C.)	Martim Longo	Museu de Arqueologia do Castelo de Alcoutim	45 KM		
Villa Romana do Montinho das Laranjeiras		União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro	Museu de Arqueologia do Castelo de Alcoutim	8,9 KM		
Silos Islâmicos da Cerca do Convento	Silos Medieval Islâmico	São Clemente	Museu Municipal de Loulé	0,200 KM		
Ruínas Romanas da Abicada	Villa Romano (séculos I-V d.C.)	Mexilhoeira Grande	Museu de Portimão e no Museu Municipal Dr. José Formosinho, em Lagos.	10 KM	16 KM	
Poço-Cisterna Árabe de Silves	Cisterna Medieval Islâmico, Moderno (séculos XII-XVI)	Silves	Museu Municipal de Arqueologia de Silves	0,030 KM		
Castelo dos Mouros-Vilarinho dos Galegos	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média	União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventozelo	Sala Museu de Arqueologia do Município de Mogadouro	19 KM		
Fonte do Ídolo	Fonte Romano -Santuário rupestre edificado no início do século I d.C	S. João do Souto	Núcleo museológico Fonte do Ídolo	0 KM		

Termas Romanas do Alto da Cidade	Termas, Teatro Romano (séculos II-IV d.C.)	União das freguesias Maximinos, Cidade e Sé	Núcleo museológico				0 KM		
Núcleo arqueológico da ACIG	Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo (séculos XIII-XIV a XIX)	União das freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião	Núcleo museológico				0 KM		
Casa do Infante	Edifício Romano, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo Complexo arquitectónico onde funcionam a Alfândega régia e a Casa da Moeda do Porto. A Alfândega, construída em 1325, esteve activa até à 2ª metade do século XIX	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Núcleo museológico				0 KM		
Cidade de Bagunte	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano (séculos IV a.C. a V-VI d.C.)	Bagunte Centro de Memória, no Largo de S. Sebastião, em Vila do Conde (a 11km).	Centro de Memória - Museu de Vila do Conde				11 KM		
Ruínas Arqueológicas da Praça da República	Fortificação Medieval Cristão, Moderno (séculos XIV-XV) - A estrutura defensiva deixou de ter utilidade militar em meados do século XIX, para ser recuperada	União de Freguesias da Vila e Roussa	Núcleo museológico				0KM		

	a em escavações arqueológicas realizadas em 2000							
Castelo da Furna ou Castelode Fraião	Povoado fortificado Alta Idade Média, Medieval Cristão Típico "castelo roqueiro" medieval, instalado sobre afloramentos graníticos	Boivão	Núcleo museológico situado no interior da fortaleza de Valença			18KM		
Miliário de Arinhos/Pelourinho de Valença	Marco miliário Romano - Marco miliário recolhido no século XVII no lugar de Arinhos	Valença	Núcleo Museológico situado no interior da fortaleza.			0 KM		
Citânia de Santa Luzia	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano Povoado fortificado o proto-histórico romanizado que terá tido a sua principal reestruturação entre os séculos I a.C. e I d.C.	Areosa, Santa Maria Maior e Monserrate.	Núcleo Museológico de Arqueologia, na rua de Viana, em Viana do Castelo			3 KM		
Igreja das Almas	Igreja Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo Primeira Matriz de Viana, durante o século XIII e até à construção da	União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela	Núcleo museológico monográfico			0 KM		

	actual Sé Catedral, em meados do século XV.							
Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima	Igreja Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo	União das Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Santa Leocádia e Moreira) e Deão	Núcleo museológico monográfico				0 KM	
Mamoia de Eireira	Dólmen Neolítico (transição do III-II milénios a.C.) Monumento megalítico de arquitectura com características únicas	Afife	Casa dos Nichos - Núcleo Museológico de Arqueologia, na rua de Viana, em Viana do Castelo				14 KM	
Ínsula do Arquivo Histórico de Chaves	Edifício Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo	Santa Maria Maior	Núcleo museológico				0 KM	
Torre Romano (séculos I-III d.C.)		União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre	Núcleo Expositivo do Castelo de Belmonte				2,6 KM	
Villa Romana da Quinta da Fórnea	Villa Romano (séculos II-IV d.C.)	Belmonte	Núcleo Museológico do Castelo de Belmonte				4,1 KM	
Castelo de Penamacor	Castelo Neolítico, Calcolítico, Medieval Cristão, Moderno	Penamacor	Centro de interpretação do Castelo				0 KM	
Oliveira do Conde	Núcleo Museológico - Lagar, Lagaretas, Moinhos de água, Arte rupestre Neolítico, Romano,		Núcleo Museológico				0 KM	

	Alta Idade Média							
Aqueduto Romano de Olisipo	Aqueduto Romano (século III d.C.)	Mina de Água		Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira			2,4 KM	
Moinho do Castelhino	Edifício, Necrópole Romano (séculos I a.C.-VI d.C.) - Núcleo habitacional ocupado entre a segunda metade do século I a.C. e o final do século I d.C.	Falagueira-Venda Nova		Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira			0,550 KM	
Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira	Casal rústico Moderno (séculos XVI-XVIII) - Casal rural construído em alvenaria de pedra calcária local, constituído por dois pisos. Parte do piso térreo remonta à transição dos séculos XVI-XVII. -	Falagueira-Venda Nova		Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira			0 KM	
Villa Romana da Quinta da Bolacha	Villa Romano (séculos III-VI d.C.)	Falagueira / Venda Nova		Núcleo Museográfico do Casal da Falagueira			0,400 KM	
Castelo de São Jorge	Castelo Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno	Santa Maria Maior		Núcleo Museológico do Castelo de São Jorge			0,110 KM	

Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros	Cidade, Complexo industrial, Termas, Via I - Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo (séculos V a.C. ao século XX) Sítio cuja ocupação remonta aos séculos V-IV a.C	Santa Maria Maior	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros				0 KM		
Núcleo Museológico da Rua do Sembrano	Muralha, Termas, Silos, Poços Calcolítico, Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo	União de Freguesias de Santiago Maior e S. João Baptista	Núcleo Museológico da Rua do Sembrano				0 KM		
Alcáçova de Mértola	Alcáçova, Criptopórtico, Estruturas, Necrópole Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno (séculos I-XVII d.C.)	Mértola	Núcleo museológico				0 KM		
Basílica Paleocristã de Mértola	Basílica Alta Idade Média - Estruturas de uma antiga basílica paleocristã com	Mértola	Núcleo museológico				0,008 KM		

	sepulturas in situ, ocupada entre os séculos V e VIII d.C.								
Casa Romana de Mértola	Edifício Romano (séculos I-III d.C.)	Mértola	Núcleo museológico				0 KM		
Villa Romana de Rio Maior	Villa Romano (séculos I-IV d.C.)	Rio Maior	Casa Senhorial D'El Rei D. Miguel - Núcleo Museológico				0,350KM		
Castelo de Loulé	Núcleo de povoamento Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo (séculos XII-XXI)	São Sebastião	Núcleo museológico				0 KM		
Castelo de Salir	Povoado fortificado Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno (séculos XI-XVII)	Salir	Núcleo museológico				0 KM		
Cerro da Vila	Villa Romano (séculos I-III d.C.)	Quarteira	Museu Monográfico do Cerro da Vila				0 KM		
Núcleo Museológico de Machico	Solar do Ribeirinho - Edifício Moderno (século XVII)	Machico	Núcleo Museológico de Machico				0 KM		
Castro das Ermidas	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano (séculos IV a.C.-I d.C.)	Jesufrei				Casa do Território de Vila Nova de Famalicão	8,1KM		
Castro de Penices	Povoado fortificado Idade do Ferro (I milénio a.C.)	Gondifelos				Casa do Território de Vila Nova de Famalicão	11 KM		

Estação de arqueológica de S. João de Perrelos	Povoado fortificado; Villa; Necrópole Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão (séculos I a.C.-XII d.C.)	Delães, Ruivães e Novais				Casa do Território de Vila Nova de Famalicão	9,5 KM		
Mamoas N.º 1 de Vermoim	Mamoas Calcolítico (III milénio a.C.) Monumento funerário megalítico ainda em escavação arqueológica.	Vermoim				Casa do Território de Vila Nova de Famalicão	6,1 KM		
Castro de Moldes ou Castro do Monte do Castelo	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão	Castelo do Neiva	Núcleo de Arqueologia do Castelo do Neiva, na Junta de Freguesia do Castelo do Neiva				1,2 KM		
Castro de Sabrosa	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média	Sabrosa				Pólo Arqueológico de Garganta	7 KM		
Mamoas 1 e 2 de Madorras	Mamoas Neolítico, Calcolítico Monumentos funerários megalíticos	São Lourenço de Ribapinhã				Pólo Arqueológico de Garganta	1,3 KM		
Castelo e Vila Muralhada de Ansiães	Castelo Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno (III milénio)	União de Freguesias da Lavandeira, Beira Grande e Selores	Centro Interpretativo do Castelo de Ansiães (CICA) em Carrazeda de Ansiães				6 KM		

	a.C. ao século XVIII)						
Castelo de Algosó	Castelo roqueiro Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano, Medieval Cristão, Moderno Castelo roqueiro instalado sobre morro sobranceiro ao rio Angueira, com ocupação que remonta ao Calcolítico e à Idade do Bronze (III-II milénios a.C.).	Algosó		Centro de interpretação		0,900 KM	
Villa Romana de Sendim	Villa Romano (séculos I-VI d.C.) Pars urbana de villa romana	Sendim		Centro de interpretação		0 KM	
Citânia de Sanfins	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano (séculos II a.C.-IV d.C.)	Sanfins de Ferreira	Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Sanfins de Ferreira			2,3 KM	
Casal Romano da Bouça do Ouro	Povoado Romano - Conjunto habitacional e de exploração agrícola, com dois edifícios situados numa cota média-baixa (130-143 m) da encosta do vale do Tâmega. Dados	Boelhe	Museu Municipal de Penafiel			13,2 KM	

	do terceiro quartel do século I d.C. e ocupados durante décadas.							
Castro de Monte Mozinho	Povoado fortificado Romano (séculos I-V d.C.)	Galegos, Oldrões e Valpedre		Centro de Interpretação		0,056 KM		
Castro de Carvalhos	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano (séculos V-IV a.C. a I d.C.)	Beça			Centro Europeu de Documentação e Interpretação de Escultura Castreja (CEDIEC), em Boticas.	8,8 KM		
Castro de Outeiro Lesenho	Povoado fortificado Idade do Ferro, Romano (séculos II-I a.C. a I d.C.)	Vilar e Viveiro (Boticas) / Canedo (Ribeira de Pena)	Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.	Centro Europeu de Documentação e Interpretação de Escultura Castreja (CEDIEC) em Boticas		463 KM	12,5 KM	
Parque Arqueológico do Vale do Terva	Minas, Povoados Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo (principalmente 2ª metade do I milénio a.C. e séculos I-IV d.C.)	Bobadela		Centro de Interpretação do PAVT		0 KM		
Castro de Cidadelhe	Povoado fortificado Idade do Bronze, Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média (I milénio a.C. ao	Cidadelhe	Museu do Douro, em Peso da Régua	centro interpretativo do sítio no Hotel Douro Scala, em Cidadelhe		13 KM	1,6 KM	

	século X d.C.)							
Castro de Palheiros	Povoado fortificado Calcolítico (III milénio a.C.) Povoado pré-romano que preserva estruturas defensivas e habitacionais da época.	União Freguesias Noura Palheiros		Centro de Interpretação		0 KM		
Santuário de Panóias	Santuário Romano (séculos II-III d.C.)	Vale de Nogueiras		Centro de Interpretação		0 KM		
Mosteiro de São João de Tarouca	Mosteiro Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo	São João de Tarouca		Centro de Interpretação		0,350 KM		
Arte Rupestre da Barroca	Arte Rupestre Paleolítico, Calcolítico, Idade do Bronze	Barroca	Museu Arqueológico Municipal do Fundão	Centro de Interpretação da Arte Pré-Histórica do Poço do Caldeirão, na aldeia da Barroca		29 KM		
Arte Rupestre de Chãs d'Égua	Arte rupestre Calcolítico, Idade do Bronze - As quase 100 rochas gravadas já descobertas na freguesia do Piódão	Piódão		Centro Interpretativo de Arte Rupestre de Chãs d'Égua		0,450 KM		
Convento de Santa Clara-a-Velha	Convento Medieval Cristão Mosteiro fundado em 1283, posteriormente ampliado no início do século XIV	Santa Clara e Castelo Viegas	Museu Nacional Machado de Castro	Centro de Interpretação		1,2 KM	0 KM	

Forte da Carvalha - (Obra Militar N.º 10)	Fortificação Contemporâneo (1809-1810)	Arruda dos Vinhos / S. Tiago dos Velhos		Centro de Interpretação das Linhas de Torres, em Arruda dos Vinhos (Centro Cultural do Morgado)		4,5 KM		
Forte do Cego (Obra Militar N.º 9)	Fortificação Contemporâneo (1809-1810)	Arruda dos Vinhos / S. Tiago dos Velhos		Centro de Interpretação das Linhas de Torres, em Arruda dos Vinhos (Centro Cultural do Morgado.)		3,6 KM		
Necrópole de Carenque	Gruta artificial Neolítico, Calcolítico	Mina de Água	Museu Nacional de Arqueologia	Centro de Interpretação		11,4 KM	1,3 KM	
Casa dos Bicos	Complexo Industrial, Cidade, Muralhas Idade do Ferro, Romano, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno - Construída em 1523.	Santa Maria Maior	Museu de Lisboa - Palácio Pimenta	Núcleo interpretativo das muralhas de Lisboa, na Casa dos Bicos		6,5 KM	0,500M	0 KM
Espaço Chiado - Muralha Fernandina	Muralha Medieval Cristão (século XIV) "Pano" do perímetro defensivo da cidade de Lisboa mandado edificar por D. Fernando, entre 1373 e 1375, depois conhecido por Muralha	Misericórdia		Núcleo Museológico da Muralha de D. Dinis, na Praça do Município		0,800 KM	1,2 KM	

	Fernandina						
Núcleo Museológico da Muralha de D. Dinis	Muralha Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno	Santa Maria Maior	O Núcleo de Interpretação da Muralha de D. Dinis pode ser visitado na sede do Banco de Portugal			0,140 KM	
Parque de Estacionamento da Praça Luís de Camões	Palácio Moderno, Contemporâneo (séculos XVII-XVIII) Restos do Palácio dos Marqueses de Marialva, identificados em 1999 - Um pequeno núcleo expositivo está disperso pelas escadas de acesso ao primeiro piso do parque de estacionamento. Nesse nível observam-se algumas estruturas (pavimento lajeado, um cunhal, azulejos) do antigo solar aristocrático.	Misericórdia	Núcleo expositivo			0 KM	
Forte do Arpim	Fortificação Contemporâneo - Fortificação edificada entre 1809 e 1810 - Freguesia: Bucelas		Centro de Interpretação da Rota Histórica das Linhas de Torres, em Bucelas, no mesmo edifício			5,7 KM	

				do Museu da Vinha e do Vinho				
Circuito da Enxara	Fortificação Contemporâneo (século XIX) - O Circuito da Enxara integra o Centro Interpretativo da Serra do Socorro	União das Freguesias da Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário		Centro Interpretativo de Mafra, Posto de Turismo (Casa do Risco), junto ao Palácio Nacional de Mafra			19,3 KM	
Forte da Feira	Fortificação Contemporâneo (século XIX)	Malveira		Centro Interpretativo de Mafra, Posto de Turismo (Casa do Risco), junto ao Palácio Nacional de Mafra			11 KM	
Forte do Zambujal	Fortificação Contemporâneo (século XIX)	Carvoeira		Centro Interpretativo de Mafra, Posto de Turismo (Casa do Risco), junto ao Palácio Nacional de Mafra			7 KM	
Casa da Baía / Antigo Recolhimento da Soledade	Edifício Moderno, Contemporâneo (século XVIII)	União das Freguesias de Setúbal		Centro de turismo e interpretação arqueológica			0 KM	
Centro Interpretativo do Reduto Defensivo N.º 38 das Linhas de Torres	Fortificação Contemporâneo (século XIX)	Forte da Casa		Centro Interpretativo do Reduto Defensivo N.º 38 das Linhas de Torres			0 KM	
Circuito Arqueológico da Cola	Monumentos megalíticos, Povoados, Necrópoles Neolítico, Calcolítico, Idade do Ferro, Medieval Islâmico	Ourique		Centro de interpretação			4 KM	

Tinturaria de Arraiolos	Estrutura Medieval Cristão (séculos XIII-XV)	Arraiolos		Centro de interpretação no sítio		0 KM		
Castelo de Montemor-o-Novo	Castelo Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno (séculos XII-XVIII)	União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Bispo e Silveiras		Centro de interpretação		0 KM		
Gruta do Escoural	Gruta, Arte rupestre Paleolítico, Neolítico, Calcolítico (cerca de 50 mil a 3 mil anos a.C.)	Santiago do Escoural		Centro de interpretação		0 KM		
Antas do Freixo	Antas Neolítico (IV milénio a.C.)	Redondo	Museu do Barro de Redondo, nesta vila	Centro Interpretativo do EcoMuseu de Redondo, próximo de São Bento do Zambujal		11,2 KM	5,8 KM	
Casa de Medusa (Estação Arqueológica de Alter do Chão)	Villa / Domus (?) Romano, Alta Idade Média (séculos I-VI/VII d.C.)	Alter do Chão		Centro de interpretação		0 KM		
Anta da Melriça	Anta Neolítico, Calcolítico	Santiago Maior		Centro de interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		5,4 KM		
Anta do Galhardo	Anta Neolítico, Calcolítico	Santa Maria da Devesa		Centro de interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		6,6 KM		
Anta do Pai Anes	Anta Neolítico, Calcolítico, Moderno, Contemporâneo	Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas	Museu de Póvoa e Meadas	Centro de interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		2,2 KM	15,4 KM	

Anta do Sobral	Anta Neolítico, Calcolítico	S. João Baptista		Centro de Interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		6,5 KM		
Anta dos Currais do Galhordas		Anta Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze	S. João Baptista	Centro de Interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		10,5 KM		
Anta dos Pombais	Anta Neolítico, Calcolítico	Santa Maria da Devesa		Centro de Interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		4 KM		
Menir da Meada	Menir Neolítico	Santa Maria da Devesa		Centro de Interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		11,4 KM		
Necrópole Megalítica dos Coureiros	Antas Neolítico, Calcolítico	Santiago Maior		Centro de Interpretação do Megalitismo, no castelo de Castelo de Vide		5,1 KM		
Alcáçova de Santarém	Núcleo de Povoamento Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno	União de Freguesias de São Salvador, São Nicolau, Marvila e Santa Iria da Ribeira de Santarém	Museu Nacional de Arqueologia	Centro Interpretativo da Alcáçova de Santarém		92,2 KM	0 KM	
Ruínas de Miróbriga	Cidade Idade do Ferro, Romano (séculos V-IV a.C. ao século V d.C.)	União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra		Centro de interpretação		0 KM		
Ruínas Romanas de Milreu	Villa Romano, Alta Idade Média	Conceição e Estói		Centro de interpretação		0 KM		

Monumentos Megalíticos de Alcalar	Monumento megalítico, Povoado Neolítico, Calcolítico (2a metade do IV ao início do II milénio a.C.)	Mexilhoeira Grande	Museu de Portimão	Centro de interpretação no sítio		13 KM	0 KM	
Bairro Islâmico do Poço Antigo de Cacela Velha	Povoado, Necrópole Medieval Islâmico, Medieval Cristão (século XIII)	Vila Nova de Cacela		Centro de interpretação na Antiga Escola Primária de Santa Rita, na Vila de Cacela Velha.		2,6 M		
Túmulo Megalítico de Santa Rita	Túmulo Calcolítico, Idade do Bronze (II-I milénios a.C.)	Vila Nova de Cacela		Centro de interpretação na antiga escola primária de Santa Rita.		2,2 KM		
Criptopórtico de Aeminium	Criptopórtico Romano	União das Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Almedina, S. Cruz e S. Bartolomeu)	Museu nacional Machado de Castro.			0 KM		
Castro do Jarmelo	Povoado Idade do Bronze, Alta Idade Média, Medieval Cristão, Moderno	S. Pedro do Jarmelo			Centro de Recepção de visitantes da Torre de Menagem da Guarda	20 KM		
Anta da Lameira do Fojo 1	Anta Neolítico (V milénio a.C.)	Coutos de Viseu			Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	12 KM		
Castro de Santa Luzia	Povoado fortificado Idade do Bronze, Idade do Ferro (século VII a.C.)	Abravessos			Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	7 KM		

Lapa do Repilau	Anta Neolítico (V milénio a.C.)	Coutos de Viseu				Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	12,6 KM		
Mamaltar de Vale de Fachas	Dólmen Neolítico (V milénio a.C.)	Rio de Loba				Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	7,3 KM		
Via Romana em Coimbrões	Via Romano Troço de via aberta no século I d.C.	S. João de Lourosa				Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	3,9 KM		
Via Romana em Pousa Maria / Almargem	Via Romano	Lordosa				Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	12,7 KM		
Via Romana em Ranhados	Via Romano	Ranhados				Colecção Arqueológica José Coelho, na Casa do Miradouro, em Viseu	3,8 KM		
Castelo de Pirescouxe	Paço Medieval Cristão (séculos XIV-XVII) Imóvel ou Monumento de Interesse Público	União das freguesias de Bobadela, São João da Talha e Santa Iria da Azóia				Galeria municipal e percurso pedonal instalados no sítio	0 KM		
Povoado Fortificado de Leceia	Povoado fortificado Neolítico, Calcolítico - (IV-III milénios a.C.) - Povoado fortificado calcolítico, edificado sobre um outro, do Neolítico Final	Barcarena				Fábrica da Pólvora de Barcarena	1,5 KM		

Núcleo Medieval Moderno da Rua da Judiaria	Edifício, Silos Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo (séculos XI-XII até à actualidade)	Almada	Museu de Almada - Covas de Pão				0 KM		
Alto da Queimada	Alcaria Medieval Islâmico	Quinta do Anjo				Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela	3 KM		
Espaço Cidadão de Palmela	Edifício, Vestígios diversos Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo					Sítio arqueológico musealizado	0 KM		
Rua de Nenhures	Estruturas, Silos Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno (séculos XII-XIII a XIX)	Palmela				Espaço Arqueológico do Castelo de Palmela	0,230 KM		
Necrópole e Ermida de S. Sebastião	Necrópole, Ermida Romano, Medieval Cristão - A necrópole tem ocupação entre os séculos I e VIII d.C. e está parcialmente musealizada.	Mértola	Museu de Mértola				0 KM		
Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal	Núcleo de povoamento, Santuário Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico, Medieval Cristão, Moderno, Contemporâneo	União de Freguesias de Alcácer do Sal	Museu Cripta Arqueológica				0 KM		

	(do século VII a.C. ao início do século XX)								
Forum e Estruturas Romanas de Alcácer do Sal	Fórum, Cidade Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média, Medieval Islâmico (séculos VII-VI a.C. aos séculos XII-XIII)	União de Juntas de Alcácer do Sal				Cripta Arqueológica do Castelo de Alcácer do Sal	0,200KM		
Calçadinha de São Brás de Alportel	Via Romano, Moderno (século I d.C. e século XIX)	São Brás de Alportel	Museu Municipal de Arqueologia de Silves			Centro Explicativo e de Acolhimento da Calçadinha de São Brás de Alportel (rua do Matadouro, n.º 2)	0,350 KM		
Bairro Almóada do Convento da Graça	Núcleo de povoamento Medieval Islâmico (séculos XII-XIII d.C.)	Tavira	Núcleo museológico inserido na Pousada do Convento de Nossa Senhora da Graça				0 KM		